UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Políticas Tenetehara e Tenetehara na política:
Um estudo sobre as estratégias de uma campanha eleitoral direcionada
a uma população indígena.

Florbela Almeida Ribeiro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Antropologia Social do Departamento de Antropologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para a obtenção do título de Mestre em Antropologia.

Orientador: Prof^a. Dr^a. Ana Claudia Duarte Rocha Marques

SÃO PAULO

2009

Folha de aprovação

RIBEIRO, Florbela Almeida.

Políticas Tenetehara e Tenetehara na política: Um estudo sobre estratégias de campanha eleitoral com uma população indígena.

Dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Aprovado em: _____

Banca examinadora

Prof. Dr. _____

Intituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Intituição: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Intituição: _____ Assinatura: _____

Aos meus pais

Agradecimentos

À minha orientadora Ana Claudia Marques, por acreditar na proposta e me incentivar sempre, desde quando o projeto não passava de uma ideia. Sua dedicação e atenção foram fundamentais para o desenvolvimento do trabalho e para a minha formação. Com a responsabilidade de ser “primogênita”, espero ter correspondido a suas expectativas.

À CAPES, pela bolsa concedida no final de 2008, que proporcionou dedicação exclusiva à escrita da dissertação durante o ano de 2009.

Aos meus familiares: meu tio Luiz Henrique, meus tios avós Benedito e Paula Pinheiro e meu primo Sandro por tornarem essa pesquisa possível, através de ajudas financeiras, como viagem e hospedagens, e apoio moral sem questionamentos, inserindo-me no campo de pesquisa.

Ao Roberto Alves, que me acompanhou por todas as andanças em aldeias e me apresentou a todos os meus colaboradores de pesquisa. Transformou-se em amigo, família e assistente no período em que estive no Maranhão.

Todas as pessoas que conheci no campo, de alguma forma fizeram parte dessa pesquisa. Portanto, a todos eles expresso meus profundos agradecimentos. Em especial, à candidata que acompanhei diariamente: abriu as portas de sua casa, me recebeu em sua família e em sua campanha política, como se eu fosse uma amiga de infância. Aos integrantes da família Tenetehara que tive maior contato, pela confiança e amizade. À equipe de campanha da candidata, por cuidarem de mim durante as viagens e os comícios. Aos jovens Tenetehara, pelos ensinamentos e pela companhia. Ao Dr. Ricardo, pelo interesse em minha pesquisa e pelos cuidados odontológicos. Em meio ao trabalho de campo, um dente que resolve doer poderia ter colocado tudo a perder.

Aos amigos da USP, Thaís Waldman, Priscila Vieira, Enrico Spaggiari pelos momentos de descontração, necessários durante o processo de escrita e pelas risadas em comemorações diversas. A todos os integrantes do Hybris, pela imensa ajuda na elaboração do texto e pelas ricas discussões ocorridas desde seu início, em 2007. Em especial, Jorge Villela, Adalton Marques, Gabriel Pugliese, Renato Martins, Ana Flávia Bádue, Natacha Leal e Daniel de Lucca. À Catarina Morawska Vianna e Eduardo Dullo, dois presentes que ganhei da vida nesse período e que quero levar comigo para novos desafios.

Aos professores Júlio Simões e Renato Sztutman pela presença, críticas e sugestões na banca de qualificação. Ao professor José Guilherme Magnani, cujo carinho pela antropologia contagia seus alunos.

Ao meu pai por cativar em mim o amor aos livros e à minha mãe por me mostrar que a vida pode ser sempre mais. Presentes e entusiastas em minhas atividades, sem a dedicação de vocês nada disso seria possível. A vocês devo tudo que sei e que sou.

Ao meu companheiro Ramon Leonardi, pelo incentivo, pela amizade, companhia, paciência, dedicação, pelo amor. (E também pelas coisas práticas como fazer o mapa das aldeias e revisar o texto!) Não sei mesmo descrever a mim sem falar de você. Obrigada por estar em minha vida por mais essa fase.

Resumo

A pesquisa teve como proposta uma etnografia das eleições municipais de 2008 em região central do estado do Maranhão, exposta através da campanha política de uma candidata a vereadora, que teve como foco a obtenção do voto dos eleitores indígenas, da população Tenetehara, residentes na TI Cana Brava.

Certas divisões internas a esta população tiveram influência direta sobre as definições de candidatos, estratégias de alianças junto a essa população indígena e, conseqüentemente, no resultado final das urnas. A narrativa da dissertação de mestrado pretende explicitar as divisões da população Tenetehara desse local; apresentar os atores envolvidos no período eleitoral (políticos, lideranças Tenetehara, cabos eleitorais) e seus respectivos papéis no cenário político-eleitoral local; detalhar os eventos, estratégias e negociações da campanha política.

Palavras-chave: política, Tenetehara, eleições, conflito, práticas político-eleitorais.

Abstract

The research took as purpose a ethnography of the municipality election of 2008 in the central region of Maranhao State, reported though the political campaign of a council-woman, which focused obtaining votes from indigenous electors, from the Tenetehara population, residing in the Cana Brava indigenous land.

Certain internal segments of that population had direct influence on candidates definitions, alliance strategies among that indigenous population, and, thus, on the very election's results. The narrative of this master's degree essay aims specifying the segments of the local Tenetehara population; to present the actors involved in the electoral period (politicians, Tenetehara community leaders, canvassers) and their respective roles on the political-electoral local scenario; and, to detail the events, strategies, and negotiations of the electoral campaign.

Keywords: politics, Tenetehara, electorals, conflict, politics electoral practices

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

FOTO 1 - IGREJA MATRIZ EM BARRA DO CORDA	59
FOTO 2 - PRAÇA EM BARRA DO CORDA	60
FOTO 3 - BLOQUEIO DA BR226	79
FOTO 4 - CARRO ADESIVADO	86
FOTO 5 - CASA EM ALDEIA DO 13	112
FOTO 6 - JOVEM TENETEHARA	135
FOTO 7 - PASSEATA EM JENIPAPO DOS VIEIRAS.....	136
FOTO 8 - PAQUITAS	138
FOTO 9 - CAMISETA DO CACIQUE.....	147
FOTO 10 - ESPANTALHO DO 12	149
FOTO 11 - JEGUE DO 12	150
FOTO 12 - FOGO NAS CAMISETAS DO 12	151
FOTO 13 - FILA DE MULHERES E CRIANÇAS.....	157

Sumário

1. INTRODUÇÃO À PESQUISA.....	10
1.1 APRESENTAÇÃO	10
1.1.1 Sobre o projeto inicial	15
1.1.2 O recorte inicial.....	22
SOBRE COMO O TRABALHO DE CAMPO MUDA A PESQUISA.....	26
1.2.1 Primeiros dias no campo	26
1.2.2 O novo recorte	32
2. CAPÍTULO 1 – CONFLITOS: ÍNDIOS, BRANCOS E A DEMOCRACIA	35
2.1 ANTROPOLOGIA DA POLÍTICA E ETNOLOGIA INDÍGENA	35
2.1.1 Política Local: facções e conflitos no processo eleitoral	40
2.1 OS TENETEHARA	46
2.2.1 Situação atual dos Tenetehara no Maranhão.....	49
2.2.2 Massacre de Alto Alegre.....	52
3. CAPÍTULO 2 – SEGMENTOS TENETEHARA	61
3.1 ROCHA E MENDES	64
3.2 TADEU MENDES	68
3.3 A DIVISÃO ENTRE AS DUAS FAMÍLIAS/ PÓLOS, NÚCLEOS E ORGANIZAÇÕES.....	71
4. CAPÍTULO 3 – ETNOGRAFIA DAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS	85
4.1 APRESENTAÇÃO DOS CANDIDATOS	89
4.2 O CENÁRIO ELEITORAL EM 2008	97
4.3 CAMPANHA ELEITORAL DE UMA CANDIDATA A VEREADORA	105
4.4 ALDEIA DO 12 E ALDEIA DO 13.....	110
4.5 CHURRASCOS, COMÍCIOS, PASSEATAS, POEIRÕES E APAGÕES	118
4.6 A UMA SEMANA DAS ELEIÇÕES – TEMPORALIDADES DE CAMPANHA	143
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	162
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	170
REFERÊNCIAS - SITES	172

1. Introdução à pesquisa

1.1 Apresentação

"Você está com medo, mas estes são dos nossos, entre e fique lá com outras pessoas". Foi a frase que Júlia¹ ouviu do rapaz que a trouxe para a aldeia Santa Maria. Ela era uma jovem e ainda inexperiente advogada da capital. Chegou por volta das onze da noite do dia quatro de outubro de 2008. Foi enviada pelo candidato a prefeito do PT de Jenipapo dos Vieiras, município localizado no centro do Maranhão, para ajudar em qualquer contratempo que houvesse naquelas horas que antecederiam a votação e também para estar presente na seção eleitoral, de modo a garantir que nenhuma fraude ocorreria por ali. Quando ela chegou todos conversavam de forma descontraída no pátio desta aldeia, onde se concentrava toda a equipe da candidata a vereadora que eu acompanhei nas últimas semanas, assim como grande parte de seus eleitores naquela área indígena. O carro que a trazia estacionou, o motorista desceu e abriu a porta para ela que fosse acompanhada até o quarto da candidata rapidamente, sob os olhares curiosos de todos. Logo começaram as indagações sobre quem seria aquela mulher, bonita e bem arrumada, de blusa vermelha e bota de salto alto. O rapaz que a trouxe já me conhecia, pois eu estava ali há dois meses, tempo suficiente para ser conhecida por

¹ Todas as pessoas que aparecem nessa etnografia tiveram seu nome trocado, como forma de preservar suas identidades.

todos que compunham o cenário eleitoral no local. Ele me chamou, pediu que eu fosse conversar com a moça, pois ela estava muito assustada. Disse que, por eu ser de fora, poderia acalmá-la, explicar que o local era seguro, que os índios não fariam nada a ela. Entrei no quarto, me apresentei, ofereci a ela minha rede para passar a noite, pois não havia outra mais por ali, um copo de suco que havia na pequena geladeira do quarto e começamos a conversar.

O quarto era de Fátima, a candidata a vereadora e esposa de Tadeu Mendes, um líder indígena na região. Desde o começo da campanha, Fátima adorou a ideia de uma pesquisadora de São Paulo estar ali interessada na política local e nos Tenetehara. Levou-me a todos os lugares que ia, me confidenciou bastidores de campanha que poucos sabiam, enfim, fez de mim uma pessoa de sua confiança. Além dela, só eu tinha a chave daquele quarto. Tratava-se de um espaço na casa da cacique Susana Mendes, mãe de Tadeu, que Fátima fez de extensão de sua casa, no período de sua campanha. Funcionava como quarto de dormir e comitê eleitoral. Trouxe de sua casa um colchão, uma pequena mesa, duas poltronas, um frigobar, um ventilador, além de muitas de suas coisas pessoais. Lá dormiam ela e seus dois filhos no colchão e eu na rede. Tadeu preferia dormir na rede, na varanda, que era mais fresco. Naquela noite, na véspera da votação, Fátima não tinha sono e ficou perambulando entre as pessoas que estavam na aldeia, conversava com um aqui e outro ali. Eu fiquei um tempo conversando com a advogada, até que ela adormeceu na rede e eu na poltrona.

Antes de Júlia chegar, a noite estava agradável, com cantoria, já que ninguém estava disposto mesmo a dormir. Muitas pessoas conversavam em rodinhas pelo pátio da aldeia. A música era cantada por homens Tenetehara, sentados em roda, acompanhados por algumas mulheres em pé, atrás deles.² De vez em quando passava um carro na estrada que, ao toque da buzina, todos reconheciam ser aliado e gritavam em coro “É 13!” e riam muito. O

² Mércio Gomes (2002) citou o mesmo formato da roda de cantoria entre os Tenetehara.

clima de harmonia na aldeia era curioso, pois, fora dali, nos povoados e cidades, a madrugada da véspera do dia da votação era tensa, onde *o pessoal*³ dos candidatos, homens contratados para sair à busca de votos de última hora, circulariam nas ruas. Essa prática, apesar de condenada pelos próprios políticos que proferem acusações públicas uns aos outros de compra de votos, de andarem com *malas pretas* no cair da madrugada à caça de eleitores indecisos (Villela, 2008), já é esperada por todos. Isso explica a estratégia de *vigília* da candidata, que consistiu em reunir grande parte de seus eleitores em um só local e prover um ambiente agradável onde, por alguns momentos, fosse esquecida a tensão da véspera que reinava fora daquela aldeia. A presença da advogada se fazia importante, tanto para proteger a candidata de eventuais acusações, como para acompanhar a votação no dia seguinte de perto, para evitar que qualquer eleitor indígena fosse enganado por um cabo eleitoral de um concorrente na boca de urna. Muitos dos Tenetehara desta região, principalmente as mulheres, não tem bom domínio da língua portuguesa e muito menos da urna eletrônica. Um grande trabalho de apresentação de urnas de isopor, imitando as eletrônicas, realizado por uma equipe designada pela candidata para ensinar a esses indígenas como votar, teve lugar nas semanas que antecederam o dia da eleição. Porém, na boca de urna, algum cabo eleitoral de concorrente poderia confundir o eleitor, ao entregar-lhe um santinho com o número de outro candidato (Cf. Villela e Marques, 2006). “É preciso *tomar de conta*! Quem quiser segurar voto não pode dormir!”, dizia ela sobre a necessidade de tomar conta de seus votos até o último instante.

Acordei pouco tempo depois ao som de muitos raios e trovoadas que anunciavam a chuva que estava a caminho. Saí do quarto para ver o que ocorria lá fora, já por volta das duas horas da manhã. Os Tenetehara de diversas aldeias que acampavam no local naquela noite tiveram que desarmar suas redes às pressas e se refugiar na varanda da casa de Dona

³ Como recurso textual, as palavras grafadas em itálico representam as expressões com significados específicos utilizadas pelos moradores das cidades observadas, assim como por meus colaboradores diretos de pesquisa.

Susana. No começo riam, ao correrem para fugir dos primeiros pingos. Porém, a chuva foi forte, como há tempos não se via por ali, e logo o tom de brincadeira foi substituído por expressões de desagrado. Eram muitos, não cabiam todos na varanda, e mesmo os que conseguiram um lugar embaixo do telhado da casa não permaneceram enxutos, pois o vento intenso trazia a água por todos os lados. Encolhiam-se e cobriam-se, principalmente as mulheres com crianças de colo, com as redes que trouxeram para passar a noite. Eram mais de duzentos, vindos de várias aldeias da mesma reserva indígena onde estávamos, a Terra Indígena (TI) Cana Brava, afastadas de onde eles deveriam estar na manhã seguinte, na seção eleitoral. “Veio mesmo pra lavar toda a sujeirada do 12!”, se ouvia em meio à correria. Sem dar trégua, e totalmente imprevista, a chuva virou motivo de comentários maliciosos por parte da candidata e de algumas lideranças Tenetehara ali presentes. A *sujeirada* era o termo usado para citar a movimentação do *peçoal do 12* na reserva indígena naquela noite atrás de votos e também para expressar a preferência pelo candidato do 13, como sendo o mais honesto.

O marido da candidata, um importante líder Tenetehara, sentado em uma rede na varanda da casa, falava sobre como tudo ia melhorar quando a eleição terminasse e finalmente a FUNAI poderia estabelecer sua regional na cidade mais próxima, com a vitória *do 13*. Muitos indígenas estavam sentados calados ao redor dele, como sempre acontecia quando ele ali estava. Também o ouviam alguns não-índios, dos muitos que ajudaram na campanha da candidata e que agora expressavam um misto de alívio, por ter chegar ao fim tantas semanas de trabalho intenso, com suspiros de saudade que já sentiam dessa *política doida*, como costumavam chamar esse período de campanha eleitoral. O meu trabalho de campo também findaria após os resultados das urnas, pois a proposta consistia na etnografia das eleições municipais de 2008 naquela região, com enfoque na participação Tenetehara na mesma. A investigação se dava por concluída com o término do período eleitoral. Pouco depois daquela noite se iniciaria uma nova etapa na pesquisa, de organização dos dados coletados, dos

registros de eventos observados, das entrevistas e conversas informais realizadas ao longo de quatro meses. Também seria hora de refletir sobre muitas das questões que levei ao campo, se as respostas que obtive eram relativas a estas perguntas, ou se seria preciso repensar as próprias indagações iniciais.

O presente trabalho tem como propósito narrar muitos desses fatos percebidos durante o período que acompanhei uma candidata em sua campanha política focada na obtenção dos votos de eleitores da população Tenetehara. A pesquisa foi realizada no centro do estado do Maranhão, nos municípios de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, assim como na Terra Indígena Guajajara-Canabrava, que se estende por parte dos dois municípios, onde residem cerca de cinco mil indígenas Tenetehara. Ocorreu em duas fases, primeiro em um período não eleitoral e outro dois meses antes do dia da eleição. O primeiro momento foi importante na delimitação do objeto de pesquisa e para a compreensão de certa divisão interna a essa população que foi fundamental para os rumos da campanha política dessa candidata que acompanhei, assim como para outros candidatos que concorriam a cargos políticos naquelas cidades.

No primeiro capítulo, intitulado “Conflitos: índios, brancos e a democracia”, faço uma apresentação de trabalhos que envolveram as linhas de pesquisa Antropologia da Política e Etnologia Indígena, que se cruzam aqui neste trabalho, e que me ajudaram a pensar melhor sobre meu objeto. O segundo capítulo, “Segmentos Tenetehara”, é dedicado à divisão predominante entre os Tenetehara dessa região, que influenciou diretamente sobre as definições de candidatos, estratégias de alianças e obtenção de votos junto a essa população indígena e, conseqüentemente, ao resultado final das urnas. O último, “Etnografia das eleições” narra o período eleitoral propriamente dito. Contudo, antes de iniciar a exposição pretendida, como forma de situar melhor o leitor, utilizo esta introdução para explicitar de forma mais detalhada

o projeto inicial e, principalmente, as mudanças que ocorreram depois do meu primeiro contato efetivo com o campo, ou seja, a minha primeira ida até Barra do Corda.

1.1.1 Sobre o projeto inicial

O clientelismo pode ser caracterizado, simplificadaamente, por acesso a recursos, favores de diversas ordens, como empregos, facilidades fiscais, isenções, concedidos nas relações entre atores políticos visando apoio, sobretudo na forma de voto. O conceito foi utilizado pela primeira vez por Benno Galjart (1964; 1965) e desde então vem sendo aplicado por diversos autores, brasileiros e estrangeiros, que visam compreender o sistema político que se desenvolveu no Brasil (cf. Nunes, 2003; Graham, 1997) e em outras partes no mundo. Por tratar-se de um conceito muito amplo, o clientelismo continua sendo acionado como chave explicativa de muitas relações políticas na contemporaneidade. Segundo reza o senso comum intelectual ou acadêmico, as relações clientelísticas se dariam freqüentemente, em maior ou menor escala, em áreas rurais e na metrópole, de diferentes formas, fornecendo benefícios variados, porém tendo sempre como objetivo final conquistar o eleitorado. O voto, elemento básico da cidadania, formador dos direitos políticos do cidadão, seria, assim, tratado muitas vezes como mercadoria pelos atores políticos.

Não obstante, podemos encontrar relações políticas que, a um primeiro relance, podem ser descritas através da noção de clientelismo definida acima, mas que depois de trabalhadas etnograficamente, quando o processo eleitoral é analisado pelo viés antropológico, talvez essa noção se torne um modelo taxativo que acabe por obscurecer o significado das relações e a importância social do processo eleitoral. Apresentar um problema de ‘grande dimensão’ como o funcionamento efetivo da democracia, através de um recorte

micro, como é o caso de uma etnografia de eleições municipais, pode resultar em contrastes entre o discurso e as atitudes nativas, perante aquilo que a democracia representativa pressupõe (Goldman, 2006). Este é exatamente o ponto interessante para se desenvolver uma ‘teoria etnográfica’ a respeito da democracia que tenha por finalidade problematizar não só sua concepção abstrata, apresentando pessoas e fatos reais, como os explicitados neste trabalho, mas também mostrar que talvez os próprios conceitos utilizados para nomear os chamados desvios da prática democrática, como é o caso do ‘clientelismo’ e do ‘mandonismo’, sejam passíveis de problematização.

Uma série de trabalhos do NuAP⁴ avançaram muito na direção desses questionamentos na medida em que permitiram a emergência da análise das complexidades ao nível das relações e dos significados que, em princípio, são abafados sob tais conceitos. Os pesquisadores deste núcleo trabalharam no sentido de exceder não só estes conceitos pré-estabelecidos, como também as divisões feitas nas Ciências Sociais, onde as áreas apresentam objetos exclusivos de investigação. Através de etnografias de eventos, rituais, situações e processos sociais, percebemos a proposta de pensar a política através das suas concepções nativas. Christine Chaves (2003), por exemplo, aplicou a perspectiva antropológica à questão política, buscando reconhecer, mediante o exercício do trabalho de campo, o significado nativo da política no município de Buritis/MG, durante as eleições de 1989/1990, quando o voto direto foi inaugurado. A autora trabalha com a categoria “pessoa política”, entretanto ela se posiciona criticamente à noção de *personalismo*⁵, estabelecendo a contraposição desta ao conceito de “Estado patrimonial”. E é por meio dessa oposição que Christine Chaves fundamenta sua análise da questão política: “O bom político, hoje, é o político profissional

⁴ Núcleo de Antropologia da Política - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/Museu Nacional.

⁵ Utilizada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* (1986). É a expressão política do seu ‘homem cordial’.

que, agente de um Estado dimensionado superlativamente *acima* da sociedade, confere-lhe concretude através de sua pessoa” (2003:25). Trata-se, pois, da relação entre a pessoa e o político. É por esta razão que o elemento primordial da política se manifesta nos políticos, e não nos partidos, divergindo assim de teorias da Ciência Política. É por isso também que a política “se afigura como adesão, marcada pelo afeto, e não orientada exclusivamente segundo uma lógica calcada no interesse ou no cálculo racional” (:12). Daí o sentido de Chaves ressaltar a importância da festa, tomada como rito social, descrita por ela. O grupo que proporciona a festa, expõe os significados atribuídos à política no local, que tem seu ápice de exposição no decorrer da festa. Enfim, há uma afirmação da autora que, ao sintetizar a tensão entre o individual e o coletivo, esquematiza o essencial de sua análise: “A política constitui-se como um âmbito moral que vincula *pessoas*, com uma normatividade ancorada na ideia de *compromisso*, cujo selo público é a *promessa*” (:25).

Outro trabalho que cabe citar aqui é o de Villela e Marques (2002), onde foi analisado o processo de conquista dos eleitores mediante concessão de benefícios, no intuito de estabelecer uma equivalência nunca garantida entre concessão de recursos e adesão política às campanhas eleitorais. Os autores trabalham com a relação estabelecida nas negociações entre emissores/receptores de fluxos de recursos variados. Interessante notar que tais ‘recursos’ não são necessariamente bens materiais ou dinheiro: evidentemente, são reconhecidas as fórmulas que associam políticas e dádivas, como “o que vale é dinheiro” ou “político que não dá ao povo não se elege” (: 65); no entanto, entende-se por ‘recurso’ também os ‘pequenos favores’ e as ‘constantes atenções’, de tal maneira que a lógica da conversão de recurso em voto deve-se menos a um cálculo do que à ‘tática’ e à ‘avaliação’ dos agentes do processo eleitoral. Com alguns exemplos, os autores mostram como funciona essa espécie de jogo: “Proporcionando lucros materiais e intangíveis a quem os dispensa, os favores muitas vezes identificados como mais valiosos pela população dos municípios podem

não exigir qualquer gasto financeiro” (:68). Pois o “prestígio”, ou o “status”, tem peso na decisão do voto, seja ele ‘consciente’ ou de ‘cabresto’. Também é interessante observar que esse ‘prestígio’ ou ‘status’ é desejado tanto por parte dos políticos quanto pelos eleitores, visto que há eleitores que manifestam interesse em “ser elite”, votando nos políticos “de elite”, que gozam de certa admiração entre os eleitores. Nesses termos, a circulação de recursos deve considerar a natureza dos mesmos, que podem ser materiais ou imateriais e que podem assumir caráter de produto controlado ou produzido, da mesma forma que se deve ter em conta os propósitos, os meios e as condições dessa circulação.

Os autores abordam ainda a questão da flutuação de votos e dos recursos, com vistas a apontarem algumas implicações dessa circulação de recursos no processo de conquista de votos. São considerados os problemas da “legitimação da instabilidade das lealdades” e da “flutuação de apoios”, sempre levando em consideração que os eleitores desempenham um papel ativo nas negociações, ainda que o voto não seja propriamente “consciente”, por exemplo, no caso dos eleitores que prometem seus votos a vários candidatos, visando exclusivamente obter recursos vários. De fato, há nessa circulação de recursos não apenas um ato de dádiva, mas também uma “negociação direta de voto, quando um certo número deles é oferecido em troca de algum favor especial” (:79). Nessa ‘barganha do voto’, muitos políticos reclamam que certos eleitores pedem favores, mas lhe são infiéis, de modo que fica caracterizada a dependência do político em relação ao eleitor pelo simples fato de o voto ser secreto e ser apenas prometido. Daí a afirmação de que o político é visto “ao mesmo tempo como fonte e sorvedouro de bens: fonte, pois disponibiliza uma plêiade de recursos materiais ao povo; sorvedouro já que recolhe como benefícios próprios o que deveria ser distribuído à população” (:86). Outra afirmação que está diretamente ligada a essa constatação é: “Pode-se notar, então, que o voto, entre outras coisas, pulveriza o poder pelas relações sociais” (:89), expressa na fórmula “quando o povo não quer, não tem bom” (:90). As

questões suscitadas por este texto passam, necessariamente, pela questão central de indagar se os eleitores vendem, de fato, os seus votos: “A política é um jogo que envolve emissão e retenção de recursos. Um jogo em que políticos e eleitores tomam parte ativa e dão seu rumo, conforme ou malgrado seus desejos, inevitavelmente referidos a um certo código de valores, ao qual de algum modo sempre se constroem” (:94).

Com base em questionamentos como os explicitados acima, o objetivo desta pesquisa é investigar de que modo o desenvolvimento destas relações políticas e seus significados, ou seja, das relações de poder que ocorrem em torno das eleições, alcança mais do que a metrópole e do que o sertão; falando mais especificamente, lugares como aldeias indígenas. O índio, como cidadão, pode gozar de seus direitos políticos, se lhe aprouver, contudo, é garantido a ele o direito constitucional de viver segundo seus usos, tradições e costumes⁶. Entretanto, o que se vê, em certos locais do Brasil, é que os índios estão incorporados às relações políticas locais, das cidades próximas, exercendo seus direitos políticos e participando das suas tramas. A condição política indígena na atualidade é um tema que merece sensíveis reflexões antropológicas. A sua relação com as cidades próximas às aldeias, a interação com a sociedade local se dá de forma muito mais ampla do que simplesmente na questão territorial, mais amiúde abordada pela academia e pela mídia.

Analisar o jogo de poder envolvido na obtenção de votos nas eleições municipais do centro do estado do Maranhão, onde ocorre um processo eleitoral marcado pela

⁶ Carlos Frederico Marés, jurista e ex-presidente da FUNAI, esclarece no site do Instituto Sócio Ambiental algumas questões relativa aos direitos do índio. Dentre os itens há um sobre voto e candidatura: “Não há nenhuma restrição ao voto, de nenhum cidadão brasileiro. Todos os cidadãos brasileiros têm direito a votar. Não há essa restrição em hipótese alguma. Agora, para votar, ele tem que estar inscrito no registro eleitoral, que é o cartório eleitoral. O voto no Brasil é obrigatório, portanto ele, como cidadão brasileiro, é obrigado a votar se for maior de idade e alfabetizado em língua portuguesa. Porém, eu entendo que se ele vive na aldeia, segundo seus usos e tradições e o povo, coletivamente, decide não votar, esta decisão prevalece sobre a obrigatoriedade da lei brasileira, porque os povos indígenas têm o direito constitucional de viver segundo seus usos, tradições e costumes. O índio pode ser candidato, pois é um cidadão com todos os direitos. Para ser candidato, entretanto, há algumas restrições, como o conhecimento da língua, para alguns cargos. Se ele cumprir esses requisitos, poderá ser candidato.”

especificidade de incluir a disputa de votos indígenas é a base desse estudo. Uma análise detalhada de como se dão as interações entre os políticos e os eleitores índios, de como se desenvolvem as relações políticas, fundamenta o objeto desta pesquisa.

Também não só o candidato e o eleitor estiveram sob o foco da investigação, mas personagens como o cabo eleitoral apareceu como o responsável pelo intermédio da relação entre aqueles outros atores políticos, fazendo com que a troca seja realizada. Outras esferas, como família, ONGs, associações, também exercem papéis importantes nas relações, portanto, perceber quem são os atores e quais são os seus papéis no jogo político compõe um item fundamental para a análise. Este ponto apresenta a necessidade em descrever o mosaico que se forma em torno das relações entre índios e políticos, principalmente no período eleitoral. Cabe também não esquecer, como foi comentado acima a respeito do texto de Villela e Marques, que estas trocas e favores fundamentam-se geralmente no contrato verbal. Promessas podem não ser cumpridas, assim como votos podem ser alterados. Mas, de qualquer forma, as relações se constituem e caberá a esta pesquisa analisar seus efeitos, sua importância nos resultados finais.

O objetivo inicial do projeto de pesquisa tinha como foco uma proposta de etnografia das eleições municipais de 2008 na cidade de Barra do Corda, situada no centro-sul do estado do Maranhão. Minha intenção era analisar a participação de duas populações distintas, os Canela e os Tenetehara, neste processo eleitoral e a sua importância no resultado final das eleições. Uma questão levantada no início da pesquisa era se o histórico de conflitos das populações influencia nas relações políticas e sociais entre os políticos locais e os indígenas. Mais à frente veremos como esta questão permeou o redirecionamento do projeto, a partir dos dados obtidos em campo.

Ao cabo de uma primeira incursão ao campo e a partir da reflexão sob o material assim recolhido, como se verá adiante, essa disposição comparativa cedeu à constatação da

necessidade de aprofundar a análise sobre uma só destas populações. Um certo conjunto de particularidades me levaram a optar por desenvolver essa pesquisa tendo os Tenetehara como foco.

A escolha do município em questão se deu estrategicamente, por seu um local que conta com a proximidade de áreas indígenas e com um escritório da FUNAI e, conseqüentemente, com a presença de indivíduos das duas populações inicialmente contempladas na cidade. Em razão de laços familiares com pessoas de alguma forma envolvidas com este município, eu dispunha de certo acervo de dados que serviram de ponto de partida para a elaboração desse projeto, o qual, em sua primeira versão, levava em conta questões, na formulação de suas hipóteses, como a relação entre os atores políticos e os indígenas na região.

Não foi pretendido, em nenhum momento, construir uma monografia sobre Canela e/ou Tenetehara, constituindo o foco do exercício a compreensão da participação política, genericamente, e eleitoral, em particular, dos índios nas eleições municipais de Barra do Corda que decidem votar (o que buscam ao tomar esta decisão, quem influencia a escolha final são indagações pontuais na análise). Contudo, se fez necessário um levantamento de informações sobre Canela e Tenetehara, pois as hipóteses do trabalho só poderiam ser testadas tendo como pano de fundo a compreensão da organização social destas populações. Algumas peculiaridades das populações tiveram de ser levadas em conta, porque um primeiro desafio baseia-se no entendimento do que as duas populações indígenas presentes na região representam no cotidiano daquela cidade.

O recorte escolhido para a investigação não poderia se restringir somente à aldeia ou à cidade, pois, desta forma, o trabalho ficaria incompleto, abrangendo só parte das relações preteridas no estudo. Por conseguinte, a opção de transitar entre aldeia e cidade, observando o limiar entre os dois espaços, parecia a mais acertada.

Para a realização da etnografia proposta no projeto foi montado um cronograma que previa duas idas a campo, com objetivos diferentes. O primeiro como forma de reconhecimento local, levantamento de dados sobre a cidade, sobre as populações e dados de eleições passadas. Também fazia parte deste primeiro momento uma observação das relações dos índios das duas populações entre si, com a sociedade local e com governantes no período não eleitoral. Já a segunda incursão ao campo teve como objetivo a observação do processo eleitoral propriamente dito.

O primeiro período de campo foi realizado nos meses de janeiro e fevereiro de 2008 e algumas modificações significativas foram feitas com relação a esta proposta inicial de pesquisa. Foi apontado no projeto que possivelmente um posicionamento seria adotado, ou seja, a ótica de uma das duas populações indígenas para a descrição das relações políticas, devido ao curto período de campo possível de ser realizado durante o mestrado. Esta incursão ao campo foi fundamental para o novo desenho da pesquisa.

1.1.2 O recorte inicial

“Terra de todas as tribos e de muitas nações.

De brancos, guajás e canelas.”

(cantiga da cidade – domínio público)

Barra do Corda, cidade situada no interior do Maranhão, foi fundada em 1840 à margem do Rio Corda, afluente do rio Mearim, e conta, atualmente, com cerca de 80 mil habitantes. Constitui um município onde a presença indígena é permanente. Esta presença

promove-se em diversas esferas, ajudando a compor não só o cotidiano da cidade, mas também a sua organização política. Circundada por aldeias de populações indígenas distintas, Barra do Corda se caracteriza por ser um local com aspectos peculiares. Muitos índios vão à cidade com diferentes propósitos, desde vender seus artesanatos até ir ao banco sacar os benefícios cedidos pelo governo, como aposentadoria, o que faz com que estes indivíduos estejam presentes no dia-a-dia dos moradores da cidade.

Historicamente existiram muitos conflitos na região, porém, desde 1990, uma relativa estabilidade é observada. Ainda há certa dificuldade de pequenas madeireiras regionais e grupos de posseiros aceitarem as demarcações dos territórios indígenas, apesar dos limites de terra apresentarem boa situação jurídica formal, ocorrendo algumas violações destes limites. A administração regional da FUNAI de Barra do Corda assiste oficialmente as áreas indígenas, sendo estas controladas em parte pelos próprios Tenetehara. Porém, segundo observação do Instituto Sócio Ambiental⁷, esta participação na administração regional não reduziu “o clientelismo típico do órgão e suas tentativas de cooptação das lideranças tradicionais”. Os equipamentos do Estado são precários. Exemplo disso é a situação da saúde e da educação destas populações. Os índios sofrem frequentemente de doenças como verminoses, malária, tuberculose, gripes em maior frequência que a população rural. No que concerne à educação, existe um projeto de escola bilíngüe, porém muitas aldeias Tenetehara não têm escolas ou estas não funcionam, por falta de material didático ou de docentes qualificados. Em 1990 foi fundada em Barra do Corda a Associação Comunitária Guajajara⁸, a primeira organização étnica, visando ampliar as autodeterminações políticas, melhorar a situação econômica com projetos comunitários e revitalizar partes dos elementos culturais dos

⁷ www.isa.org.br

⁸ Guajajara é o termo utilizado de forma recorrente pela população local não índia ao se referirem aos Tenetehara. Eles mesmos, só utilizam essa nomenclatura quando em situação de relação com a população branca, como se referem aos não índios. Entre si, esses indígenas só se chamam por Tenetehara, por isso optei por designá-los assim no decorrer do trabalho aqui apresentado.

Tenetehara. Os recursos financeiros e materiais recebidos por essa associação partiram da Eletronorte. Porém, problemas de divisões internas a essa população não permitiram que a associação durasse muito tempo de forma unificada:

Em final de 1997, os Guajajara das comunidades associadas, insatisfeitos com os resultados alcançados até aquela altura e por causa de disputas faccionais internas, decidiram dividir a Associação. Assim, em 2000 havia 23 associações comunitárias guajajara só na região de Barra do Corda, cada uma tentando atrair recursos para pequenos projetos comunitários. Estes recursos geralmente foram do Banco Mundial, aplicados por meio do Projeto Nordeste.⁹

Com relação à população Canela, há um posto indígena na Aldeia do Ponto, conhecida também como Escalvado. O chefe do posto é um Ramkokamekrá¹⁰ que completou o ensino fundamental em Barra do Corda. A FUNAI também mantém em Escalvado uma escola desde 1977 e em 2001 contava com seis professoras pagas pelo município. Destas, duas eram não-índias e as outras todas Canela, mas com fluência em português. Já na aldeia chamada Porquinhos, há um posto e uma escola de alvenaria, com enfermaria, construídos pela FUNAI no início da década de 1970. Porém, esta última é uma aldeia de difícil acesso, o que dificulta o preenchimento das vagas de professores e enfermeiros no local.

O Instituto Sócio Ambiental ressalta uma mudança significativa ocorrida na administração da FUNAI:

⁹ Trecho retirado do texto “Aspectos contemporâneos” da página dos Guajajara no site do Instituto Sócio Ambiental.

¹⁰ Canela é o nome pelo qual ficaram conhecidos dois grupos Timbira (ramificação do grupo Jê): os Ramkokramekrá e os Apanyekrá. Falam a mesma língua, classificada no tronco Macro-Jê, porém apresentam diferenças significativas na organização social, por exemplo. Para mais informações sobre este povo ver Crocker (1990).

Em 2002, uma mudança administrativa na Funai beneficiou ambos grupos Canela. O administrador regional do órgão em Barra do Corda, Sr. José Jonas Araújo Rocha, da etnia Guajajara, abriu mão de suas atividades direcionadas aos povos de língua Jê. Em seu lugar, foi nomeado o Sr. Raimundo Martins Genésio, que passou a atender aos grupos Canela e aos remanescentes dos "Timbira de Arapatyua" e dos Krenjê que habitam a TI Alto Turiaçu. Desde então, esses grupos vêm tendo muito mais suporte por parte do órgão indigenista.

Porém não foi possível, antes da primeira viagem, obter mais detalhes sobre esta mudança e o porquê deste favorecimento. Também não ficou claro se este novo administrador, Raimundo Genésio, é ou não da etnia Canela. No decorrer da pesquisa, estas questões foram melhor investigadas, com o recurso do trabalho de campo, como forma de compreender melhor como se dão estas relações entre brancos, Canela e Tenetehara também no âmbito da administração do órgão indigenista.¹¹

¹¹ Os detalhes dessa mudança na administração encontram-se no capítulo 2.

Sobre como o trabalho de campo muda a pesquisa

“Na ciência, como na vida, só se acha o que se procura. Não se pode ter a resposta quando não se sabe quais são as perguntas.” (Evans-Pritchard, 2005:243)

1.2.1 Primeiros dias no campo

Ao iniciar uma pesquisa o antropólogo tem como missão inicial delinear um recorte para assim desenvolver um projeto do que pretende analisar. Contudo, nem sempre este recorte se mantém no decorrer da pesquisa, pelos mais variados fatores e creio estar neste fato uma das fases mais interessantes, pois, se tudo ocorresse exatamente como o planejado, talvez nem fosse necessário todo o esforço em coletar os dados. Se, ao deparar com o objeto, percebermos que ele pode nos levar a caminhos mais interessantes, permitir-se modificar, não só a pesquisa, mas também a si mesmo, consiste talvez na fase mais produtiva da pesquisa.

Durante o primeiro ano do mestrado, ao cursar as disciplinas obrigatórias do programa de pós-graduação, me vi inúmeras vezes indagando sobre como seria a primeira ida a campo. Não só com relação às hipóteses formuladas no projeto, isso sem dúvida se faz presente na maior parte do tempo, mas também com relação àquela inquietação, pela qual creio que todos os iniciantes na antropologia passem, sobre se nos sairemos bem no primeiro contato. Depois de anos de faculdade lendo etnografias, nos vemos numa situação onde um manual de regras básicas de como agir no campo seria providencial. Porém, sabemos que não

há regras para tal empreitada. Mesmo assim, dentre todas as leituras e possíveis recomendações sobre trabalho de campo, cito a que, em minha opinião e, sem dúvida, para muitos antropólogos se consagrou como um dos melhores clássicos de toda a Antropologia, o livro *Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande*, de Evans-Pritchard. Não só pelo relato tão completo e agradável de ler, mas principalmente sobre o apêndice “algumas reminiscências e reflexões sobre o trabalho de campo”. Depois de muito perguntar aos seus professores e colegas quais as melhores indicações de como agir numa primeira ida a campo, o autor conclui: “... falei com Malinowski, e ele me disse para não ser um maldito idiota, e então tudo iria bem. Como vêem, não há uma resposta única – muito depende do pesquisador, da sociedade que ele estuda e das condições em que tem de fazê-lo.” (2005:143).

Realizei uma primeira ida a campo em janeiro do ano de 2008, em busca de um primeiro contato com os índios, Canela e Tenetehara, a população local em geral, os representantes de agências governamentais e não governamentais. Fazia parte do cronograma do projeto inicial esta etapa antes da realização do período do campo principal no segundo semestre, no chamado *tempo da política*¹². Ao chegar em Barra do Corda, onde me instalei, fui recebida com certa curiosidade pela pessoas que me recepcionaram. Não pela minha profissão, pois, por se tratar de uma região em permanente contato com indígenas, a população local está acostumada com a presença de antropólogos, mas sim por desejarem saber sobre a pesquisa, qual população eu estava interessada em analisar, Canela ou ‘Guajajara’. Ao lhes informar que pretendia analisar a relação destas duas populações com os habitantes da cidade, recebi uma expressão de reprovação, pois, para eles eu deveria estudar somente os Canela. Indaguei então a eles o porquê do desagrado em saber que também havia

¹²Moacir Palmeira, no texto *Política, Facção e Voto*, de 1996, diz: “Política é identificada a eleições e, sintomaticamente, o período eleitoral é chamado de tempo da política.” Neste texto o autor trata de concepções de política de populações rurais, juntamente com Beatriz Heredia, na área canavieira e no sertão do Pajeú em Pernambuco e na região de Santa Rosa no Rio Grande do Sul. O mesmo termo nativo foi percebido por mim nesta região do Maranhão.

um interesse de minha parte pelos Tenetehara: “olha, vai ser difícil, pois com os Guajajara não temos relação”, me disse uma jovem. Ao tentar desvendar os motivos pelos quais estes índios eram tão mal vistos, recebi com frequência a mesma justificativa de diversas pessoas. Esta se baseava no Massacre de Alto Alegre, quando os indígenas assassinaram missionários capuchinhos, fato este lembrado constantemente, seja pela Igreja católica, com as fotos na entrada da matriz dos frades e freiras assassinados, seja através dos versos das cantigas da cidade.

Com os dias, percebi que a distinção entre as duas populações não está só na origem delas, mas principalmente no senso comum da população da cidade. Quando perguntado para qualquer habitante a respeito dos índios, da relação deles com as pessoas da cidade a resposta girava sempre em torno do mesmo argumento: os Canela são índios de verdade, pois ainda mantém a sua ‘cultura’, enquanto os Guajajara são bandidos e bêbados. Há até mesmo os que afirmem que estes nem índios são mais. Os indivíduos dessas duas populações são facilmente distinguidos pelos habitantes da cidade, tão acostumados com sua presença. Além da diferença na língua falada por eles, fisicamente são bastante distinguíveis: os Canela são chamados assim justamente por serem altos e magros e apresentarem também um modo de cortar o cabelo e se pintar específicos, enquanto os Tenetehara são mais baixos e ‘troncudos’ e quase nunca utilizam adornos típicos. O artesanato também faz parte deste senso comum dos habitantes da cidade, já que os colares Canela são mais apreciados, vistos como mais trabalhados, enquanto os feitos pelos Tenetehara não, pois são feitos com miçangas e não mais só de sementes e penas, como os primeiros.

Essa evidente hostilidade dos habitantes de Barra do Corda para com os Tenetehara, tornou-se atrativa para a minha pesquisa. Afinal, se uma das questões de trabalho se baseava na relação de políticos locais com os indígenas, era preciso investigar de que modo se deu esta diferenciação entre Canela e Tenetehara pela população da cidade. Era evidente a

configuração peculiar do local, do trato dos habitantes da cidade com as populações indígenas.

Também no âmbito da política, a divergência entre estas populações se mostrou de grandes consequências. Ao analisar dados quantitativos de eleições passadas, pude perceber uma significativa diferença no modo como estas populações organizavam (ou não) a sua participação no processo eleitoral. A população Canela, situada em um número pequeno de aldeias, contando com uma população de cerca de 1200 indivíduos, se localiza em terra indígena que se estende em território situado parcialmente em Barra do Corda e por outra parte no recente e pequeno município de Fernando Falcão¹³. A cidade conta com cerca de cinco mil habitantes e era parte do município de Barra do Corda até 1997, quando foi emancipada. A população apta a votar de Fernando Falcão, segundo dados IBGE de 2007, é de 5.907, incluindo a população indígena Canela¹⁴, que deve contar com cerca de 800 indivíduos votantes, segundo estimativas não oficiais¹⁵. Para se eleger, um candidato a vereador, em um município com estas características, necessita de cerca de 500 votos¹⁶. Dados como estes nos mostram a importância do voto dos Canela, afinal representam 13,54% dos votantes deste município. Este fato foi percebido por eles, já que na eleição de 2004 chegaram mesmo a lançar um candidato indígena a vereador e este se elegeu com a maioria dos votos nas urnas pertencentes à seção eleitoral que abrange o território indígena. Deste modo, pode-se levantar a hipótese de certa organização desses indígenas, com uma orientação

¹³ O nome do município se deu em homenagem a um ex-prefeito de Barra do Corda, na década de 1970. Benedito Terceiro, deputado estadual na época, político conhecido na região, foi o criador do projeto de transformação da região em município independente de Barra do Corda. Terceiro nasceu e foi criado na cidade de Rosário, também interior do Maranhão onde iniciou sua carreira política e foi *descoberto* por Fernando Falcão. Por isso deu seu nome à nova cidade.

¹⁴ Apesar de a terra indígena fazer parte dos dois municípios, os votos da população Canela se referem à Fernando Falcão.

¹⁵ Informação esta cedida a mim pelo Jonaton Júnior, antropólogo que trabalha há anos na região. Desenvolveu um trabalho sobre os movimentos messiânicos Canela, pela UFMA.

¹⁶ Para saber quantos votos precisa para se eleger o candidato a vereador deve alcançar o quociente eleitoral (este é o resultado do número de votos válidos para vereador na cidade dividido pela quantidade de vagas que há no legislativo municipal).

étnica dos votos. Todavia, não pude obter informações de como este direcionamento se dá (ou não), com relação a candidatos não-indígenas, como no caso do candidato o prefeito. Tive apenas algumas informações de um antropólogo e de um político moradores de Barra do Corda sobre comícios realizados nas aldeias Canela em processos eleitorais passados. Estes já ocorriam mesmo antes da emancipação de Fernando Falcão, ou seja, há dez anos, o que envolve dois períodos de eleições municipais. Porém não obtive dados mais detalhados, já que as etnografias feitas sobre os Canela não abordaram a participação indígena em eleições.

Considerarei que uma investigação detalhada sobre como a organização dos Canela se reflete no modo como votam e se relacionam com os políticos locais, tendo em conta os muitos eventos que ocorreriam na aldeia, como os comícios e as votações, dependeria de uma estadia minha em uma aldeia Canela no período que abrange a campanha dos políticos até o dia da votação propriamente dita, nos meses de agosto, setembro e início de outubro. Se assim não fosse, o trabalho se configuraria de modo superficial. A situação se constitui mais penosa se pensarmos na população Tenetehara, que é fragmentada, conta com um número muito superior de aldeias em relação às Canela e com o complicador de a extensão desta não se limitar só ao município de Barra do Corda, uma grande parte se localiza no município de Jenipapo dos Vieiras¹⁷. Outro ponto é que a grande maioria dos Tenetehara não votava nas aldeias e sim em diversos locais da cidade.

Com isso, comecei a me dar conta de que talvez seria esta a hora de redefinir o recorte da pesquisa, pois não conseguiria acompanhar o processo eleitoral do ano de 2008 das duas populações indígenas e obter resultados significativos confiáveis. Dentro dos limites de mestrado deveria optar pelos Canela ou pelos Tenetehara. Há uma distância considerável entre as reservas indígenas das duas populações, sem contar o fato de se situarem em

¹⁷ Ver mapa de parte das aldeias no capítulo 2.

municípios diferentes. Só seria viável a comparação proposta inicialmente se, como foi pensado no projeto, os indivíduos das duas populações votassem na cidade, ou o tempo da pesquisa fosse longo o suficiente para abranger dois períodos eleitorais. De todo modo, a ideia de comparar a participação destas duas populações indígenas foi retirada da proposta do mestrado, mas não foi abandonada totalmente. A ideia de comparar a participação indígena no processo eleitoral poderá ser retomada adiante, noutro projeto de pesquisa.

A decisão de abrir mão de uma das populações indígenas na análise foi tomada, contudo permanecia a dúvida ainda sobre qual das duas optar. Esta escolha não se daria de modo aleatório, por isso comecei a pesar uma série de fatores que poderiam me ajudar nesta definição. Primeiramente, era preciso levar em conta a viabilidade da pesquisa de campo, ou seja, em qual local seria mais fácil eu me instalar, onde eu teria mais acesso e seria melhor recebida. Depois, gostaria de levar em conta não apenas questões de logística e de viabilidade, mas também outros fatores metodológicos que me levassem a crer que seria mais produtivo investir em determinada população. Por esse motivo, voltei a refletir sobre os dados numéricos a respeito dos Canela e do município de Fernando Falcão, expostos anteriormente, e buscar dados de eleições passadas sobre Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras e também sobre os números Tenetehara.

Logo de início uma dúvida se fez presente: era difícil compreender porque, sendo os Tenetehara em maior número, estes não haviam lançado candidato como ocorreu entre os Canela. Os Tenetehara, somente nas duas áreas indígenas da região, Rodeador e Cana Brava, somam, cerca de seis mil índios. Isso, somando-se ao fato da população local não manter boas relações com esta população, me intrigaram cada vez mais. Assim, me deparei com questões que renderiam uma investigação no âmbito político e social da região.

Como este primeiro campo não dizia respeito a um período eleitoral, resolvi buscar, entre outras coisas, uma melhor compreensão do significado do Massacre de Alto

Alegre para os habitantes da cidade e para os Tenetehara. Era difícil entender como um ocorrido do início do século passado podia ser tão presente no dia-a-dia daquele lugar, determinando as relações entre índios e brancos.

Passados mais alguns dias notei que a tensão entre as populações ia além da memória desse episódio. A história do Massacre como justificativa para o desagrado dos moradores de Barra do Corda com os Tenetehara era, por assim dizer, uma resposta padrão. Fatos mais recentes, como manifestações onde os Tenetehara fecharam a BR226, que liga o município de Barra do Corda à Grajaú, revoltam a população da cidade. Justamente por ser esta a estrada por onde vêm os caminhões que abastecem os mercados da cidade. Portanto, se não houver rapidamente a liberação da passagem, faltarão mantimentos à população. Houve mesmo uma vez onde derrubaram uma torre de energia e a BR permaneceu fechada por cinco dias, fazendo com que as prateleiras do mercado da cidade ficassem praticamente vazias. Também há a questão dos assaltos frequentes que caminhoneiros sofrem na estrada nas proximidades das aldeias, fatos que chegaram a ganhar espaço na mídia regional e nacional, em determinados momentos¹⁸.

1.2.2 O novo recorte

Além desse fator de histórica hostilidade ao povo Tenetehara, que se configura por si só um intrigante objeto de estudo, me deparei com situações mais inesperadas. Ao

¹⁸ Afora os jornais locais, me refiro a reportagens encontradas na Folha de São Paulo de outubro de 2007.

perguntar a um morador onde se localizava o escritório da FUNAI, para que eu pudesse me apresentar como pesquisadora interessada em trabalhar com os povos indígenas locais, este me respondeu com a pergunta: “Mas qual FUNAI você quer? Porque aqui tem a do Tadeu, a do Jonas e a do Genésio”. Reconheci os dois últimos nomes, das minhas pesquisas na internet no período que antecedeu a viagem. Ambos administradores, sendo que o último mantinha suas atividades destinadas somente aos Canela. Perguntei, então, qual era a diferença entre elas e obtive como resposta que ‘a do Genésio’ era dos Canela e as duas primeiras eram dos Guajajara. Novamente, indaguei porque havia duas FUNAI para os Guajajara: “ah, porque uma é dos Rocha e outra dos Mendes”. Não consegui, neste primeiro momento, obter mais informações a respeito dessa divisão e minha curiosidade sobre esta população crescia a cada informação nova. Logicamente, quis visitar os três escritórios do órgão que existiam na cidade de Barra do Corda.¹⁹ Mas logo me foi dito que “a FUNAI do Jonas” tinha sido fechada pela polícia federal, devido à problemas de prestação de contas. De fato, passei na frente do local e me deparei com um imenso cadeado na porta, em horário comercial.

A situação se complexificava cada vez mais e, conseqüentemente, mais eu me interessava. A essa altura eu já tinha me dado conta de que deveria optar por uma das duas populações. A bibliografia relativa aos Tenetehara também não se equiparava à quantidade de estudos desenvolvidos sobre os Canela. Enfim, através dessa junção de fatores, a opção pelos Tenetehara foi tomada. Para tanto, diminui o recorte com relação aos atores, mas o ampliei espacialmente, pois agora era preciso investigar tanto Barra do Corda como Jenipapo dos Vieiras, o município vizinho que engloba parte da terra indígena Cana Brava, onde se encontram grande parte dos Tenetehara da região.

¹⁹ No estado do Maranhão, os escritórios da FUNAI se localizam na capital, São Luís, e nas cidades de Imperatriz e Barra do Corda. Atualmente, no site da FUNAI há referência para os três escritórios de Barra do Corda.

Por conseguinte, algumas perguntas de trabalho também deveriam ser modificadas. Agora, o foco seria nas relações dos Tenetehara com os políticos de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, retirando-se os Canela do mosaico. Contudo, a nova questão que passa a permear a pesquisa, não é mais somente a relação política e seus significados entre índios e não índios, mas principalmente as relações entre os próprios Tenetehara, no interior de sua organização social enquanto população indígena e seus reflexos na política local. Assim como o papel da política em seu modo de organização.

2. Capítulo 1 – Conflitos: Índios, brancos e a democracia

2.1 Antropologia da Política e Etnologia Indígena

A importância do estudo de processos políticos, dentre eles as eleições, através de uma abordagem antropológica, apesar de ser algo relativamente recente, já foi defendida por alguns antropólogos, como explicitado na apresentação do livro *Antropologia, Voto e Representação Política*, de Márcio Goldman e Moacir Palmeira²⁰. Mostrando a origem da antropologia política, como subdisciplina da antropologia social, os autores buscam apresentar as questões que foram levantadas nos estudos cujo objeto se enquadra nessa subdivisão das ciências sociais. Assim como em outras linhas de pesquisa da antropologia, ocorreram problemas com os modelos desenvolvidos com base em sociedades ditas primitivas, quando os olhares dos antropólogos começaram a se voltar para as suas próprias sociedades, para as ‘sociedades complexas’, e perceberam que os conceitos utilizados anteriormente não dariam conta dos contextos que se pretendia estudar.

A dicotomia ‘sociedades complexas’ versus ‘sociedade primitivas’, apesar das variadas críticas, permeou a história da antropologia e, de certa forma, também fez parte dos estudos realizados pela linha de pesquisa da antropologia política. Se voltarmos ao estrutural-funcionalismo britânico, veremos que a publicação de *Sistemas Políticos Africanos*,

²⁰Nesse texto alguns trabalhos pioneiros são citados a respeito de eleições como os de Sá (1974), Martinnez-Alier (1977) e Caldeira (1980).

organizado por Evans-Pritchard e Meyer Fortes (1940), marca a constituição da antropologia política enquanto disciplina, centrando a análise, como o próprio título sugere, nas sociedades africanas e em suas organizações políticas, subentendidas como simples. Também podemos citar Radcliffe-Brown (1973), que procurou definir a antropologia política através do estudo da manutenção da ordem social, ao analisar estruturas e funções na sociedade primitiva.

Em contraposição a esses trabalhos, temos pesquisas atuais que trabalham no âmbito da “Antropologia da Política”, principalmente sobre a temática das eleições. (cf. Goldman e Palmeira, 1996). Elas se voltam, portanto, para um estudo ambientado na ‘sociedade complexa’ – as ‘nossas’, de alguma forma - na análise de suas relações políticas particulares. O que se viu como pano de fundo nas discussões conceituais que ocorreram no campo da Antropologia Política, tanto na década de 1940 e 1960, ou seja, tanto no estrutural-funcionalismo como no movimento processualista da antropologia social britânica, foi uma discussão em torno da localização do *poder*. Entretanto, veremos com Michel Foucault que o poder não deve ser visto necessariamente como algo com localização específica, podendo ser tratado como um feixe de relações que permeiam a composição da vida social, o que mostra a ênfase desse autor no desenvolvimento de uma analítica do poder, ao invés de uma teoria do poder. Essa análise ‘microfísica’ e não ‘microscópica’ do poder proposta por Foucault (1979) retrata, de forma singular, o que caracteriza uma proposta de etnografar eleições, pois o interessante nesse objeto é justamente captar como ocorrem as relações de poder na dimensão da política local. Diferentemente de como foram tratadas as eleições no âmbito da Ciência Política, onde o foco se deteve na questão da representação, através da análise da constituição e funcionamento de partidos políticos, ou seja, numa visão ‘internalista’ do fenômeno (ibidem), na abordagem antropológica busca-se ampliar o campo de análise, apresentando concepções ‘nativas’ de poder e política, facções, relações político-eleitor, mapeamento de

atores sociais dentro do processo eleitoral, etc. Para tanto, a etnografia, o trabalho empírico no campo se faz indispensável.

O que dizer quando um tema como eleição se apresenta como um ponto de conexão com a dita ‘sociedade primitiva’? Algo que diz respeito à democracia e a um tipo de governo próprio de sociedades que mantém, por excelência, um Estado como base de sua organização política? Quando índios se tornam eleitores e candidatos, onde se encaixa a análise? Não pode ser determinada por um lado ou por outro da dicotomia, não pode ser vista como um estudo de sociedades primitivas e nem de sociedades complexas, já que é marcada por um caráter híbrido, confirmando ainda mais a problemática da divisão ‘nós e outros’. A ideia de populações indígenas participando de eleições e, muitas vezes, até mesmo determinando seu resultado, trabalha não só com o tema do ‘contato’, das relações interétnicas, mas com questões como poder, significado, troca, faccionalismo, entre outras. Esta é uma situação que não permite que seja aplicado o esquema dualista utilizado na maioria dos estudos sobre o contato interétnico que apresenta oposições e tensões entre o “tradicional” e o “moderno” (De Paula, 2002). Há uma superação da oposição estabelecida entre análises ‘internalistas’ e ‘externalistas’, pois se trata de processos políticos que envolvem indígenas, mas se realizam em contextos sociais mais amplos. Escapam da aldeia, dizendo respeito também à cidade. Com isso nos deparamos com a impossibilidade em delimitar as fronteiras entre os múltiplos universos socioculturais em interação nos campos políticos.

João Pacheco de Oliveira Filho escreveu um pequeno artigo sobre a participação indígena no processo eleitoral de 1982. Havia então, naquele contexto, 15 candidatos índios (um a vice-prefeito, outro a deputado federal e os demais ao cargo de vereador). Poucos com participação ativa em movimentos indígenas, a maioria distante de “uma consciência étnica e política mais delineada” (1983:96). O autor afirma que a participação se dava ao nível da

política local, como forma de representar interesses específicos de certo grupo étnico ou até mesmo uma de suas divisões internas, dando espaço a alianças táticas com outras forças políticas para se defender de intuitos espoliativos de outros grupos sociais. Dos 15 em questão, 13 eram candidatos a vereador: um pelo PT e os outros divididos entre PDS e PMDB. O autor argumenta que os indígenas, que resolveram se candidatar, apresentaram uma preferência partidária pelas forças políticas em disputa pelo poder estadual, mais do que pelos conteúdos ideológicos ou programas partidários. Um problema levantado pelo autor se constitui pelo fato de que uma candidatura indígena num partido de oposição pode gerar interpretações generalizantes, como dizer que isto rompe com as ‘políticas de clientela’, significando um “avanço no processo de mobilização e conscientização indígena” (: 97). O autor ressalta a importância das micro-estratégias contidas em tais eventos: “Qualquer análise que pretende chegar a resultados assim tão conclusivos não pode trabalhar abstratamente com princípios partidários, mas precisa detectar os grupos sociais em presença e seus respectivos engates a partidos e forças políticas” (: 97).

Algumas dessas ponderações podem ser aproximadas do que se passa entre certos Tenetehara e políticos locais. Em Barra do Corda, o chefe de assuntos indígenas da prefeitura é uma liderança Tenetehara. Pude perceber que quem, por algum motivo, tenha rivalidades com este indivíduo ou sua família, declara abertamente que não apoiará o prefeito em futuras candidaturas deste. Este fato se configurou em um indício de divisão entre os próprios Tenetehara, refletindo-se, possivelmente, no direcionamento do voto²¹. Mas, a diferença do presente trabalho em relação ao de João Pacheco – e que o aproxima mais dos trabalhos da Antropologia da Política do que da Etnologia Indígena – está no fato de que a preocupação

²¹ No decorrer do trabalho de campo essas questões foram esclarecidas e amplificadas, como será detalhado nos capítulos seguintes.

observada aqui não se centra na consciência étnica nem em coerência partidária, mas nos arranjos que importam para os que participam dessa *política*. Porém, isso leva à segunda linha de pesquisa, já que organização social Tenetehara deve ser observada para que se compreenda os arranjos que determinam a participação na *política* e de que modo isso acontece. De forma situacional, a ideia de unidade Tenetehara pode ser acionada, como veremos, mas, no cotidiano da *política*, a lógica que opera é a dos arranjos internos a essa população. Arranjos pouco ou nada conhecidos pelos não índios, mas que se enfatizam no período eleitoral.

Essas reflexões sugerem inter-relações importantes de atuações políticas, que nos fazem retomar a ideia de que uma etnografia das eleições municipais de locais como as cidades apresentadas aqui, com a peculiaridade da participação indígena, nos mostra aspectos do cotidiano social vivido no interior do país, que são descritos como a “pequena política”, mas que emprestam, e tomam emprestado, significados da “grande política”. Ou seja, o funcionamento da democracia, como uma questão de grande proporção pode ser pensado através de um “recorte pequeno” como o proposto neste projeto (Goldman, 2006).

Justamente pelo fato dos atores presentes neste recorte comporem coletividades indígenas e não indígenas, a análise dos significados das relações políticas deverá abranger a compreensão de determinados aspectos da organização social Tenetehara, lançando mão de ferramentas teóricas e metodológicas da antropologia das sociedades complexas, da etnologia indígena e da antropologia da política. A utilização desses diferentes setores da antropologia se faz indispensável para o entendimento do que está em questão no jogo político durante a disputa eleitoral que se fez objeto de investigação, e também para que se tornem visíveis os pontos significativos no panorama social, surgidos a partir dessa análise.

2.1.1 Política Local: facções e conflitos no processo eleitoral

O texto *Política, Facções e Voto*, de Moacir Palmeira, expõe duas imagens frequentemente encontradas em trabalhos relativos à política local no Brasil: a do mandonismo exclusivista do chefe político e a de duas facções ou partidos que dividem um município e se afrontam permanentemente. Essas duas imagens, como enfatiza o autor, não dão o valor devido ao peso e ao significado social contidos nas eleições. A primeira apresenta a eleição como uma farsa, pois, se há o exclusivismo de um chefe político, o resultado é sabido *a priori*, enquanto a segunda trata de mostrar os sentimentos exaltados de uma divisão dessa proporção, porém sem avaliar o significado e extensão da mesma para o município em questão. Ao apresentar uma revisão bibliográfica a respeito do tema, Palmeira percebe que o conflito existente entre “situação” e “oposição” em torno da política local não se caracteriza por uma atividade permanente, e sim por uma identificação com as eleições. A política local se caracteriza por uma descontinuidade entre a política e o cotidiano, o que ele define como *tempo da política*²². As facções identificadas no período eleitoral, onde é possível presenciar o conflito aberto, constituem elemento fundamental para a compreensão do significado das eleições na vida social do município.

Ao analisar o processo eleitoral em Manoel Ribas, no estado do Paraná, Ricardo Cid Fernandes (2006) destaca a importância da participação dos Kaingang, ao mostrar que esta soma quase 5% dos votos, com 396 eleitores. Nessa esfera eleitoral, onde a cidadania do índio não é questionada, como se vê em outras esferas, o voto indígena pode ser tanto cobiçado como temido, modificando discursos de políticos, dependendo do seu peso e

²² Termo compartilhado por todos meus informantes, habitantes das cidades em questão e da aldeia visitada.

significado no universo total dos votos. No local referido por Fernandes, o voto indígena tem sua importância. Surgem elementos nos discursos político-eleitorais que não estão presentes na política dos ‘brancos’. Isso traz à tona a importância da metodologia antropológica para a compreensão dos significados destes elementos, mais especificamente a etnografia, para “analisar esta trama eleitoral [que] implica compreender o trânsito entre a política dos brancos e a política dos índios, implica conhecer fronteiras que dividem e conectam modos e mundos...” (Fernandes, 2006:3).

O “15” e o “23” representam coligações partidárias formadas em torno das eleições de 2004, mas significaram muito mais para os Kaingang de Ivaí. Se forem enquadrados nas definições de política expostas acima, serão definidos pelo conflito, pois apresentam um caráter negativo de reciprocidade, de acordo com a primeira forma, e denotam faccionalismo, de acordo com a segunda, pois pressupõem situações de inclusão e exclusão. Reproduzirei de maneira sucinta o relato etnográfico realizado por Fernandes para que se tornem mais claras essas definições.

Na época das eleições municipais de Manuel Ribas, em 2004, foi realizada uma eleição para cacique entre os Kaingang²³. O vencedor apoiou (na verdade já apoiava) a coligação do “23”, enquanto o perdedor resolveu candidatar-se a vereador pela coligação do “15”. Com isso, o próprio sentido de comunidade passou a fazer parte da disputa, já que, apesar de proibida por decisão da liderança indígena qualquer tipo de propaganda eleitoral na aldeia, houve um comício do “23”, enquanto o do “15” foi proibido. Contudo, o que se viu nos resultados das urnas foi um certo equilíbrio dos votos indígenas: 155 para o “15” e 165 para o “23”. Apesar de a maioria dos votos indígenas ter sido para a coligação apoiada pelo

²³Os Kaingang constituem uma das mais numerosas populações indígenas do Brasil, cerca de 25.000 e habitam regiões nos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Esta análise refere-se aos Kaingang da Aldeia de Sede, localizada a sete quilômetros do município de Manuel Ribas. Dados encontrados no próprio texto de Fernandes.

então cacique, o candidato a prefeito pelo “15” foi quem ganhou as eleições. O reflexo desse resultado pôde ser visto na interferência sobre os serviços públicos essenciais, os quais se apresentaram como instrumentos políticos estratégicos. Até mesmo a distribuição de leite, através da prefeitura, foi afetada pelo faccionalismo político:

Na escola, na enfermaria, e mesmo na distribuição de leite, a *política pega*. Nestes ambientes não houve, e não há, espaço para neutralidade. [...] a disputa entre os indígenas envolve os ambientes que elevam as unidades sociais à qualidade de unidades de troca, fundamento de organização social Kaingang. Ou seja, onde a troca é regulada politicamente, a disputa eclode. (ibidem: 10)

As facções da política local mesclam-se, portanto, com o modo de organização dessa população indígena. Especificamente nesse caso, em Manuel Ribas, o “15” e o “23” representaram elementos de constituição política dos Kaingang. O voto representa mais uma adesão do que uma escolha individual, sendo que essa adesão se trata de um processo que compromete o indivíduo, a família ou a unidade social, até mesmo para além das eleições. O voto adquire aqui um significado social que envolve elementos como promessas, reciprocidade e honra, não tendo espaço para o eleitor indeciso (Palmeira, 1996).

Essa situação reflete um dos resultados possíveis das relações entre sociedades indígenas e o Estado nacional. A rivalidade entre as facções simbolizadas pelo “15” e pelo “23” ganhou uma dimensão enorme dentro da aldeia, interferindo nas políticas públicas, necessárias para a manutenção da própria sociedade indígena, chegando mesmo a questionar a noção de *público*. Também podemos ver a situação de tensão após o resultado das urnas:

Com a posse da nova liderança indígena, após as eleições municipais, Os Kaingang do Ivaí reorganizaram sua estrutura política. O ‘15’

ganhou as eleições. Esta não era apenas uma conquista da coligação do PMDB/PP/PT/PL, mas uma importante vitória dos Kaingang. Cinco meses após a eleição para prefeito em Manoel Ribas, os Kaingang do '15' assumiam legitimamente o controle da política indígena. A nova liderança foi formada de maneira a acomodar as fraturas sociais expostas pelo processo eleitoral. Neste contexto não se tratava apenas de restabelecer a ordem social ou os mecanismos de exercício do poder. Tratava-se de reorientar a relação entre políticas e políticos, redefinindo domínios públicos e recuperando as condições de troca entre unidades sociais. (ibidem: 22;23)

O engajamento político de indígenas vem crescendo no Brasil, com algumas candidaturas indígenas²⁴ e com sua participação como eleitores na corrida para decidir cargos públicos, de tempos em tempos. Fernandes, como já foi exposto resumidamente, busca explicitar o quanto a política dos brancos interferia no cotidiano da população indígena, mostrando como o tempo da política se torna decisivo para o rearranjo e funcionamento dos serviços públicos necessários à vida dos indivíduos da aldeia. Porém, o texto de Fernandes mantém o foco nos acontecimentos que se dão no interior da aldeia, entre os índios que apóiam o cacique e os que apóiam o “23” e como isso se reflete ali, no ambiente da aldeia. Uma análise focada em outra perspectiva, como a relação dos indígenas com os políticos de Manuel Ribas, em como acontecem as negociações do apoio numa ou noutra coligação, levaria a outra etnografia, mas poderia suscitar questões interessantes com relação a esse contato (interétnico), a essas novas formas de pensar as relações do índio com o Estado, pois “a política local é a arena onde são definidas as políticas a serem implementadas para a população indígena e a não indígena” (Alvarez, 2004).

²⁴Segundo dados do ISA, nas eleições municipais de 2000, cerca de 350 índios pleitearam vagas em todo o Brasil, das quais treze para prefeito. Destes que se candidataram, 80 foram eleitos. O ato de participar das eleições envolve o pertencimento a um partido e, portanto, arranjos inexistentes anteriormente. Entra em cena uma gramática social e simbólica aparentemente estranha ao cotidiano indígena, que é apropriada de diferentes maneiras. Um exemplo disso é descrito por Rufino (2002): “uns [índios] seriam representantes legítimos de seu povo, indicados ao pleito eleitoral diretamente pela decisão de suas comunidades ou de suas respectivas organizações indígenas. Outros seriam candidatos isolados, envolvidos em um projeto político próprio, determinados a atuar na vida pública”.

Neste sentido, podemos citar o trabalho de mestrado de Luís Roberto de Paula (2002), pois, ao analisar o funcionamento das facções Xerente, o autor se deparou com o período eleitoral e com ele as particularidades da participação indígena em eleições. O foco da dissertação, a princípio, foram as facções, a visão, as noções e as práticas políticas Xerente, porém acabou por ir além do universo interior às terras indígenas. Abrangeu um detalhamento sobre a multiplicidade de processos e atores não-indígenas, a situações extra-aldeia. O autor cria um instrumento de análise, um recurso conceitual, que chamou de *facciosismo indígena ampliado*. Uma compreensão antropológica da política feita por estes indígenas exige um conhecimento sociológico e político extra-aldeia:

O mundo da política Xerente se contrói na articulação com esses outros atores e processo, daí também o recurso ao conceito de esfera local, que é o universo mais imediato onde os Xerente exercitam sua política. A esfera local inclui as aldeias e seu facciosismo interno que, porém, não pode ser vivenciado e conhecido senão em sua relação com os demais elementos que compõem essa mesma esfera, distinguidos analiticamente no decorrer dessa dissertação como não-indígenas e supra-aldeias. (p.275)

Apesar de se deparar com dispositivos internos aos Xerente, como parentesco, gerontocracia e conflitos faccionais, o autor não pode distinguir entre tradicionais e modernos, já que estes se interpenetram o tempo todo. Ele lança mão de definições conceituais como *poder, política e facção*, para uma melhor apreensão da dinâmica política focalizada.

O interesse do etnógrafo pela dinâmica das relações políticas ocorridas neste período o fez dedicar parte do capítulo final de sua dissertação a essa participação Xerente no processo eleitoral. As candidaturas Xerente se norteiam pela estratégia, citada acima, narrada por Oliveira Filho de que a escolha se dá pelas forças políticas estaduais com maior

prestígio²⁵, em detrimento dos programas do partido e de uma ideologia. Fato este que deixou intrigado o autor, que se declarou antropólogo-militante.

Conclui sua dissertação com a afirmação de que “de uma suposta sociedade envolvida, os Xerente cada vez mais dão mostras de que se vêm constituindo, a passos curtos, mas eficazes, uma poderosa sociedade histórica envolvente.” (: 280), frase esta que se assemelha ao que vêm acontecendo com os Tenetehara, se pensarmos sobre a previsão de Wagley e Galvão, onde haveria um assimilação total desses indígenas à população rural.

O significado do voto para o “branco” e para o “índio”, as negociações que se dão em torno dele na época das eleições e até mesmo as relações entre os políticos e os indígenas fora do tempo da política, são abordagens que podem ajudar na compreensão das diversas formas que a democracia adquire nos variados contextos eleitorais. Inevitavelmente, é preciso adentrar o universo dos Tenetehara para compreender como ocorrem as adesões aos candidatos representados por números, assim como o fez Ricardo Cid com os Kaingang. Apresento alguns pontos importantes relativos a essa população levantados por pesquisadores que a estudaram ao longo do século XX. Como forma de complementar, e às vezes, contrapor, o observado em campo.

²⁵ Arrisco dizer que o termo prestígio utilizado por este autor pode ser entendido à maneira como foi utilizado por Villela e Marques (2002).

2.1 Os Tenetehara

Tenetehara, em seu significado literal, é uma palavra composta pelo verbo “ten” (ser), seguido do qualificativo “ete” (intenso, verdadeiro) e terminada com “hara” (aquele, o). Corresponde ao “ser íntegro”, à “gente verdadeira”, exprimindo orgulho e uma posição singular (Gomes, 2002). Obviamente, esta é uma interpretação de missionários que trabalharam na região, acrescido de uma análise de lingüistas. Se perguntado a um indivíduo Tenetehara, ele provavelmente não saberá dividir o termo assim, de modo científico. Mas, sem dúvida, afirmará ser um Tenetehara, pertencente a este povo, o que o diferencia das outras populações da região, no caso, Canela e *karaiw*²⁶.

O primeiro registro encontrado a respeito desta população na historiografia foi feito pelos franceses no começo do século XVII, quando estiveram no Maranhão. Aparecem como “les Pinariens”, ou seja, “os habitantes do Rio Pindaré”. Um pouco depois, em 1616, foram chamados de Guajajara por Bento Maciel Parente, um português que adquirira fama pelo morticínio de índios do Maranhão e Pará. Esta designação permanece até hoje e é utilizada, principalmente pela população não índia, para denominar os Tenetehara do Maranhão. Estes entendem o termo Guajajara por “donos do cocar”, e há uma hipótese que esta designação tenha surgido na relação com os Tupinambás da Ilha de São Luís (ibidem: 49).

²⁶ Os indígenas Tenetehara tratam a população local, das cidades próximas, por *karaiw*, que na língua utilizada por eles, um dialeto tupi, significa “branco”. Nas conversas que tive com algumas lideranças, eles se referiram aos *karaiw* como ‘brancos’ e poucas vezes “não índios”.

Em grande parte da literatura sobre eles é mais comum a utilização do termo Guajajara do que Tenetehara²⁷. São remanescentes dos tupi-guarani e utilizam a língua materna, classificada no tronco-tupi, como primeira língua. O português, que não é de grande domínio, principalmente pelas mulheres, vem em segundo lugar e não costuma ser utilizado entre eles, e sim com a população da cidade, com os não índios.

Mantêm o maior contingente populacional indígena no Estado do Maranhão, sendo um dos mais numerosos do Brasil: contam com aproximadamente 13.000 indivíduos, o que totaliza 76,5% dos indígenas no estado. Vivem em regiões consideradas de florestas de transição, pois habitam o limiar entre floresta amazônica e cerrado. Atualmente, como as terras estão homologadas e registradas, não há grandes conflitos na região com relação ao território. Contudo, esta população não está totalmente livre de invasões, de tempos em tempos. Os conflitos em geral ocorrem com madeireiras e carvoeiras regionais.

Possuem, também, território fragmentado, espalhado por diversos locais do território estadual. A disposição das terras se configura conforme a tabela abaixo. As informações aí relacionadas sobre as terras indígenas são precisas, já que todas estão homologadas.

²⁷ Muitos autores, inclusive, afirmam que os próprios indígenas se autodenominam como Guajajara. Mércio Gomes (idem) diz que o termo é utilizado somente no diálogo com brasileiros, porém, no meu caso, os indígenas se apresentaram a mim como Tenetehara. Somente alguns caciques se diziam Guajajara, mas no diálogo com pessoas da cidade. Por isso a opção de chamá-los de Tenetehara no presente trabalho.

TI's Tehetehara no Maranhão

Terra Indígena	Município (s)	Extensão (ha)
Araribóia	Amarante, Grajaú, Santa Luzia	413.288
Bacurizinho	Grajaú	82.432
Cana-Brava	Barra do Corda, Grajaú	137.329
Caru	Bom Jardim	172.667
Governador	Amarante	41.644
Krikatí	Amarante, Montes Altos, Sítio Novo	146.000
Lagoa Comprida	Barra do Corda	13.198
Morro Branco	Grajaú	49
Rio Pindaré	Bom Jardim, Monção	15.002
Rodeador	Barra do Corda	2.319
Urucu-Juruá	Grajaú	12.697

Fonte: FUNAI.

Porém, com relação ao número populacional e às aldeias, dispomos apenas de uma estimativa, feita por Mércio Gomes em 1998, acrescida de algumas atualizações encontradas no trabalho desenvolvido por Elisabeth Beserra Coelho (2002)²⁸.

Ao tentar compreender um pouco mais sobre essa dinâmica das aldeias, uma liderança indígena me afirmou: “o Tenetehara tem por natureza a mudança”. Ele se referia, desse modo, à instabilidade na composição populacional das aldeias. A maioria dos conflitos

²⁸ Professora da UFMA, que analisou a disputa de terra envolvendo índios e brancos no Maranhão. Também participou do documentário a respeito do incidente de Alto Alegre.

internos não leva à deposição de caciques, mas sim à debandada de alguns grupos para a formação de uma nova aldeia. Contudo, isso não representa uma quebra de relações. Mudam-se, mas permanece o diálogo, as negociações e as relações pessoais. Portanto, é difícil mapear as aldeias, pois estão em permanente reconfiguração espacial²⁹.

2.2.1 Situação atual dos Tenetehara no Maranhão

O estigma da aculturação em que viveu o povo Tenetehara, tanto no meio acadêmico, devido à obra de Wagley e Galvão (1961), quanto na região, por terem adotado muito cedo hábitos dos colonizadores, como a roupa, por exemplo, levou Zannoni a afirmar que a aparência desse índio “perturba a imagem do índio ideal cultuada pela sociedade regional” (2002: 10), mas não afeta a auto-estima desse povo. Esta população demonstra orgulho em se dizer Tenetehara. Ela permanece viva e têm aumentado com o passar dos tempos.

Wagley e Galvão desenvolveram uma etnografia sobre os Tenetehara na década de 1940 e a publicaram sob o título de *Os índios Tenetehara, uma cultura em transição*. O próprio título já evidencia o pessimismo dos autores com relação ao futuro dos Tenetehara, que se resumiria a uma completa assimilação destes para uma cultura cabocla em pouco mais de uma geração. Levando em conta que o livro foi publicado na década de 1960, podemos perceber que a previsão não se concretizou. Esta população cresce a cada dia e, por mais que a população das cidades próximas muitas vezes não os veja como índios propriamente ditos, eles se dizem como tal e assim são vistos pelos órgãos responsáveis.

²⁹ Um mapa com a configuração de parte das aldeias no momento do meu trabalho de campo pode ser encontrado no capítulo 2.

Muitos são evangélicos, muitos falam português como segunda língua, vão à escola e vão à cidade. Todos votam, mesmo os que não conhecem nada da língua portuguesa. Vão ao banco sacar os benefícios dados pelo governo e fazem compras no comércio local. Muitos casam com brancos (as). Mas será que estes fatores formam argumento para dizer que não são índios verdadeiros, que houve assimilação? Creio que o que vale aqui é o ponto de vista deles e sem dúvida afirmam que são Tenetehara e, sim, muitos têm orgulho disso, diferentemente da época de Wagley e Galvão, onde ser “civilizado” era o desejado.

Mércio Gomes, que foi aluno de Wagley, realizou, na década de 1970, um trabalho com os Tenetehara que o leva a publicar, em 2002, uma previsão totalmente contrária à assimilação afirmada por seu antecessor:

A sensação que domina o ato de escrever esse livro sobre os índios Tenetehara é de alegria, e ao mesmo tempo apreensão, pela esperança, que inevitavelmente permeia o desenrolar da minha análise sobre a história, a cultura e a economia tenetehara, de que esse povo continuará a existir como povo culturalmente autônomo por tanto tempo quanto eu sou capaz de imaginar os tipos de transformações que ocorrerão no nosso mundo. Admito que minha visão é curta e portanto me contento em imaginá-los com a mesma coesão étnica pelo ano de 2030, quando espero estar também entre eles. Hoje os Tenetehara perfazem cerca de 14 mil pessoas, e os estimo em 30 mil na quarta década do Terceiro Milênio. (2002: 21)

Júlio Melatti, numa resenha a respeito da tese de doutorado de Mércio Gomes, afirmou que Wagley e Galvão estudaram os Tenetehara num período em que estes saíam de uma depressão, bem acentuada na região na qual desenvolveram seu trabalho, enquanto Gomes os encontrou “em tamanha ascensão que alcançam hoje um número talvez maior que no tempo em que foram encontrados pelos primeiros conquistadores europeus; daí, entre outras razões, os prognósticos desanimadores daqueles etnólogos e o otimismo deste”. (2003)

Parte dos trabalhos desenvolvidos com os Tenetehara centrou-se nas polémicas relações com os “brancos”, envolvendo questões de disputa territorial e processos de assimilação³⁰. Todos eles levantam questões a respeito da dificuldade da população local (“brasileira”, “branca”, “não índia”, como cada um dos pesquisadores resolveu designar) em relacionarem-se com os Tenetehara, e até mesmo em aceitá-los como índios. Mércio Gomes relata que, em sua primeira ida a campo, ao conversar com o então delegado da FUNAI, este claramente declarou que não gostava dos Tenetehara que

a seu ver, nem índios seriam, já que muitos falavam português, agiam com matreirice, se comportavam com arrogância e teimosia, pareciam invejosos, briguentos e sem espírito de comunidade, cada um vivendo como queria. Pouco se assemelhavam aos índios Canela, que lhe pareciam mais ao feitio do que deveria ser um índio de verdade, um índio puro, sem contaminações, não aculturado. (2002: 72)

Os chamados estudos de aculturação, do qual o trabalho de Wagley e Galvão fazem parte, foi questionado no trabalho de Peter Gow (1991) sobre o povo nativo do Baixo Urumbamba, na Amazônia Peruana. Ele ressalta que, nessas pesquisas, os povos ‘aculturados’ foram concebidos em termos históricos, enquanto as ‘culturas tradicionais’ em termos a-históricos e que isso só deixa de ser um paradoxo no momento em que a oposição aculturado/tradicional é deixada de lado. Na região aqui pesquisada, não só essa oposição foi feita pelos etnógrafos, como é constantemente acionada pelos moradores das cidades próximas às reservas, com quem os indígenas, tanto Canela quanto Tenetehara estão em constante contato. Os cordinos afirmam que os Canela, são os índios *puros*, *organizados politicamente*, que mantém a *tradição*, enquanto os Tehetehara já deixaram sua *cultura* para

³⁰ Ver também Diniz (1984/1985).

trás. Os Canela aparecem no discurso dos cordinos como um exemplo do que seria um *índio de verdade*. E, apesar da tensão entre a população cordina e os Tenetehara remeter a conflitos políticos passados e recentes, a descrição de como se vestem, como agem e se organizam, também compõe o discurso dos “brancos” ao explicarem o porquê do seu aversão com esta população indígena.

Além dos trabalhos dos pesquisadores expostos acima, dedico um espaço para relatar detalhadamente o incidente ocorrido em Alto Alegre no início do século XX, o fato primeiro utilizado pela população local para explicitar a sua aversão ao povo Tenetehara.

2.2.2 Massacre de Alto Alegre³¹

*“Quando a Barra do dia anuncia o amanhecer/
Alto Alegre é só lembranças, pra nunca mais esquecer”
(cantiga da cidade – domínio público)*

No final do século XIX, os capuchinhos fundaram em Barra do Corda um instituto para abrigar e educar meninos indígenas em regime de internato. Em 1900, contavam com quase oitenta meninos índios e tinham como exemplo da concretização do objetivo de civilizá-los a formação da banda “os meninos índios” que, na época, ficou famosa na região.

³¹ As informações sobre este ocorrido foram retiradas de diversas fontes. Desde vídeos, livros e relatos dos habitantes da região, indígenas e não indígenas.

Para ficarem mais próximos dos índios, os frades adquiriram terras³² e instalaram a missão em Alto Alegre, a setenta quilômetros de Barra do Corda, onde se encontrava a aldeia Crioli, em meio ao território Guajajara. Surgiu, com o tempo, a necessidade de um instituto também para meninas, pois os frades não queriam que os meninos do internato, quando crescessem, se casassem com mulheres que não fossem também educadas dentro do catolicismo.

Foi fundado então em Alto Alegre um instituto para meninas, também em regime de internato. O propósito do isolamento se justifica por tornar mais fácil a aceitação da fé católica e os “costumes civilizados”. Porém, em janeiro de 1900, vinte e oito meninas morreram no internato devido a uma epidemia de sarampo, fato este gerou grandes tensões no relacionamento das freiras com as mães das meninas do internato. As freiras impediram a entrada destas no internato, alegando questões de higiene. A partir disso, começaram as ameaças à missão de Alto Alegre, lideradas pelo cacique João Caburé e pelo índio Manoel Justino, que pretendiam resgatar do internato as meninas que ainda tinham vida. Os capuchinhos resolveram pedir ajuda à polícia de Barra do Corda, de forma a evitar maiores conflitos.

O governo do Maranhão, com o intuito de acalmar os ânimos, cede patentes, à João Caburé e a outros revoltosos, de capitão e general, o que configurou importante dispositivo visando uma situação de aliança e controle com as lideranças indígenas. Receberam estas patentes, juntamente com presentes e armas, da mão do então presidente da província do Maranhão, o que afirmava ainda mais a posição de líderes.

³² “As primeiras medidas em prol da obtenção da propriedade da terra foram tomadas em 14 de julho de 1896, mediante solicitação ao governo do estado para que não fosse permitido a ninguém instalar-se nos limites de uma légua da área que estava sendo destinada à incorporação dos índios à população civilizada e, também, à educação dos meninos índios. No ano seguinte, em 26 de janeiro de 1897, foi solicitado ao governador que a direção do Instituto ficasse encarregada da vigilância sobre as terras adjacentes a Ato Alegre, nos limites de uma légua de cercado, até que o Congresso aprovasse, como propriedade da missão, meia légua para cada lado de Alto Alegre.” (Coelho, 2002:115)

João Manuel Pereira dos Santos, o João Caburé, era conhecido entre os Tenetehara como cacique Caiuré Imana e foi um dos personagens centrais desta história. Foi visto, antes da situação descrita acima, como um exemplo do sucesso da missão, pois, desde o seu início, submeteu-se à catequese, participou efetivamente dos rituais católicos, chegando mesmo a se casar com uma cristã, em uma celebração feita pelos frades de Alto Alegre, contando ainda com a presença de personagens da elite de Barra do Corda. Porém, ele abandonou esta esposa para viver com uma índia, fato que constituiu uma violação da lei cristã, a monogamia. Com isso, ele foi preso por uma milícia indígena e amarrado por quatro dias. Em resposta, Caburé percorreu um extenso território no Maranhão, convocando lideranças Tenetehara, para a guerra contra os capuchinhos e tudo que eles representavam. Caburé falava de rapto de crianças, da morte de meninas guajajara no internato de Alto Alegre e das violências que ele próprio sofrera.

Cartas e outros documentos da época, produzidos pelos religiosos, atribuem a fatores externos as causas do agravamento das tensões em Alto Alegre. Segundo esses documentos, a prosperidade da missão provocou reação de protestantes, maçons e outros cidadãos de Barra do Corda. Comerciantes e fazendeiros que exploram a preços irrisórios produtos e mão de obra indígena foram apontados como inimigos da missão. Os religiosos admitiram meninas ‘brancas’ de Grajaú e Barra do Corda no internato como forma de mostrar aos índios que não existiam pretensões de escravizá-las, como se ouviam rumores, e sim proporcionar uma boa educação a elas. Duas delas eram Úrsula Ribeiro, pertencente à família do diretor e redator do jornal *O Norte*, de Barra do Corda, Frederico Figueiras, e Perpetinha Moreira, filha de Francisco dos Reis Moreira, rico fazendeiro de Grajaú.

Nas palavras de Antônio Carlos de Lima, jornalista maranhense, a narrativa do dia do massacre:

Cinco horas da manhã de 13 de março de 1901. Padres, freiras e as dezenas de meninas índias e brancas do internato rezavam, quando a capela foi invadida por uma barulhenta multidão de índios enfurecidos, sob o comando do cacique guajajara Cauré Imana, o João Caboré. Aos gritos, como se estivessem em guerra, eles perseguem e matam, ali mesmo, com tiros de espingardas e golpes de facas e tacapes, primeiro os padres.

Em pânico, as freiras fogem com as crianças e se escondem no convento. Os outros imploram clemência. Mas, em pouco tempo, quase todos estão mortos, estendidos sobre poças de sangue que se espalham no altar, na nave central, na sacristia: frei Rinaldo de Paolo, o superior dos missionários, frei Zacarias, frei Vítor, irmã Inês, de Milão, irmã Leonor, de Gênova... Os índios correm para o convento, em perseguição aos fugitivos. Outros grupos invadem as casas das 43 famílias de colonos que ali vivem a convite dos padres. Dois homens conseguem escapar à perseguição. Mas a chacina estava apenas começando.³³

Contabilizaram duzentas mortes. Os jornais anunciaram como o maior massacre de brancos por índios na história do Brasil. A tragédia recebeu destaque internacional. O papa Leão XIII declarou que os frades e freiras trucidados pelos índios foram as “primícias do século XX”.

Um mês após o ocorrido, o governo resolve lançar mão de uma nova estratégia para tentar capturar os indígenas envolvidos no atentado, pois os primeiros ataques militares, vindos de Barra do Corda, tinham sido repelidos. Essa segunda estratégia baseava-se na utilização dos Canela para ajudar na captura dos Guajajara procurados. Quarenta índios Canela participaram da ofensiva final, apoiados por uma unidade militar de São Luís, além de setenta policiais de Barra do Corda e Grajaú. Em uma das aldeias da área Cana Brava, uma das oito meninas brancas raptadas no ataque, a pequena Úrsula, única testemunha dos acontecimentos de Alto Alegre, foi resgatada. Para a captura dos índios rebelados, os soldados

³³ Matéria do jornal O Estado em 13 de março de 2001, publicada por ocasião dos cem anos do atentado.

atacaram indiscriminadamente as aldeias. Cerca de quatrocentos indígenas foram mortos nessa ação, durante os quatro meses de perseguição. Caburé foi preso no fim do mês de agosto e levado para a cadeia em Barra do Corda, juntamente com outros 34 participantes do ataque. Antes de terminado o ano de 1901, Caburé amanhece morto na cela. Até o julgamento, quatro anos depois, dos 34 índios capturados, apenas 17 sobreviveram aos maus tratos da cadeia. Os índios foram considerados culpados, mas liberados por serem juridicamente inimputáveis, não responsáveis por seus atos.

Logo após a retomada de Alto Alegre pelos militares, os corpos dos religiosos foram recolhidos e levados a Barra do Corda. Tempos depois foi construída uma pequena capela em memória dos mortos, onde os ossos foram depositados. A missão de Alto Alegre foi abandonada e o internato em Barra do Corda foi extinto. Nos anos que se seguiram e até hoje, a cada dia 13 de março, os capuchinhos relembram os religiosos mortos com celebrações no Brasil e na Itália. Os chamados mártires são representados nas iconografias da Igreja, envoltos numa aura de santidade, bondade e entrega ao sacrifício. Após o chamado massacre, surgiu entre os não-índios, um forte ressentimento contra os Guajajara, aprofundando preconceitos e estigmas. As narrativas sobre o rapto de Perpetinha Moreira, difundiram na região o estigma da crueldade dos índios. Pessoas da cidade sempre remetem às frases escritas em árvores na mata pela menina: “Aqui vai passando a infeliz Perpetinha” ou “não me procurem mais porque não existo mais para Deus”.

Cinquenta anos mais tarde, os capuchinhos retornaram à Alto Alegre e ali retomaram a missão. Ao lado da antiga igreja, onde foram preservadas as marcas de tiros e flechadas, as vestes sujas de sangue dos frades mortos e tudo que evidenciasse o ataque, construíram outra igreja maior. Atraíram famílias camponesas de outras regiões, junto às quais passam a exercer atividades missionárias. Os ossos dos mártires, daqueles que "vieram de longe/ com fé e alegria/ trazendo no peito/ amor e valentia", segundo o hino oficial do

centenário de sua chegada ao Maranhão, voltaram para lá, em uma urna funerária lavrada em mármore de Carrara.

A implantação de povoados e fazendas e a expansão de Alto Alegre sobre as terras indígenas provocou uma sucessão de conflitos, até mesmo com mortes. As tensões se agravaram na década de 70, durante os trabalhos de demarcação das terras indígenas. Os Guajajara exigiram das autoridades a retirada dos não índios de seu território, enquanto posseiros e missionários capuchinhos insistiram em permanecer no local. Em setembro de 1979, a FUNAI, firmou um convênio com o governo do Maranhão, repassando uma grande quantia em dinheiro para a remoção e reassentamento das famílias camponesas residentes na terra indígena. Ingressando com ação demarcatória na justiça federal do estado, a ordem dos capuchinhos tentou garantir sua presença no Alto Alegre e os posseiros recusaram a transferência para o local escolhido pelo governo, onde as condições de vida são precárias. Dois anos após a assinatura do convênio, o dinheiro repassado ao governo do estado foi utilizado em outras finalidades. O governo decidiu não mais reassentar os posseiros em outro local, mantendo as famílias juntas. Foi proibida qualquer atividade produtiva no local e o governo se comprometeu em alimentar os moradores até a conclusão da transferência.

Proibidos de fazer suas roças e assustados com a ameaça de guerra, os posseiros acabaram aceitando a indenização oferecida pelos órgãos oficiais e finalmente se retiraram. Os posseiros demoliram suas próprias casas e com o dinheiro da venda de telhas e madeiras, custearam o transporte para a mudança. As famílias se dispersaram, algumas se deslocaram para periferia das cidades próximas, outras se mudaram para o vizinho povoado de São Pedro dos Cacetes, também situado em terra indígena.

Os religiosos retiraram do local objetos, imagens e relíquias das vítimas de 1901, mas preservaram os prédios da missão na esperança de obterem ganho de causa na justiça federal e permanecerem no local com a intenção de trabalhar novamente com o povo

Guajajara. Porém este novo projeto dos capuchinhos não se concretizou. Em março de 1983 várias famílias guajajara ocuparam os prédios abandonados da missão. Reconstruíram, sob a liderança do cacique Celestino Lopes, a antiga aldeia Crioli, que deixou de existir no local em fins do século XIX com a implantação da missão.

As informações discurridas acima são relatadas em seus detalhes e com frequência por moradores da cidade. Quando do meu primeiro contato com uma liderança da FUNASA, me foi perguntado se já havia assistido o vídeo sobre o massacre, se eu já estava “contaminada” pela história. Em nenhum momento eles negaram que os Tenetehara tenham assassinado todas aquelas pessoas, porém enfatizavam a injustiça feita ao colocar Caburé como o grande vilão, enquanto os capuchinhos eram vangloriados. Elisabeth Beserra Coelho, ao comentar sobre o episódio em uma entrevista disse:

“Não só a Igreja, mas a versão do Estado brasileiro e dos brasileiros, de um modo geral, é no sentido de potencializar a agressividade da ação praticada pelos índios. E um dos termos utilizados nesse sentido é exatamente o termo massacre. Nas aldeias, hoje eles se referem a esse incidente como o tempo do Alto Alegre, porque para eles tudo transcende aquele momento final, em que eles assassinam, matam padres, freiras e fiéis que estavam na missa. Para eles há um tempo mais longo em que eles estão sendo diariamente massacrados, se a gente puder utilizar o mesmo termo.”

Um documentário a respeito deste fato, de onde foi retirado o trecho da entrevista acima, foi vendido no carnaval, período em que a cidade de Barra do Corda recebe muitos turistas. A capa, modificada, trazia estampada a figura de um índio de feições agressivas e arco e flecha na mão. Este vídeo gerou algumas polêmicas, pois foi feito com a participação de antropólogos e historiadores, com intuito de produzir um relato imparcial e chegou mesmo

a passar no canal TV Cultura. Porém foi comercializado de acordo com o senso comum do povo cordino, tendo os indígenas como os grandes vilões da história.

Wagley e Galvão (1961) comentam que o Massacre de Alto Alegre também representou “uma união momentânea provocada por uma ofensa em comum”. Outros fatos que representam os conflitos entre Tenetehara e *karaiw*, como manifestações onde os aqueles promovem o fechamento da BR226, também apresentam essa característica. Vejamos então, porque a união entre os Tenetehara é vista como situacional.

Foto 1 - Igreja Matriz em Barra do Corda

Na fachada as fotos dos capuchinhos mortos pelos Tenetehara em 1901.

Foto 2 - Praça em Barra do Corda

Praça onde está enterrado João Caburé, líder do Massacre de Alto Alegre. Não há nenhuma identificação sobre ele. Se localiza em frente à *FUNAI do Genésio*, o escritório do órgão destinada aos Canela.

3. Capítulo 2 – Segmentos Tenetehara

Ao chegar em Barra do Corda, a minha primeira tentativa de contato com atores de minha pesquisa foi através de uma caminhada até o escritório da FUNAI. Ao chegar, me deparei com um imenso cadeado na porta de entrada. Ao questionar sobre o fato com o dono de uma mercearia próxima recebi como resposta: “O outro também ta fechado. Foi a polícia federal que veio aí e fechou.”. O homem se referia a um segundo escritório da FUNAI, também direcionado à população Tenetehara. Um era apontado com sendo *do Jonas* e outro como sendo *do Tadeu*. Além da existência desses dois escritórios, ainda havia pólos da FUNASA, um do Jonas, um do Tadeu e outro de uma mulher chamada Yara. Essa distinção me intrigou, pois, a partir do momento em que desejo compreender como se dá a participação política dos indígenas desta população na política local, tornou-se necessário alcançar o sentido dessas divisões internas e até que ponto isso influenciava no cotidiano desses indígenas. Para as pessoas da cidade com quem conversei sobre essa questão, essas divisões não fazem muito sentido, eles sabem pouco sobre elas e afirmam que os “Guajajara vivem em conflito” entre eles mesmos.

No primeiro período de campo pude conversar sobre essas divisões com duas pessoas: a Yara, chefe de um dos pólos da FUNASA, e com Paulo Mendes, um cacique Tenetehara, tio do Tadeu Mendes, o chefe de um dos núcleos da FUNAI. Quando retornei, conheci Tadeu, que também me explicou a situação, e conversei com Nelson Rocha, irmão do citado Jonas Rocha. Todos me contaram o ocorrido de forma muito semelhante, apesar de configurarem lados distintos dessas divisões. Para que seja compreensível como se deu a campanha política da vereadora que acompanhei entre os Tenetehara nas eleições municipais

de 2008, primeiramente é preciso esclarecer essas divisões, que, como se verá posteriormente, foi decisiva no período eleitoral.

A noção de faccionalismo, presente em trabalhos tanto da Etnologia Indígena, como da Antropologia da Política, não será utilizada aqui para explicar as divisões encontradas durante o trabalho de campo entre os Tenetehara, e sim a ideia de segmentos. Essa escolha se deu, primeiramente, por serem os Tenetehara uma população Tupi, enquanto a noção de faccionalismo é algo próprio à organização social de populações Jê. A organização social Tupi se explica por outras formas e o uso da noção de faccionalismo, mesmo usado para explicar divisões relativas a adesões feitas a candidatos, poderia causar certa confusão com relação ao modo de organização Tenetehara, que está intimamente ligado às adesões à candidatos, como veremos adiante.³⁴

Márcio Goldman (2006) para trabalhar as divisões que ocorrem entre os blocos afros de Ilhéus cita o sistema adotado por Michel Agier para explicar o processo de divisões que ocorrem entre os blocos de Salvador. Essas divisões são chamadas de processos de segmentação, que faz com que um bloco “nasça” de outro. Mas esses processos são acompanhados de uma “tendência federalizante” que tem o propósito de agrupar os mesmos blocos, de acordo com a necessidade encontrada: “parece operar sobretudo quando os grupos têm que se relacionar com instâncias a eles exteriores, principalmente com o Estado. Por outro lado, quando se trata das relações intergrupais, o princípio de segmentação parece operar com toda a força (...)”(:137). Porém, a noção de segmentaridade usada por Goldman não diz respeito a uma instituição, como o fez Evans-Prichard e Fortes (1940), o que a reduziria a uma ‘ilusão’, mas vista como um processo.

³⁴ Os dois trabalhos principais, de Ricardo Cid e de Luís Roberto de Paula, que tratam da participação indígena em processos eleitorais, têm como objeto de análise as populações Kaingang e Xerente, respectivamente, ambas pertencentes ao tronco Macro Jê, utilizam a noção de faccionalismo, relacionando-se de forma direta com o modo como manifestam suas preferências políticas. Tanto esses trabalhos, como o faccionalismo usado por Moacir Palmeira pode ser encontrado no capítulo 1.

Nesse sentido, o autor busca “desnuerizar” a segmentaridade, ao mostrar que é preciso ver além da forma piramidal das estruturas segmentares. A forma rizomática de Deleuze e Guattari, ajuda a ver além: “A segmentação, não pode, assim, ser oposta em bloco ao Estado, não apenas porque o Estado está por ela permeado, como também porque existem modalidades distintas de segmentação – e isso mesmo nas chamadas sociedades segmentares.”(:145)

Certos arranjos internos não são claros aos olhos da população das cidades locais, mas compõem uma lógica que opera no dia-a-dia dessa população, seja nas relações entre eles, seja nas relações com os órgãos do governo. Aldeias permanentemente se fracionam, produzindo novos segmentos, que buscam, a seu modo, a sua relação com o Estado, concretizado aqui na figura da FUNAI e FUNASA. Entretanto, podem se reunir, e o fazem, quando é preciso manifestar-se perante a representantes do governo federal, ao presidente da FUNAI. Essas situações podem ser verificadas através do interesse pelo processo dos arranjos e não somente pela forma como acontecem. No período eleitoral, no tempo da política, a segmentaridade é catalisada, potencializada, através de adesões de cada segmento a candidatos, seus números e cores.

Como tudo começou; o que levou a essa divisão; quem são esses personagens citados e qual a sua importância na organização social dos Tenetehara; como se criaram os novos núcleos e pólos, como ocorreu o fechamento dos escritórios; e por fim qual é a situação atual que se encontram os Tenetehara perante a FUNAI, são itens a serem apresentados nesse capítulo, de forma a situar o leitor no contexto onde o trabalho de campo foi desenvolvido. As informações que compõem o texto que se segue foram obtidas através de dois momentos distintos da pesquisa: conversas com colaboradores, principalmente as lideranças citadas, com relação às histórias de vida de determinadas pessoas que implicam diretamente na situação política e social atual em que se encontra a população habitante da reserva indígena em

questão; e exposição de documentos e reportagens acerca das prestações de contas desses núcleos com os órgãos correspondentes e manifestações públicas de desagrado desses indígenas com a política pública direcionada a eles.

3.1 Rocha e Mendes

“Os Tenetehara constituem mais propriamente um povo unido por uma mesma língua e tradições comuns, do que uma tribo ou nação conscientemente organizadas em base política” (Wagley e Galvão, 1961:31).

Eduardo Galvão e Charles Wagley, em sua etnografia sobre os Tenetehara feita na década de 1940, afirmaram que era comum os indígenas apresentarem nomes e sobrenomes em português, pois o contato com o homem branco era muito antigo, de cerca de 380 anos. O trabalho desenvolvido por estes autores concentrou-se na região do rio Pindaré. O meu trabalho de campo diz respeito a outro local habitado pelos Tenetehara, mais precisamente a região dos rios Mearim e Corda, onde podemos encontrar duas famílias tradicionais³⁵ que levam o sobrenome de Rocha e Mendes. As informações a respeito da origem dessas duas

³⁵ Os termos “família” e “tradicional” é utilizado pelos Rocha e Mendes, por isso o reproduzo. Porém, funcionam mais como segmentos do que como famílias propriamente ditas. Um Rocha pode apoiar um Mendes e vice-versa. É situacional, como veremos nos relatos que seguem.

famílias são bem vagas e na bibliografia nada a respeito foi encontrado, além de uma ou outra menção de Mércio Gomes a integrantes da família Rocha que foram seus informantes durante seu trabalho de campo em região próxima. Contudo, ouvi, também de forma vaga, que esta família tem origem nas margens do Rio Pindaré:

No começo havia dois locais onde se concentravam os Tenetehara: na margem do rio Pindaré e na margem do rio Mearim. Havia um índio velho chamado Rocha da região do Pindaré e quando nasciam as crianças elas recebiam um nome e Rocha como sobrenome. Assim começou a família Rocha. Depois eles migraram pro Rio Corda.³⁶

Atualmente os Rocha configuram uma família que mora na cidade e são vistos, em sua maioria, pelos outros indígenas, como ‘índios urbanos’. Isso porque já moram em Barra do Corda há tempos, casaram com não índios, alguns já estudaram fora, em capitais, e mantêm pouco do que seria visto como hábitos tradicionais dos Tenetehara. Apenas os mais velhos ainda preferem viver em aldeias, mesmo que esta seja na cidade. Há um local dentro da cidade chamado de Aldeinha, onde vive o mais velho dos Rocha, chamado por todos de “vozinho”. Este local é o único da região destinado aos Tenetehara que não pertence à reserva indígena. Trata-se de um terreno cedido pela prefeitura do município a esta família, pois foi onde viveram seus antepassados. Lá existem hoje quatro casas, sendo só a do “vozinho” de pau a pique, onde moram alguns descendentes dele. Também há, na margem do Rio Corda, algumas aldeias habitadas por integrantes dessa família, na TI Rodeador.

Com relação à família Mendes, diz-se que são oriundos da região do rio Mearim e lá permanecem até os dias atuais. O sobrenome antigo era outro, porém com a chegada do

³⁶ Este trecho faz parte da fala de Yara Rocha, figura importante que será apresentada em breve.

Serviço de Proteção ao Índio³⁷ foi preciso transformá-lo em um sobrenome brasileiro, de forma a facilitar na parte burocrática, com relação aos cadastros e documentos. Assim passaram a se chamar Mendes, que seria um nome próximo do original. Porém, entre eles, ainda hoje se chamam por esse sobrenome antigo. A aldeia São Pedro, localizada nesta região, é definida como um local central dos Mendes, pois é a aldeia mais antiga, de onde se desmembraram a maioria dos habitantes das outras aldeias da reserva indígena Cana Brava³⁸. Hoje esta aldeia conta com cerca de 200 indígenas. Importante ressaltar, conforme explicado anteriormente, que a organização das aldeias Tenetehara é constituída com base em uma freqüente mudança:

[...] o próprio sentimento de pertencer a uma aldeia não é muito acentuado entre os Tenetehara. Embora seja freqüente residirem por longos períodos ou por toda a vida em uma mesma aldeia, a comunidade de uma aldeia varia consideravelmente no decorrer do tempo. Por vezes, todo um grupo de família extensa muda de residência de uma aldeia para outra. (WAGLEY e GALVÃO, 1961, p. 32).

Essas duas famílias não apresentam um histórico de conflitos entre si, até porque são provenientes de diferentes regiões. Bem provável que antes da migração dos Rocha para as margens do rio Corda, uma não sabia da existência da outra. Atualmente, em um primeiro olhar, parecem duas famílias rivais, porém no início da atuação da FUNAI na região, ambas eram consultadas e chegavam a consenso sobre as decisões. Para que isto fique mais claro, é preciso apresentar duas figuras centrais nesta trama: Jonas Rocha e Tadeu Mendes.

³⁷ SPI - órgão antecessor à FUNAI, extinto em 1967.

³⁸ Ver mapa página 85.

Nos primeiros dias pude conversar com pessoas das duas famílias, pois a campanha política ainda estava no começo e eu não tinha me envolvido com nenhuma das partes. Contudo, para iniciar o trabalho de campo é preciso criar laços de confiança e, por este motivo, principalmente, tive que optar por uma das famílias ao invés de transitar de um lado a outro durante todo o campo, o que dificultaria a realização de uma análise mais aprofundada. Esta escolha se deu pelos Mendes, pelo simples fato de ter tido deles maior abertura, desde o primeiro momento que estive no local. Importante ressaltar o meu posicionamento, pois isso justifica a disposição da pesquisa, não só do período eleitoral, mas também das informações que obtive a respeito das divisões internas dos Tenetehara³⁹.

Jonas Rocha começou a trabalhar na FUNAI há quase vinte anos, quando a gestão desta achou por bem contar com a colaboração de indígenas no desenvolvimento de trabalhos para a população. Na época não havia a necessidade de prestar concursos para trabalhar na Fundação e por isso alguns índios ingressaram por indicação dos próprios membros da FUNAI que trabalhavam no local. Em 1991, quando a FUNAI resolveu abrir em Barra do Corda um escritório, Jonas pleiteou a vaga de chefe e, após uma reunião feita com as lideranças indígenas locais que incluiu muitos membros das duas famílias, decidiu-se que ele seria a pessoas mais indicada ao cargo e assim se tornou o primeiro administrador indígena do país na fundação. A posse, e comemoração da mesma, foi realizada na Aldeia São Pedro que, como citado acima, é a principal aldeia Mendes. Durante doze anos Jonas se manteve no cargo, com o consentimento de todos, sem maiores complicações.

³⁹ Sempre que algum dos fatos tenha sido relatado não só por algum membro da família Mendes, mas também por algum morador da cidade, ou por um Rocha no início do campo, isso é apontado no texto. Caso contrário, as informações provêm de observação ou de conversas com pessoas do que aqui chamo de segmento Mendes.

A figura do Tadeu Mendes aparece desde o início da posse de Jonas Rocha na chefia regional da FUNAI. Para ele dedico um espaço maior sobre sua trajetória por dois motivos, primeiro por ser alguém que pude acompanhar diariamente em meu trabalho de campo e segundo porque isso explicará muito do que ocorreu durante a campanha eleitoral.

3.2 Tadeu Mendes

“a nossa organização social permite que você desenvolva qualquer ação, desde que ela seja comunicada, desde que ela seja aceita aquela ação. Se vier de cima pra baixo ninguém aceita, ninguém concorda”. Tadeu Mendes.

José Mendes, cacique da Aldeia São Pedro no início do século passado, teve com sua esposa seis filhos. A mais velha, Susana Mendes, casou-se com um não-índio, Seu Zezé. Este, depois do casamento, resolveu morar com sua esposa na aldeia. O casal teve um único filho, Tadeu, nascido em 1968, que levou o sobrenome de sua mãe, por ser este de importância tradicional entre os Tenetehara. Passou sua infância na aldeia, sem ter ido muitas vezes à cidade. Estudou na escola da aldeia, que na época já contava com professores bilíngües. Porém, esta escola era destinada somente à alfabetização. Quando, em 1979, Tadeu terminou esta etapa, seus pais acharam que ele deveria estudar mais e assim o inscreveram em uma escola de Barra do Corda. Por ser a aldeia São Pedro distante da cidade, cerca de 40 quilômetros, Susana e Seu Zezé resolveram se mudar para um local mais próximo da estrada principal, que liga os municípios de Barra do Corda e Grajaú, de forma a facilitar a ida de Tadeu à escola. Assim, fundaram a aldeia Santa Maria, próxima a um povoado que leva o

mesmo nome, e Susana Mendes se tornou a cacique. Junto com o casal também foram para esta nova aldeia outros indígenas que desejavam ficar mais próximos da cidade, como uma das irmãs de Dona Susana.

A estrada em questão é hoje a BR 226 e a aldeia Santa Maria, como muitas outras que surgiram posteriormente, permanece na beira desta BR, e hoje é conhecida como a primeira aldeia da atual reserva indígena Cana Brava, homologada na década de 1980. Em 1986, Tadeu completou seus estudos em Barra do Corda e, no ano seguinte, fez um exame para um curso técnico em agropecuária na capital, São Luís, onde ficou até 1990. Neste momento retornou para Barra do Corda, quando conheceu Fátima, não índia, de família tradicional da cidade, com quem se casou e teve dois filhos.

Antes do seu retorno à Barra do Corda, a família Mendes não estava plenamente de acordo com a posse de Jonas Rocha para o cargo de chefia da FUNAI local. Como Tadeu era o integrante desta família que teve maiores oportunidades de estudo, sua opinião se fez importante. Aquela era uma situação que envolvia questões com as quais os indígenas não estavam acostumados, já que se tratava de um cargo em uma fundação do governo, fugindo às lógicas de organização deles apesar de destinada a eles. Assumida a chefia regional da FUNAI por Jonas Rocha, este ofereceu a Tadeu um cargo de confiança, o que fez com que ambas as famílias fossem representadas no órgão regional. Além disso, houve da parte de Jonas um reconhecimento pela qualificação obtida por Tadeu através dos estudos, que ajudaria no desenvolvimento de projetos para aquela população. Durante os doze anos seguintes, ambos trabalharam juntos na FUNAI. Tadeu chegou mesmo a ser substituto de Jonas, trabalhava como seu assessor direto. Neste momento, essa regional atendia às populações Tenetehara, Kanela e Krikati.

Diversos postos indígenas em aldeias maiores foram abertos, devido ao número de aldeias existentes no período. Cada posto era chefiado por um indígena, indicado pelo

administrador regional. Na Aldeia Cachoeira, Jessé Rocha, tio de Jonas, foi indicado para o cargo de chefe de posto. Porém, no ano de 1994, a FUNAI tomou conhecimento da situação e informou a Jonas que não poderia mantê-lo no cargo, pois sua nomeação infringia a norma segundo a qual o presidente não pode indicar para assessor (que é o caso dos chefes de posto) parente de até terceiro grau. Também havia outra infração: Nelson Rocha, irmão de Jonas, era o atual chefe administrativo. Perante este impasse, Jonas foi forçado a retirá-los dos respectivos cargos. Assim, indicou para a chefia do posto indígena Cachoeira, Yara, a esposa de Jessé Rocha.

Esta mulher é uma figura bem polêmica. Apareceu como o “elemento não-índio que provocou os problemas entre os Rocha e os Mendes”. Esta frase me foi dita por Tadeu Mendes e, de forma muito semelhante, afirmou Nelson Rocha ser ela também a grande causadora da “maldita divisão” entre eles. A acusação é algo frequente entre essas lideranças, mas quando buscam explicações para o porquê da divisão, remetem à Yara. Não cabe aqui julgar atitudes nem explicitar de que forma cada um a acusa de ter manipulado situações que os levaram ao desentendimento. O que dessa situação é relevante para a análise pode ser resumido em dois pontos em comum nos dois discursos: a “causa” ou a “culpa”, palavras frequentemente utilizadas, é remetida a um *branco em conflito de índio*; e Rocha e Mendes não se acusam diretamente em nenhum momento, ao falarem sobre o motivo da divisão, o que evidencia uma lógica de organização própria aos Tenetehara, onde é aceitável a formação de novos grupos.

3.3 A divisão entre as duas famílias/ Pólos, Núcleos e Organizações

No ano de 1999, em lei federal, foi criado o Subsistema Nacional de Saúde Indígena, que consistia em parcerias da FUNASA com ONGs, prefeituras e universidades, as quais seriam responsáveis pelo atendimento relativo à saúde dos indígenas com financiamento do Ministério da Saúde. Como em Barra do Corda não havia um ONG que pudesse pleitear esse convênio com a FUNASA, Jonas propôs que fosse criada uma associação para atuar junto aos indígenas daquela região. O nome dado a esta associação foi Associação de Saúde das Sociedades Indígenas Kaneguatim, nome último que reúne em suas sílabas as iniciais das três populações indígenas que seriam cadastradas para receber o atendimento da FUNASA, via associação: Kane= Kanela, gua= Guajajara⁴⁰, tim= Timbira⁴¹. Antes da sua criação, uma reunião com todos os caciques Tenetehara foi sugerida por Jonas, para apresentar a proposta e consultar-lhes sobre suas opiniões. Essa é uma prática recorrente na reserva indígena, no interior da organização social dessa população que, em não poucos momentos, é levada para tomadas de decisões relacionadas a questões do Estado, onde estes indígenas estão envolvidos.⁴²

Tadeu, ao prever um possível desentendimento entre os índios com a criação dessa associação, principalmente por haver um grande repasse de verbas pelo Ministério da Saúde, se levantou no auditório onde acontecia o encontro e se posicionou contra a criação da

⁴⁰ A designação Guajajara utilizada por eles aqui, ao invés de Tenetehara, se justifica por se tratar de uma associação destinada à relação com não-índigenas para obtenção de recursos.

⁴¹ Apesar da população Kanela também pertencer ao grupo semântico maior Timbira, localmente esta designação é usada para fazer referência somente aos indivíduos de origem Krikati.

⁴² Neste episódio não fica clara a participação dos Kanela e Krikati nessa tomada de decisão. Como o chefe da regional no momento, Jonas, é Tenetehara, parece não ter cogitado consultar os representantes dessas populações, pois aparentemente não seria cobrado por isso. Já para os Tenetehara é imprescindível o “sentar e conversa sobre”, como eles dizem.

Kaneguatim. Essa desconfiança de Tadeu tinha como base a administração que vinha sendo mantida na regional da FUNAI de Barra do Corda, que já transparecia princípios de desentendimentos entre os indígenas que lá trabalhavam. Perante a atitude de Tadeu, Jonas rebateu dizendo que quem fosse contra poderia se retirar da sala. Foi o que Tadeu fez e foi acompanhado por alguns caciques que também não concordavam com a situação. Um forte elemento para o desagrado desses caciques que seguiram com Tadeu se baseava no fato de Jonas afirmar que colocaria Nelson Rocha, seu irmão que teve que ser demitido do cargo de chefe administrativo da FUNAI devido ao grau de parentesco com Jonas, como chefe dessa associação. Desse modo, os dois núcleos principais da cidade que propiciariam atendimento aos indígenas seriam chefiados pelos Rocha. Para muitos dos caciques isso não era correto e causaria privilégios para esta família. A associação foi criada do mesmo modo, porém, inicialmente, as aldeias representadas pelos caciques que se posicionaram contra a criação não fizeram parte do projeto.

Conforme já dito, a forma como as decisões são tomadas entre os Tenetehara implicam sempre em reuniões compostas pelos homens. Primeiro, pelos integrantes da aldeia com seu cacique, depois, noutro momento, só com os caciques que levam uns aos outros as opiniões dos homens que representam. O mesmo modo de tomada de decisão foi acionado para assuntos relativos ao atendimento fornecido pelo Estado, onde eles poderiam trabalhar diretamente. Assim como o recurso acionado no auditório da FUNAI onde ocorreu esta reunião foi o mesmo utilizado no interior da aldeia, o desfecho do evento se deu de forma semelhante. Na aldeia, quando em uma reunião as partes não chegam a um acordo, a solução tomada é a criação de nova aldeia por aqueles que não concordam com a maioria, ou com o cacique, por quem muitas vezes a maioria é influenciada. Isso não implica em conflitos pessoais e a criação de uma nova aldeia é geralmente respeitada. Assim, a associação foi

criada, os que não concordaram não fizeram parte dela, mas também não fizeram nada para impedir sua criação.

Assim, a regional da FUNAI e a Kaneguatim, que representavam os dois órgãos de assistência à população indígena, ficaram sob a administração de integrantes da família Rocha. Os Tenetehara que concordaram com a criação da associação naquele momento, com o tempo começaram a se incomodar com a posição de destaque dessa família. A palavra usada pelas pessoas que me narraram esse momento para descrever o sentimento despertado foi *ciúme*. Os índios começaram a ficar enciumados com o fato de os Rocha ocuparem cargos importantes, que acabava por refletir uma posição hierárquica de determinadas pessoas, situação que não é aceitável pelos Tenetehara. Algo previsto pelos que não concordam com a criação no primeiro momento. Os cargos da associação foram ocupados em sua maioria pelos integrantes dessa família, o que incluiu não índios casados com indígenas. A tensão se agravava a cada dia, o clima era de desconfiança e acusações aos Rocha pelos indígenas, que achavam que as aldeias habitadas por integrantes da família eram beneficiadas com melhor atendimento, com maiores recursos.

Entre 2003 e 2004, a FUNASA iniciou um processo de reformulação deste modelo de convênio com associações locais no país, de forma a buscar uma melhoria no serviço de atendimento às populações indígenas e maior transparência na utilização dos recursos do Ministério da Saúde. Com isso ficou claro que não só no Maranhão o sistema de convênios gerava conflitos internos à administração dos recursos relativos à saúde. Uma série de auditorias foi feita no país, o que resultou em condenações, por parte do Tribunal de Contas da União, de associações que não prestaram contas de forma satisfatória. A Kaneguatim figura entre essas associações ainda hoje no site do TCU e o contrato do convênio não foi renovado desde 2004.

Antes da suspensão da associação Kaneguatim, em 2001, um episódio veio a concretizar a divisão entre os Mendes e os Rocha, já anunciada no momento da criação do convênio. Trata-se do falecimento de um jovem chamado Josias Mendes Rocha, fruto da única união ocorrida entre as duas famílias, que denunciou os problemas existentes na administração dos recursos da saúde indígena. A história desse jovem me foi contada diversas vezes, por integrantes das duas famílias, o que representava o estopim da divisão oficial da FUNAI e FUNASA na região. Como essa divisão perdura até os dias atuais e tem implicações em diversas esferas, como na política eleitoral, que será exposta no próximo capítulo, descrevo a seguir, de forma detalhada, este episódio.

Quando os índios, não só Tenetehara, vinham à cidade de Barra do Corda, seja para negociar mercadorias, ou em busca de recursos médicos, eles *rancheavam* em um lugar destinado a recebê-los, uma espécie de sítio do antigo Serviço de Proteção ao Índio. Neste lugar, ficavam hospedados fossem eles Rocha ou Mendes, ou pertencentes às outras famílias menores. Em uma das vezes, Raimundo Mendes conheceu Ana Rocha, resultando no único caso de união entre as famílias. Ele é tio do Tadeu e ela tia do Jonas. O casal teve cinco filhos, entre eles Josias Mendes Rocha⁴³. Segue abaixo um relato feito por Tadeu a mim, durante uma entrevista gravada:

Josias, no ano de 2001 sofreu uma queda jogando futebol, se machucou na perna e inflamou-se. Era período de carnaval e ele passou três dias pedindo socorro, dia e noite gritando de dor. E o pai dele, que é o Raimundo Mendes,

⁴³ Não foi o primeiro caso Tenetehara em que o sobrenome da mãe corresponde ao último, mas em nenhum dos que encontrei havia uma justificativa para o fato.

o Nelson tinha uma rixa com ele; o Nelson que era chefe da Kaneguatim. Por essa razão ele não deixou prestar o socorro. E é primo dele! Porque ele deixou de prestar o socorro? Porque na visão deles, que são índios urbanos, hoje eles estão totalmente integrados aqui na sociedade. A família Rocha está integrada totalmente aqui. E eles deixaram de prestar esse socorro, não levaram em consideração o grau de parentesco, o primo, tudo, e o rapaz, foi levado para Teresina, o pai dele no desespero ainda deu um cheque pré-datado para salvar a vida do filho, mas infeccionou. Infeccionou e ele veio a óbito. E quando chegou o corpo, eu fiquei sabendo, o pessoal ligou pra mim na madrugada dizendo ‘olha, o Josias faleceu’. Um jovem, saudável, tudo. Tinha 22 anos. Eu tomei conhecimento na madrugada e chocou muito nós. A gente realmente sentiu muito a morte dele e fizemos o seguinte acordo entre os caciques. Nós faríamos o sepultamento de Josias e posteriormente ocuparíamos a FUNASA, lá onde é a unidade de saúde, onde funcionava o atendimento. Que é um hospital, quando foi adquirido pela Eletronorte, lá na verdade era um hospital. Hoje tá todo, sem nem condições de funcionar. Aí fizemos o sepultamento do Josias e posteriormente, 56 caciques ali estavam revoltados também, né, com essa falta de atendimento. E o Nelson argumentava que naquela época não tinha disponibilidade de recurso. Quando o tesoureiro da associação solicitou o extrato, tinha disponibilidade 150 mil reais ainda de saldo. E daí acirrou mais ainda os índios, né, ficaram muito mais chateados. Naquela semana também faleceram oito pessoas, uma senhora e sete crianças, lá da aldeia Colônia, da família do Arquileu Pereira da Silva. E juntamos todos, né, e fomos até a FUNASA, pedindo que alguém tomasse uma providência. Então, não se tratava ainda de assunto de FUNAI. Tratava ali da organização pra se tomar as providências devidas. Quando ocupamos, né, pedimos que os técnicos se retirassem de lá do ambiente, do recinto, e os índios ficaram ali pedindo que alguém viesse tomar providência. O Jonas me ligou no dia e disse ‘ah, Josias faleceu’ e tudo, e eu disse ‘olha, rapaz, se ele não é parente seu é parente meu, e pelo meu parente eu vou longe. Vou longe’.

A casa da FUNASA ocupada pelos caciques que apoiavam Tadeu, a qual ele se refere no trecho acima, foi cedida pela Eletronorte em um acordo, quando esta desapropriou certos espaços na região da BR 226, que originalmente pertenciam aos Tenetehara. Lá funcionava, de forma precária, o atendimento à saúde dos indígenas na cidade. A ocupação se deu de forma chamar atenção do órgão do Estado responsável, a FUNASA, para avaliar a administração dos Rocha na associação:

Então aí ocupamos a FUNASA, aí o Jonas, na noite, veio lá com seus irmãos, armados de pistolas... veio lá e desafiou os caciques, tentando intimidar com armas, com os irmãos, todo mundo armado com revólver e tudo, tentando expulsar todos os caciques de lá. Ninguém... todo mundo resistiu 'não, não vamos sair daqui. Só vamos sair daqui depois que alguém vier'. Aí foi feito um telefonema lá pra Brasília, pedindo que alguém viesse. A FUNASA prontamente não atendeu. Nós recorremos à FUNAI e veio, né. O doutor, que era presidente, e junto com eles, com os caciques, que conhece bem a nossa história, o Carvalho, que é consultor da Eletronorte, veio junto, para tentar contribuir, para tentar evitar mais problemas. Vieram e então, daí também os índios já solicitaram que o Jonas fosse exonerado do cargo de chefe. Que também já não tolerava mais, que o Jonas também já estava tratando mal os caciques e disseram 'olha, se vamos mudar aqui a Kaneguatim, vamos também mudar a FUNAI'. Essa que foi a ideia dos caciques.

O presidente da FUNAI, como modo de tentar resolver a situação, sugeriu que Tadeu ficasse no lugar de Jonas na FUNAI. Tadeu não aceitou a proposta, com o argumento de que o problema só mudaria de lado, pois nova família estaria *no comando*. Esses caciques, aos quais Tadeu se refere, são àqueles que se levantaram contra a criação da associação em 1999, posicionando-se ao seu lado, junto com mais alguns que ficaram insatisfeitos com a administração dos Rocha nos últimos tempos. Muitos outros caciques ainda permaneciam ao lado de Jonas e, portanto, não desejavam sua saída do cargo da FUNAI, nem a de seu irmão da FUNASA. Dessa forma, a melhor solução encontrada pelos caciques e apresentada ao presidente da FUNAI foi a criação de dois núcleos, tanto da FUNAI, como da FUNASA. Um comandado por Jonas e outro chefiado por Tadeu. Assim, os caciques que não concordassem com um ou outro, poderiam escolher por qual núcleo sua aldeia seria atendida. Essa situação reflete uma questão que envolve não uma disputa por cargos, mais sim a própria lógica de divisão que esta população utiliza para se organizar.

Como tanto a Kaneguatim quanto a regional da FUNAI não atendiam apenas a população Tenetehara, foi extinta a regional e criados três núcleos distintos. Da mesma forma que foi dividida a FUNAI, foram criadas novas associações para convênios com a FUNASA, uma para cada grupo. Nos cinco anos seguintes predominou certa estabilidade na região. Tadeu explicou-se da seguinte forma como administrava o núcleo Josias:

o recurso que era centralizado pra nós, na parte operacional, nós reuníamos com os índios, com os caciques, criamos um conselho indígena guajajara. Esse conselho é formado por lideranças indígenas, em torno de dez lideranças, de quatro regiões onde estavam desenvolvendo as ações, como se fosse uma câmara de vereadores né. Eles traziam os problemas, apontavam, nós reuníamos ali com o conselho e o conselho deliberava quais seriam as prioridades. E era lavrado em atas também. Existia na região os conselheiros, em quatro regiões existiam os dez conselheiros que nos traziam os problemas. Daí o conselho reunia e deliberava em favor deles.⁴⁴

Entretanto, em 2007, com a mudança na presidência da FUNAI, começaram novamente os problemas. A nova administração federal do órgão extinguiu os dois escritórios que atendiam a população Tenetehara, sob a alegação que não era possível manter dois núcleos na mesma cidade para atender uma mesma etnia. Perante a essa atitude, os Tenetehara dessa região se revoltaram e realizaram uma grande manifestação, que, durante o ocorrido, chamou atenção da mídia nacional. No blog do Mércio Gomes lia-se a seguinte nota na época:

Índios Guajajara protestam fechando estrada em Barra do Corda

Quase todas as aldeias guajajara de Barra do Corda estão unidas nesse protesto em prol da volta da gestão financeira dos seus dois Núcleos de Apoio intempestivamente extintos pela nova administração da FUNAI. Acho que estão brincando com fogo. Ambas as

⁴⁴ As quatro regiões às quais ele se refere são subdivisões nas reservas, de modo a facilitar a organização. São elas: região da BR; região do Rio Mearim, na TI Cana Brava; região do Rio Corda, na TI Rodeador e região lagoa Comprida, na TI Lagos Comprida.

partes. O perigo de mortes é iminente. Os caminhoneiros estão ficando bravos e os índios mais ainda. Deixar a situação sair fora de controle é irresponsabilidade. Um procurador da República, em São Luís, enviou carta responsabilizando o presidente da FUNAI por quaisquer eventos violentos em razão de sua indiferença ao problema. É que quando ele foi a Barra do Corda se recusou a ir aos índios na estrada, exigiu que viessem a ele em Barra do Corda e os índios não foram. Aí o mal estar virou em potencial conflito. Eis o resultado agora. O fechamento da BR-226 mais uma vez. A potencialização do conflito armado. A desmoralização da FUNAI.

O fechamento da BR226, forma de manifestação desses indígenas já ocorrida noutros momentos, teve dessa vez sua maior duração, o que ocasionou aos moradores das cidades de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras diversos transtornos. Essa estrada é a principal via de acesso dos caminhões que trazem produtos à cidade. Durante uma semana as prateleiras dos mercados das cidades estiveram praticamente vazias. Essa tensão fez aflorar com mais força à memória o embate do passado, conhecido como Massacre de Alto Alegre. O sentimento negativo do povo cordino e jenipapense com relação aos Tenetehara acentuou-se. Em muitos momentos me foi narrado por estes o “perrengue” que passam quando a estrada é bloqueada.

Foto 3 - Bloqueio da BR226

Nesse tipo de manifestação, direcionada a um elemento externo à população Tenetehara, como é o caso da nova administração da FUNAI que extinguiu os núcleos, as subdivisões internas são suspensas: “na estrada não tem Rocha nem Mendes, tem Tenetehara”. A oscilação terminológica reflete um sentimento étnico que aparece de forma situacional. Frente ao Estado e aos “brancos”, como no caso da manifestação na estrada, mas também aparece em festas de confraternização comuns entre eles.

Yara e seu esposo Jessé Rocha, no momento da divisão em 2001, se aliaram aos Mendes. No seu julgamento do episódio de Josias, acharam que Jonas e Nelson não tiveram uma atitude correta e preferiram se aliar a Tadeu, no núcleo Josias. Esse é um exemplo de que a divisão entre essas duas famílias funcionava muito mais em um esquema de adesão do que simplesmente com base no sobrenome, na família de origem.

Até hoje não foi resolvida a questão da FUNAI e os Tenetehara permanecem sem atendimento desse órgão. Porém, a FUNASA permanece, e as divisões de seus postos também. Yara e Jessé Rocha não concordaram com o modo de administração de Tadeu na FUNASA por muito tempo e resolveram pleitear um pólo para si. Foi feita uma articulação por eles nas aldeias próximas à sua, Baixão do Peixe, na região do Rio Corda, e apresentaram àqueles indígenas uma terceira opção de atendimento da FUNASA, via nova associação. Dessa forma, uma nova divisão foi feita entre os Tenetehara daquela região, porém em menor número de aldeias.

Esta população indígena, como os caciques frequentemente fazem questão de afirmar, tem como uma de suas características a divisão, a mudança. O fato de ocuparem cargos do Estado, na FUNAI, não os despiu desse modo de agir, o que se resume em decisões sempre conjuntas e divisões no caso de desacordos. Dessa forma, o que poderia a um primeiro olhar parecer uma simples disputa por cargos na administração do órgão regional entre lideranças, traz como base a lógica de organização social dos Tenetehara aplicada à lógica de administração do Estado neste âmbito.

Os fatos relatados acima sugerem que a política indigenista se mistura com a política interna à população indígena. Não podemos pensar a política somente como uma derivação do Estado, mas como uma negação dos focos de poder político (da centralização desse poder, de sua produção de um modo separado) formulada pelos Tenetehara e aplicada ao Estado. Pensar a política na antropologia é perseguir essas pulverizações, de como o poder se distribui pela sociedade, assim como ocorre entre os Tenetehara. Clastres (2003) previu uma dissolução da sociedade primitiva pelo Estado que não ocorreu, mas suas

interpenetrações são frequentes e não devem ser deixadas de lado, seja para a análise antropológica, seja para pensar uma política indigenista viável. Para evitar uma divisão simplória entre política do Estado e política indígena, é preciso observar as transformações ocorridas entre as populações, o que inclui essa nova relação com o trabalho, vista através da ocupação de cargos no Estado por indígenas, assim como as organizações feitas para a recepção de recursos. É preciso acompanhar as imbricações de uma na outra, assim como desse agenciamento indígena que mescla esferas como Estado, ONGs, aldeias, parentesco etc. *O tempo da política*, além de ressaltar essas divisões presentes entre os Tenetehara, dá pistas de como a política eleitoral é absorvida no interior das aldeias.

Ao acompanhar a esposa de Tadeu Mendes, Fátima, como candidata a vereadora em Jenipapo dos Vieiras, com campanha voltada para os indígenas, busquei compreender um pouco de como se dá essas imbricações. Vejamos, a seguir, como se desenrolou o período eleitoral nas cidades citadas, Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, assim como a campanha feita na reserva indígena Cana Brava.

Mapa 1 - Região central do Maranhão

Mapa 2 - Trecho destacado do mapa 1 de forma detalhada. (Fonte: IBGE)

Mapa 3 – TI Canabrava/Guajajara Aldeias do Tadeu⁴⁵

⁴⁵ Este mapa é uma adaptação do trecho retirado do mapa rodoviário do Maranhão. As aldeias e estradas estão dispostas de maneira esquemática, sem referências geográficas precisas (latitude e longitude). As *aldeias do Jonas*, não destacadas no mapa, em sua maioria, se localizam na estrada estadual para Jenipapo dos Vieiras e na região do Rio Corda.

4. Capítulo 3 – Etnografia das eleições municipais

Às sete e meia da manhã acordo ao toque de meu celular. É Fátima avisando que em meia hora passa para me buscar. As visitas às aldeias começam cedo. Às oito em ponto escuto a buzina de seu carro, em meio a todo barulho que já há na cidade, pois o comércio abre às sete e a esta altura os carros de som dos candidatos locais já tocam no último volume. São paródias de músicas famosas, contendo dizeres dos candidatos, seus respectivos números e, eventualmente, alguma brincadeira com um concorrente. Os carros com alto falantes, prática habitual em épocas eleitorais por todo o país, é intensificado nesta região do Maranhão, pois não ocorre somente através de carros específicos para este fim, como é o caso de pequenos trios elétricos e carros comuns com caixas de som instaladas no teto. Os candidatos se aproveitam de uma prática já existente na cidade, do som automotivo, para divulgar suas músicas de campanha, pois é comum que os carros da maioria dos habitantes da cidade tenham no porta-malas caixas de som. Quando param em algum bar com os amigos, ou mesmo na praça central, abrem o porta-malas e ligam o som do carro, tocando músicas de bandas de forró elétrico que estão no auge do sucesso, para que todos possam ouvir, assim transformando a rua em uma grande festa. Na maioria das vezes, acontece uma espécie de competição, onde um segundo carro encosta no mesmo local, abrindo o porta-malas em direção ao já aberto na rua, para ver quem tem o aparelho de maior potência acústica. No final fica impossível discernir qual música está tocando e, depois de algum tempo, um dos dois resolve desistir, fechar seu carro e ir embora. À época eleitoral esse hábito do *som automotivo* permanece, assim como suas *brigas*, mas com o agravante que as músicas tocadas neste momento são de campanha, evidenciando as preferências, que na verdade não são mistério para ninguém.

No carro de Fátima não é diferente. Facilmente o identifico quando saio na rua. Primeiramente por ser um carro grande, como o de todas as pessoas de melhor poder aquisitivo na cidade, devido ao fato de muitas das estradas locais serem de terra, sendo necessário o uso de carros utilitários para que seja possível transitar por elas; depois pelo imenso adesivo com seu rosto e seu número estampado na lateralia, inutilizando mesmo alguns dos vidros. Na caçamba, segue ligada a caixa de som com seus *jingles* de campanha. Todos os candidatos da região, a essa época, já têm o carro devidamente *fechado* com adesivos e com seu cd de *jingles* pronto para ser repetido infinitas vezes. Os simpatizantes com algum dos candidatos também *fecham* seus carros com os adesivos. A foto abaixo é o exemplo de um carro *fechado* por um adesivo de campanha.

Foto 4 - Carro adesivado

No banco da frente estavam o motorista, que não é índio, mas casado com uma índia Tenetehara e morador da cidade de Barra do Corda e Fátima, no lado do passageiro, sempre muito bem arrumada e perfumada. Seus dois filhos, um menino de onze anos e uma menina de oito, no banco de trás, onde entro eu e Roberto, o rapaz que me acompanhava no trabalho de campo. Antes de ir à reserva indígena é preciso buscar algumas outras pessoas que ajudam nas visitas. É o caso de Neusa, que veio morar em Barra do Corda há pouco tempo, em uma casa alugada, sem energia elétrica. Antes da campanha ela estava desempregada, morava com as filhas pequenas na casa dos fundos do terreno onde mora a mãe, em Jenipapo dos Vieiras. O pai das meninas a abandonou e desde então ela tem passado grande dificuldade para sustentar as filhas. Fátima a chamou para ajudar na campanha por ela ser uma mulher muito comunicativa e ágil, em troca de algum dinheiro e promessa de emprego caso a vitória fosse alcançada. “Para trabalhar com índio tem que ser pessoas assim, sem frescura”⁴⁶. Neusa esperava na porta de casa, pronta para mais um dia. Não havia espaço para mais um no carro, portanto Fátima manda Neusa entrar no banco de trás e Roberto passar para a caçamba, onde, geralmente, sobem outras pessoas que pedem carona para o povoado de Santa Maria ou Jenipapo dos Vieiras, locais onde hoje passaremos, como todo dia. É necessária também uma parada no posto de gasolina, pois é preciso tanque cheio para as viagens do dia. O valor gasto é colocado na conta do candidato a prefeito que ela apóia, através de uma *nota* cedida por ele. Trata-se de um papel com o valor cedido por ele para o abastecimento, assinado por um assessor seu. Dependendo da pessoa, e de sua importância em

⁴⁶ Bezerra (2001), afirmou em trabalho sobre Niterói que “para se tornar ‘cabo eleitoral’ do vereador, a principal condição exigida foi que a pessoa tivesse ‘intimidade com a comunidade’ de modo que pudesse solicitar os votos dos moradores. Fátima partiu dessa ideia também para selecionar seus cabos eleitorais. Em povoados do município de Jenipapo dos Vieiras, escolheu pessoas com estas características para divulgar sua candidatura. Raimunda não é um desses casos, pois suas atividades refletiam a de uma assessora.

sua campanha, os valores cedidos são maiores, pois é preciso auxiliar nas andanças de seus aliados. Fátima tem um bloco dessa notas em seu porta-luvas. Assim, seguimos para mais um dia *andando em aldeia*, como ela diz.

A campanha eleitoral começou efetivamente no final de julho, quando foram acertadas as candidaturas, um mês antes de minha chegada à região, e, desde então, o dia desta candidata começa assim. Porém, é impossível prever como acaba. Este capítulo é dedicado a mostrar como se desenrolou a campanha, as adversidades do seu cotidiano, de que forma foi feito o trabalho com estes eleitores até, finalmente, sua eleição. Fátima focou sua campanha na obtenção dos votos de parte dos Tenetehara da região, apesar de buscar votos noutros locais também. Essa atitude foi tomada por motivos diretos: por ser esposa do líder Tenetehara Tadeu Mendes e trabalhar com os indígenas há tempos. Portanto, o local onde ela é mais conhecida é na reserva indígena e o número de eleitores ali presentes seria suficiente para que ela se elegeisse.

O que a um primeiro momento poderia parecer fácil, já que esta mulher é esposa de um líder respeitado por uma grande parte dos habitantes das aldeias da região, se complexifica quando acompanhamos a rotina dos meses que antecedem a eleição. O esforço feito para a manutenção de votos declarados como certos, mas que, como veremos, não eram tão garantidos, assim como a negociação com outros políticos, tanto para a conquista de aliados, como para afastar os que se diziam aliados e só queriam se aproveitar da condição favorável dela entre a população indígena em questão, serão pontos abordados neste capítulo. Eles explicitam que campanha nenhuma é vitoriosa de antemão e tem de ser construída e mantida diariamente, durante todo o período pré-eleitoral (Palmeira, 1996)⁴⁷. Pela ótica dessa

⁴⁷ “... as eleições representam um momento crucial na vida dessas comunidades, cujo desfecho está longe de ser algo preestabelecido.” pp. 44

candidata e sua busca pelo voto dos indígenas, pretendo mostrar como se deu a participação dos Tenetehara nesta eleição municipal.

4.1 Apresentação dos candidatos

Fátima é esposa de Tadeu Mendes, como já foi dito. Esse fato, por si só, já a torna uma pessoa bem querida por uma quantidade expressiva de indígenas, os *das aldeias do Tadeu*⁴⁸. Não obstante, ela sempre gostou de trabalhar com os indígenas, esteve presente em momentos cruciais para eles, como o da divisão da FUNAI em 2001 e sua suspensão em 2007. Mesmo depois de o órgão deixar a região, ela continuou atuando junto a eles, como, por exemplo, no transporte de índios doentes, na organização da FUNASA, nas entradas em pedidos de auxílio-maternidade e aposentadorias. De certa forma, ela conquistou um respeito, não somente por ser a esposa de Tadeu, mas também por atuar em prol das satisfações das necessidades desses indígenas.

A sua candidatura surgiu de uma recusa de Tadeu em candidatar-se ele mesmo. Os caciques das aldeias atendidas por ele o queriam como vereador, pois esta seria uma forma de conquistar uma representação Tenetehara na Câmara, para apoio em projetos que visassem o bem-estar dessa população. Contudo ele afirmou não ter vocação para a política, indicando sua esposa. Muitos indígenas afirmaram que esta foi uma decisão acertada, pois, como me afirmou uma índia, Tadeu apesar do imenso respeito que tem deles,

⁴⁸ A divisão entre *aldeias do Tadeu* e *aldeias do Jonas* está descrita no capítulo 2.

não sabe falar com as pessoas como ela sabe. Ele não teria paciência para ir de casa em casa pra saber como tá a vida, do que a gente precisa. Ele é bom na hora de resolver as coisas, não de escutar.

Jenipapo dos Vieiras é o município mais próximo das TI's Tenetehara, com um sétimo do número de habitantes de Barra do Corda. Com um número reduzido de candidatos e eleitores, onde o voto indígena se faz percentualmente mais expressivo, ele foi escolhido por Fátima, em consenso com seu marido, para tentar se eleger vereadora. Decidida a candidatar-se, algumas atitudes deveriam ser tomadas antes do desenrolar da campanha. Primeiramente, criar uma seção eleitoral dentro da reserva indígena, uma ideia que já havia surgido anteriormente, em outra eleição, mas não a tempo de ser posta em prática. Agora, era preciso correr contra o tempo, pois com a criação desta seção, era preciso transferir para ela o título dos indígenas. Esta tarefa era dificultada por não se tratar de residentes em áreas urbanas, mas de cidadãos que moram em locais distantes da cidade. Para levá-los ao cartório eleitoral era necessário organizar transporte e alimentação. Além disso, precisavam ser acompanhados, pois nem todos, principalmente as mulheres, têm conhecimento da língua portuguesa, para lidar com documentos e assinaturas. Assim, um imenso trabalho foi feito para reunir, locomover e providenciar a transferência de título de todos, ou de parte dos indígenas das aldeias *de Tadeu* para a seção eleitoral nova a ser posta em funcionamento no local chamado Zaiuti, logo na entrada da TI Cana Brava. Este local é bastante representativo para estes indígenas, por se tratar de um espaço onde lideranças costumam se reunir para debater e tomar decisões a respeito do coletivo de sua população⁴⁹. O restante dos eleitores continuaria a dar seu voto em seções em Jenipapo dos Vieiras e no povoado próximo.

⁴⁹ Um exemplo é dado no capítulo 2, a respeito do bloqueio da estrada como forma de manifestação frente à decisões da FUNAI com as quais não concordaram.

Manter uma seção dentro da reserva traz benefícios para ambos os lados, do político e do eleitor. Para o primeiro, o fato de a votação se dar em um local onde não estarão presentes pessoas fazendo “boca de urna” e negociações de voto, facilita a manutenção do voto⁵⁰. Para o indígena a seção é positiva, pois se torna um local destinado ao voto deles, como se votassem *em casa*, como afirmou Dona Susana. Embora tenha sido impossível transferir todos, uma quantidade expressiva de títulos foi cadastrada na nova seção. Porém, não foi só Tadeu, Fátima e seus aliados políticos que perceberam o quão interessante poderia ser uma seção dentro da reserva. Os Rocha também logo trataram de providenciar uma seção em territórios aliados, como é o caso das aldeias Cana Brava e Felipe Bone, localizadas perto da entrada do município de Jenipapo dos Vieiras. Do mesmo modo, transferiram a maior quantidade possível de títulos eleitorais de indígenas das aldeias do *Jonas* para estas seções, alcançando um total de 142 para a primeira e 332 para segunda. Além disso, os Rocha resolveram também lançar um candidato a vereador, o indígena Francisco Guajajara, morador da aldeia Cana Brava. Desse modo, a divisão entre as aldeias dos segmentos Rocha e Mendes⁵¹, presente no dia-a-dia dessa população, começava a surgir como algo relevante no cenário do período eleitoral. Voltemos à definição da candidatura de Fátima.

Quando houve consenso de que ela poderia ser uma candidata representante dos Tenetehara moradores das aldeias do *Tadeu*, e também que a candidatura deveria ser no município de Jenipapo dos Vieiras, era preciso definir por qual partido ela lançaria sua candidatura. Um primeiro obstáculo consistia na falta de entendimento com o prefeito atual da cidade, Fabiano. Como os indígenas também votaram na eleição anterior e mantinham uma porcentagem de votos significativos, os candidatos àquela época, procuraram Tadeu pedindo

⁵⁰ O acesso à reserva indígena, teoricamente, é restrito a pessoas que ali trabalhem, além dos próprios indígenas. Na prática, há mais pessoas que frequentam o local, durante o período eleitoral e fora dele. Porém, os indígenas conhecem a regra e um trabalho de “boca de urna” certamente resultaria em expulsão do local, como afirmaram alguns caciques.

⁵¹ Mais detalhes sobre a divisão, ver capítulo 2.

apoio. Presumiram que se este os apoiasse, parte dos caciques também os apoiariam, o que poderia valer um bom número de votos da TI Cana Brava. Não me foi possível entender suficientemente como ocorreu a definição dessas alianças no período eleitoral anterior, porém ficou claro que eles não cogitaram apoiar o Fabiano naquele momento. O candidato escolhido por Tadeu foi Neco Ramalho, que foi derrotado por Fabiano. No momento atual, Tadeu justifica sua oposição à Fabiano pelo descaso com a população indígena. Entretanto, se pensarmos que na outra eleição ele já havia escolhido não apoiá-lo, quando este era somente um candidato, percebe-se que o motivo vai além da atual gestão. Para que se possa compreender como se deram as alianças e seus motivos, falemos um pouco dos candidatos à prefeitura.

Fabiano, nascido e ainda residente em Barra do Corda, foi eleito prefeito de Jenipapo dos Vieiras em 2004, com quase 52% por cento dos votos, pela coligação PP/PDT/PT/PTB/PPS/PV, sendo ele afiliado do PP. O candidato que concorreu com ele foi Neco Ramalho, prefeito da gestão anterior, eleito em 2000. Tentou a reeleição em 2004 pela coligação PFL/PSB/PSDB/PMDB/PL, sendo ele do PFL. Neco tem uma história na política local. Começou como assessor de Paula Pinheiro, prefeita na década de oitenta e ainda lembrada pela população; depois, se elegeu vereador em Barra do Corda. É conhecido por todos e tem uma carreira política reconhecida. Quando se candidatou a prefeito em 2000, foi apoiado por Tadeu e, conseqüentemente, pelos indígenas que o apóiam, por estar aliado a Ribamar, candidato a prefeito em Barra do Corda, naquele momento.

José Ribamar é uma figura importante no cenário destas eleições. Ribamar é conhecido como um *forasteiro*, pois não é da região, veio de Pernambuco. O sentimento da população barra-cordense para com ele, no momento de sua primeira candidatura em 2000, envolvia um misto de admiração e medo. Ele era um homem de muitas posses, que chegou ali sem conhecer ninguém e disposto a fazer uma campanha dispendiosa, para concorrer com os

candidatos locais. Ele trazia consigo uma história de briga de família em Pernambuco, que assustava as pessoas. Dizia-se que ele veio fugido por ter matado um tio seu, quando este ganhou a eleição local. Difícil saber o que é verdade ou não, mas, de toda forma, essa história sempre mencionada criou em torno de sua figura um destaque no cenário político de Barra do Corda. Ele veio a ser eleito com pouco mais de 50% dos votos, pelo PTB, levando à derrota o prefeito que tentava reeleição, Saulo.

Saulo é uma figura amplamente conhecida na região, com sólida carreira política. Seu filho é conhecido no cenário político do estado do Maranhão também. Este ajudou a alavancar a carreira de seu pai, pois foi eleito deputado e hoje em dia é conhecido como *agiota de político*⁵² na região, pois faz empréstimos de última hora, *salvando* candidatos que têm sua vitória ameaçada na semana anterior à eleição. A derrota de Saulo para Ribamar em 2000 foi inesperada. O potencial de Ribamar foi menosprezado, já que o prefeito e toda sua equipe tinham a vitória da reeleição como certa, até mesmo por ser o oponente um *forasteiro*. Porém, Ribamar trazia em sua campanha elementos que superaram a de Saulo. Trata-se da atenção pessoal, “Ribamar não tem medo de sujar as botas!”, diz um eleitor com relação ao comportamento dele na campanha. Ia de casa em casa, nos povoados mais ermos da região, nas casas mais humildes, saber da situação daquela família. Algo completamente diferente das atitudes de Saulo, que se posicionava como um ‘bom administrador’, mas não uma ‘boa pessoa’⁵³, atitude mais desejada de um bom político.

Contudo, a gestão de Ribamar não foi como o esperado. Ouvi reiteradamente observações como “ele não soube fazer nada pela cidade”, “porque não tinha experiência

⁵² Jorge Villela (2008) diz que “uma forma do uso de dinheiro nas classes altas são os investimentos de comerciantes e fazendeiros nas campanhas de candidatos ao legislativo e ao executivo. Por meio desse expediente produz-se um crédito a ser pago ao longo do mandato sob a forma de encomendas de serviços, de materiais e, sobretudo, de prestígio, ou seja, de acesso a outros serviços e favores cujo alvo privilegiados são dependentes seus, atuais ou pretendidos.”

⁵³ Chistine Chaves (2003) diz ter acompanhado “em ação o político como ‘boa pessoa’, oposto ao que é concebido como ‘bom administrador’.

política”. Carregou consigo, no final da gestão, processos de uso indevido do dinheiro público⁵⁴. Isso fortaleceu o retorno de Saulo ao cargo em 2004, já que a experiência em tentar algo novo, dando uma chance ao *forasteiro*, não tinha dado certo. Neste ano, Ribamar nem tentou a reeleição, pois sabia - diz-se - que seria rechaçado pela população e, também, que Saulo estava fortalecido e com estratégias de campanha melhores, depois da derrota na eleição anterior. Saulo foi eleito com folga em 2004 porque, ao invés de lançarem um só, os outros partidos locais não entraram em acordo e lançaram mais quatro candidatos a prefeito. “Eleição boa, disputada, é com dois candidatos; quando eles [os adversários] não entram em um acordo e lançam um candidato [único] contra o Saulo, é certo que ele ganha.”, conforme me afirmou uma moradora da cidade. Frase semelhante foi dita por muitos outros moradores⁵⁵.

Apresentadas as pessoas que compuseram o cenário das eleições municipais anteriores, para facilitar a compreensão da composição das alianças formadas para a eleição observada, a de 2008, volto à figura de José Ribamar. Acima, afirmei que Tadeu apoiou a candidatura de Neco Ramalho em 2000, por este ter se aliado a Ribamar. Jenipapo dos Vieiras era um povoado pertencente a Barra do Corda até o ano de 1993 e hoje é considerado um dos dez municípios mais miseráveis do Brasil, segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social. Por isso, apesar de sua emancipação à município, ainda é atrelado a Barra do Corda, em variados sentidos. Os políticos de lá residem em Barra do Corda e muitos jenipapenses trabalham no outro município, que apresenta maiores oportunidades de emprego, no comércio, principalmente. Deixou sua condição de povoado, mas ainda funciona como tal em

⁵⁴ Uma simples busca ao site d Tribuna de Contas do Estado do Maranhão revela os números dos processos de prestações de contas desaprovadas.

⁵⁵ Saulo apresentou uma mudança de partido. Em duas eleições, 1996 e 2000, se candidatou pelo PFL; e nas outras duas, em 2004 e 2008, pelo PV.

muitos aspectos. As eleições municipais são tratadas de forma conjunta: feita a aliança de um candidato a prefeito em Jenipapo com um candidato a prefeito na Barra do Corda, ambos pedirão votos para os dois. Há muitas casas onde moram, em ambas as cidades, pertencentes a uma mesma família, eleitores dos dois municípios. Seja porque mudaram de cidade há pouco, seja porque preferiram não transferir o voto quando Jenipapo virou município, ou até mesmo porque transferiram seu voto para acompanhar certo candidato de sua preferência.

Quando Ribamar apareceu no cenário político de Barra do Corda, Tadeu resolveu apoiá-lo e alegou motivos que supõe-se serem os mesmos que levaram grande parte da população a elegê-lo, norteados pela ideia de mudança junto a um ‘bom político’. Também deve ser pesado o fato deste anunciar em sua campanha uma vontade em trabalhar em prol da população Tenetehara. O primeiro prefeito de Jenipapo dos Vieiras, eleito em 1996, não havia realizado em sua gestão nenhum projeto para a população indígena da região, que ficou desejosa de mudanças para a eleição de 2000. Assim, quando Neco Ramalho se candidatou a prefeito em 2000, com aliança firmada com José Ribamar, captou o apoio de Tadeu e seus aliados indígenas à sua campanha. Ambos foram eleitos.

Quando se deu o fechamento da estrada, da BR 226, em 2002, como forma de manifestação de descontentamento desses indígenas em relação a determinadas políticas públicas, Ribamar, então prefeito de Barra do Corda, foi o primeiro a apoiar a causa indígena no que fosse preciso. Isso incluiu até mesmo mantimentos e recursos financeiros para que a manifestação fosse mantida, o que gerou satisfação dos indígenas e insatisfação da população local. Motivos históricos e contemporâneos⁵⁶ dificultam o convívio harmonioso entre Tenetehara e não-índios da região. “Só mesmo um forasteiro, como Ribamar, entraria nesta

⁵⁶ Nos tópicos “Primeiros dias no campo” na introdução e “Massacre de Alto Alegre”, no capítulo 1, esses problemas de convivências aparecem de forma detalhada.

briga”. Nestas condições, Neco Ramalho, então prefeito de Jenipapo dos Vieiras, também permaneceu do lado de Tadeu e Ribamar, com quem fez aliança durante sua campanha.

Em virtude de ter sido apoiado por Tadeu Mendes durante a campanha, Ribamar não obteve o apoio de Jonas Rocha e seus aliados indígenas, que ficaram do lado da situação, Saulo. Dois motivos justificariam a divisão do apoio Tenetehara. O primeiro é mais evidente, tem base na divisão entre os Rocha e os Mendes. Seria impensável que ambos se unissem para apoiar um candidato a prefeito, já que tinham *rachado* definitivamente, com a divisão da FUNAI. O segundo motivo aludido, aparece na forma de um interesse pessoal de Jonas e não no coletivo das aldeias que se mantém ao seu lado. Saulo já havia buscado o apoio de Jonas anteriormente - já que ele foi o primeiro chefe da FUNAI do local - oferecendo-lhe um cargo na prefeitura de chefe de assuntos indígenas. Naquela manifestação de 2002 na BR, quando todos os indígenas estiveram presentes, tanto os do lado Rocha, quanto os do lado Mendes, Jonas aceitou o primeiro acordo do Governo Federal, retirando seu grupo de lá, ao contrário de Tadeu, que permaneceu com todos os seus e com o apoio do então prefeito, Ribamar.

Em 2004, Neco vem a tentar a reeleição. No histórico de eleições, tanto em Jenipapo, município mais recente, quanto em Barra do Corda, nunca houve um caso de reeleição. Entretanto, todos os prefeitos a buscaram, com exceção de Ribamar, em Barra do Corda neste mesmo ano, pelos motivos alegados acima. Os partidos se uniram e lançaram um único candidato, Fabiano, para concorrer com Neco. Fabiano facilmente conseguiu o apoio de Saulo, pois este não desejava apoiar o candidato que esteve aliado ao seu maior rival, Ribamar, na última eleição. Assim, Neco ficou enfraquecido, já que, com a ausência de Ribamar do cenário político de 2004, não teria apoio de um candidato forte em Barra do Corda. Porém, Tadeu não abre mão de apoiá-lo, já que ele esteve ao lado dos indígenas durante o fechamento da BR, mesmo que não de forma tão evidente quanto Ribamar e, principalmente, por não cogitar a hipótese de apoiar o candidato apoiado por Saulo, “prefeito

que não fez nada por nossas aldeias e ainda deu cargo na prefeitura para o Jonas”. Naquele ano elegeram-se Fabiano e Saulo.

4.2 O cenário eleitoral em 2008

Assim, chegamos à situação em 2008, antes das eleições. Um jornal local anunciou no começo de fevereiro:

O Brasil começa depois do Carnaval e a Barra do Corda só depois das eleições

A verdade é que após as festas de final de ano e logo com o carnaval que este ano foi bem próximo, a maioria das cidades brasileiras começará de fato o ano de 2008. Em Barra do Corda, terminado o carnaval é como se num dia calmo, após o desfazer do laço que se remete a alguma inauguração, fosse automaticamente inaugurado o processo de briga pelo poder. Começarão os boatos, as suplicações, as mentiras, as perseguições, a oferta de dinheiro e bens de pouco valor, a criação da fantasia de um total poder que não existe.

O voto é a arma que temos para mudar e tentarmos dar uma opção de esperança ao povo de Barra do Corda, diminuir as desigualdades. O voto é único e não tem preço.

Fabiano, prefeito de Jenipapo dos Vieiras, e Saulo, prefeito em Barra do Corda, tentariam a reeleição. Porém, as eleições desse ano apresentaram algumas diferenças significativas com relação às anteriores. Primeiro com relação à definição das candidaturas, que se deu muito mais tarde do que o habitual. Depois, porque foi uma das poucas eleições onde o resultado era muito difícil de prever. Quando estive na região para meu primeiro período de campo, em janeiro daquele ano, não era possível arriscar quais seriam os candidatos e os possíveis vencedores daquelas eleições. A única certeza era de que os atuais governantes se candidatariam novamente, mas quem seriam seus opositores, ninguém sabia

afirmar. A especulação era grande em torno de praticamente todos os nomes já citados até aqui. Qualquer encontro de algum deles com mais uma ou duas pessoas relacionadas à política local era motivo para falatório na cidade no dia seguinte, sobre a sua possível candidatura. Em uma simples ida a uma lanchonete ou sorveteria à noite, era possível escutar inúmeros comentários sobre fatos que levasse a crer que fulano seria candidato.

Um dos restaurantes da cidade, localizado na praça central, exatamente por esse motivo um dos mais freqüentados, é propriedade de uma mulher *enfiada na política*, como dizem. Jacira está na política há mais de 20 anos. Participa na campanha de candidatos de sua preferência, atua como assessora durante a gestão deles, faz oposição quando estes perdem. Ela sempre foi oposição a Saulo e sua família, dizendo a quem quisesse ouvir que “nenhum ali presta”. Ela fala de política o tempo todo, com todos que vão ao seu restaurante, o que me fez pensar que por este motivo os simpatizantes de Saulo não sentariam ali. Engano meu. Muitos vão e não discutem, apenas riem de seus comentários e acabam por se informar do que está acontecendo na oposição. Contaram-me que há alguns anos ela saiu candidata a vereadora e tinha certeza de que ganharia fácil, já que conhecia a cidade toda, por estar sempre na política e ter esse restaurante na praça central. Entretanto, ela conseguiu pouquíssimos votos. Os habitantes usam uma expressão para ironizar quando isso acontece, chamam o candidato de *espoca urna*. Isso porque ele crê que haverá tanto voto que a urna irá *espocar*, ou seja, explodir, mas no final acaba conseguindo menos votos do que candidatos menos populares. O exemplo de Jacira me foi dado várias vezes, principalmente quando a ideia era comentar a candidatura dessas pessoas populares na cidade. A notícia no site *Turma da Barra* reafirma o fato nas eleições de 2008: Na Barra, 16 candidatos são “espoca urna”. Tiveram entre zero e 16 votos. Um deles é uma figura bem conhecida na cidade, principalmente por ser um homossexual, que frequentemente se veste de mulher. Bem antes das eleições, já era comentado no centro da cidade que este seria *espoca urna* da vez. Esses exemplos vêm

concretizar o que o povo de lá assume como uma das regras para eleger-se: não basta ser conhecido para ganhar, é fundamental fazer uma boa campanha. Mesmo que este saber esteja amplamente difundido, todo ano eleitoral alguém resolve se candidatar e vira motivo de piada e entra para a lista dos exemplos históricos, como é o caso de Jacira.

Antes de retornar a campo, mantive contato com alguns informantes, ansiosa por saber quem seriam os candidatos; porém, até começo de junho, para meu espanto, não estava tudo definido. Aquilo soava estranho, pois em muito do que li sobre eleições municipais, as campanhas eleitorais “informais” se iniciavam logo no começo do ano, muito antes da divulgação oficial dos candidatos. O calendário do Tribunal Regional Eleitoral apresentava como última data 05 de julho, ou seja, exatamente três meses antes do dia da votação, para as coligações e partidos registrarem as candidaturas. A definição se deu poucas semanas antes desse prazo, em Barra do Corda, do seguinte modo. Saulo, como todos já sabiam sairia candidato à reeleição, mesmo com alguns processos acontecendo no TCU contra ele. A coligação já era divulgada com o nome “Unidos pelo Trabalho” e composta pelos partidos PRB / PMDB / PSL / PPS / DEM / PSDC / PTC / PV / PSDB. Para seu oponente teríamos uma imensa coligação chamada “Agora é a vez do povo”, composta pelos partidos PP / PDT / PT / PTB / PSC / PCB / PRTB / PHS / PMN / PSB / PRP / PC do B. Essa coligação foi muito negociada desde o começo do ano, pois envolve doze partidos e, no final, foi apelidada de *grupo*. Apresentou como pré-candidatos mais de dez nomes. Em meados de junho, o candidato da oposição ainda não havia sido definido: transitava entre Heitor Ximenes, José Ribamar, Walter Holanda e Paula Pinheiro. A torcida dos opositores de Saulo era de que, quando definido o candidato, o *grupo* permanecesse unido, para que não houvesse outro candidato de oposição. Assim, ocorreria uma eleição *boa*, como dizem os habitantes da cidade, já que teria somente dois candidatos, Saulo e um oponente. Porém, não foi desse modo que se desenrolaram as negociações.

Voltemos a um dos personagens já citados, Paula Pinheiro, que, como dito anteriormente, é uma personagem antiga na política da região e que já ensaiava seu retorno à cena eleitoral. Afiliada do PT do B, desde o começo do ano cogitava-se a hipótese da candidatura dela nas eleições de 2008. Ela seria a oposição ideal, na opinião de muitos, a única capaz de barrar a reeleição de Saulo. Assim como Ribamar, ela era vista como uma candidata do povo, fazia campanha de casa em casa, era uma *boa política*. Com o diferencial, em relação a Ribamar, de que esta tinha feito uma administração que, apesar de ter sido há quase duas décadas, quando ainda Jenipapo dos Vieiras não era emancipado, ainda era lembrada por muitos como exemplo de gestão. Além de *boa política*, era comumente considerada *boa administradora*, fato compreendido como raro nesta região. Paula não esteve afastada da política local neste período todo. Ela já tinha concorrido à prefeitura na eleição de 1996. Porém, ocorreu naquele ano aquilo que é visto como uma *eleição ruim*: havia vários candidatos à prefeitura. Walter Holanda, homem *da política* da região, que já fora deputado estadual e a apoiava nas prévias da candidatura, resolveu sair como candidato a prefeito também, na última hora. Assim, os votos da oposição a Saulo foram divididos e Paula Pinheiro teve o segundo lugar na obtenção de votos, seguida logo por Walter Holanda. Se ele mantivesse o apoio a ela, somando os votos dos dois, teriam mais do que cinquenta por cento a mais do que os votos obtidos por Saulo. Por esse motivo, houve um grande *racha* entre Paula Pinheiro e Walter Holanda.

Depois disso, Paula não quis se candidatar à prefeitura na eleição subsequente, com a alegação de que a campanha de 1996 tinha sido muito desgastante e lhe trouxera muitos prejuízos financeiros. Surge na cena de 2000, José Ribamar. O *forasteiro* tinha o dinheiro, mas não era muito conhecido, em um primeiro momento. Desejando entrar para política, Ribamar sugeriu a Paula que esta fosse sua vice-prefeita, pois assim a campanha dele arrecadaria mais votos. Estratégia acertada: duas pessoas sem medo de *sujar as botas*, eleição

ganha. No decorrer da gestão, divergências na administração ocasionaram uma divisão entre eles. Em 2004, Paula não fez parte da cena política. Não se candidatou, nem esteve presente na cidade para ajudar na campanha de alguém. Mas, em 2008, ela desejou voltar, e foi um dos nomes de pré-candidatos pelo *grupão*.

Depois de muitas reuniões, a definição de quem seria o candidato só veio em 20 de junho: Walter Holanda (PDT) e Heitor Ximenes (PRP) como vice. Devido ao *racha* ocorrido em situação anterior, Paula se recusou a apoiá-lo e aconteceu a divisão do *grupão*, tão temida. Uma nova coligação se formou, composta pelos partidos PT do B, PTN e PR, lançando Paula Pinheiro (PT do B), para prefeita, e Jânio Nunes (PR), como vice. A situação era semelhante à ocorrida em 1996, mas com as posições de Paula e Walter Holanda invertidas. O resultado se pressupunha, novamente os votos seriam divididos e Saulo se reelegeria.

Em meados de julho, as três candidaturas devidamente registradas, de Paula Pinheiro, Walter Holanda e Saulo, quando tudo parecia acertado, uma reviravolta ocorre neste cenário político. Paula, alegando problemas pessoais, de doença na família, desiste de sua candidatura. O site do Tribunal Regional Eleitoral divulga a informação de que a candidatura de Saulo estava impugnada, devido a irregularidades nas prestações de contas de obras da cidade em sua gestão. Rapidamente o *grupão* imprime folhetos com a notícia e divulga para os habitantes da cidade, como forma de mostrar as falhas do candidato da situação. A comitiva de Saulo não perde tempo e logo trata de imprimir folhetos desmentindo a informação, mas a iniciativa é denunciada em jornal local como uma fraude:

Grupo Saulo falsifica, copia e altera status de sua ficha cadastral no site do TRE

Grupo Saulo falsifica situação de sua candidatura e distribui cópias pela cidade, tentando mais uma vez enganar a população. O grupo de oposição distribuiu

*cartazes pela cidade com a ficha do candidato Saulo, mostrando que a situação da candidatura está impugnada. Para combater este feito, a situação, ou melhor, o grupo do prefeito, alterou o resultado da ficha cadastral, apagando a palavra **IMPUGNADO** e colocando **LIBERADO**, a falsificação da ficha é tão grosseira, pois o TSE quando legaliza a ficha de um candidato para concorrer as eleições, a palavra utilizada é **APTO** e não “liberado” como foi feito.*

A única candidatura que está como “apta” a concorrer às eleições é a de Walter Holanda. Mesmo tendo desistido, ainda consta no site do TSE o nome de Paula Pinheiro como candidata e a situação de Saulo ainda não é inelegível, estando impugnada, consta em trâmite o processo que ainda será julgado.

Walter Holanda opta por também desistir de sua candidatura, alegando “absoluta falta de estrutura material” para competir, e culpou a cúpula do partido em São Luís por não ajudá-lo, tendo em vista o “processo eleitoral super-inflacionado”, que ocorre tipicamente em Barra do Corda. Entre a população não faltaram especulações em torno dos motivos das duas desistências, desde ao “não agüentou a pressão” até o “foi comprado pelo prefeito”. O fato é que a cidade, que contava com tantos pré-candidatos no início do ano, estava momentaneamente sem candidato algum. Em meio a conturbadas reuniões do *grupão*, que não entrava em consenso sobre deixar o candidato a vice de Walter Holanda, Heitor Ximenes, ser o novo candidato a prefeito, surge novamente a ideia de colocar José Ribamar como candidato. O grande empecilho com relação a este nome girava em torno de sua gestão em 2000, que não agradou a população. Mas Ribamar, com grandes esforços em ser o candidato, sugere uma campanha que se inicie com pedido de desculpas à população, alegando que errou, mas que está arrependido e retorna justamente para desfazer a impressão deixada. Com novo candidato, o *grupão* se firma novamente como oposição, já que Saulo contornou a situação, entrando com recursos que resultaram na liberação de sua candidatura. Os partidos que formavam a chapa de Paula “Forte é o povo” ficaram perdidos em meio a tantas novidades e sem um nome forte para lançar no seu lugar. Deixaram que Jânio Nunes, o antigo candidato a vice, assumisse como candidato ao cargo de prefeito, sem grandes pretensões de

combater Ribamar e Saulo, uma disputa apelidada de “briga de cachorro grande”. A partir de então, as alianças puderam ser efetivadas e as campanhas começaram a todo o vapor.

Ressalto que a concretização de alianças só ocorrera agora, depois da definição plena dos candidatos, pois elas estão diretamente relacionadas à *pessoa* do político e não ao partido ao qual pertence. Se assim fosse, tudo poderia ter sido resolvido desde o início do ano, quando se formou o *grupão*. Um exemplo disso ocorreu dentro desta chapa, como dito acima, na atitude de Paula perante a oficialização da candidatura de Walter Holanda, onde um conflito pessoal levou a uma divisão do *grupão*. Outros exemplos apresentados adiante virão a confirmar que o partido político aqui interfere menos do que as relações pessoais.

Para situar o leitor, foi exposto o desenrolar das negociações de candidaturas e suas definições na Barra do Corda. Agora voltaremos a Jenipapo dos Vieiras e as implicações que o cenário daquela cidade veio a produzir nesta. Com indefinições e conflitos internos às chapas, os candidatos em Jenipapo às eleições de 2008 surgiram da seguinte forma. Fabiano, candidato à reeleição, conforme esperado, sem maiores surpresas. Na oposição, especulou-se que seria Neco Ramalho novamente, mas a dúvida pairava sobre sua aceitação. Ele havia perdido em 2004 para Fabiano, quando Saulo apoiou seu adversário e agora a mesma aliança já era declarada. Ribamar faria aliança então com o opositor a Fabiano, mas Neco não é entendido como um forte candidato. Eis que surge neste cenário Igor, que, a princípio, é visto como um *forasteiro*, como Ribamar no início de sua história política na região.

Igor nasceu em Jenipapo dos Vieiras, mas cedo foi *tentar a vida* em outra cidade, no estado do Pará, depois de se casar com uma moça de sua cidade. Lá estudou, começou a trabalhar e *se deu bem* na vida. Isso porque abriu uma empresa no ramo de agropecuária, que

cresceu e lhe proporcionou muitos lucros. Ele retorna a Jenipapo com o desejo de entrar para a política local. Naquela situação, em que os partidos locais de oposição buscavam um nome para concorrer com Fabiano à prefeitura, e por dispor de recursos para financiar uma campanha, Igor surge como o novo candidato. Ribamar apresenta seu apoio a ele, mas a imagem de *forasteiro* de Igor é substituída, logo no início de sua campanha, por outra que o apresenta como o *filho de Jenipapo* que retorna para trazer melhorias à sua cidade natal, o que aprendeu durante sua experiência em uma cidade maior. A chapa de oposição que lança Igor é formada pelos partidos PSDB e PT, sendo que ele é candidato pelo último. Porém, Neco Ramalho apesar de não ser o candidato à prefeitura, ainda aparece como um ator importante e não desejava ficar de fora. Ele sugere que sua esposa, Januária, seja vice de Igor. Em resumo, os candidatos que compunham o cenário político dessas duas cidades para as eleições de 2008 foram os seguintes: José Ribamar (PTB, número 14), Saulo (PV, número 43) e Jânio Nunes (PR, número 22) em Barra do Corda; Fabiano (PDT, número 12) e Igor (número 13) em Jenipapo dos Vieiras. Fabiano tinha o apoio de Saulo e Igor o apoio de Ribamar. Apresentadas as definições de candidaturas aos cargos de prefeito da região, voltemos à candidata à vereadora, quem acompanhei de perto em sua campanha, Fátima.

Conforme relatado, o apoio a Fabiano era improvável. Fátima comentou que chegou a ser procurada por Fabiano, para formação de aliança, porém, deixou claro que essa hipótese não foi cogitada em momento algum, devido ao seu desagrado e ao das lideranças indígenas com relação à gestão do prefeito e também pelo fato de Tadeu não desejar uma aliança com Saulo, fato que seria pressuposto se Fátima apoiasse Fabiano. Assim, era preciso escolher um partido dentre os que compunham a chapa de oposição. A primeira tentativa, sem sucesso, foi o PT, partido onde Igor havia se filiado. Ela justifica que nesse partido havia uma série de cobranças para a candidatura que não a agradara; por isso, preferiu se informar como

funcionava outros e foi ao PX⁵⁷. Lá se sentiu melhor recepcionada, com uma filiação mais facilitada e candidatura certa. As respostas quanto a esta decisão foram esquivas, não deixando muito claro porque não tentou o PSDB, o outro partido da chapa de oposição. Mas, de certa forma, pressupõe que a escolha do partido não se deu de forma ideológica e sim estratégica. Januária, a vice de Igor, assim como seu marido Neco Ramalho, também estavam filiados ao PX. Mas, o partido por eles escolhido estava fora das coligações. Mesmo assim, informalmente, Fátima apoiava a chapa de oposição. Nos comícios e propagandas, a chapa aparecia composta pelos partidos PX/PSDB/PT, porém, no TRE a chapa “Vontade do Povo”, de Igor, era formada somente pelos partidos PSDB e PT. Para Igor, ter uma candidata como Fátima ao seu lado era muito importante, pois esta lhe ajudaria com o apoio dos Tenetehara. A campanha dessa vereadora como veremos, teve como foco principal a obtenção do voto dos indígenas.

4.3 Campanha eleitoral de uma candidata a vereadora

A opção por acompanhar esta candidata em sua campanha eleitoral se deu por razões metodológicas. A ideia inicial de compreender o que pensavam os Tenetehara a respeito da democracia representativa e como definiam seus votos implicaria em escolher uma das muitas aldeias dessa população existentes na região e me manter lá, durante todo o período pré-eleitoral. Porém, essa não seria uma escolha muito produtiva, por dois motivos percebidos em campo. Primeiramente, havia algumas barreiras que me impediriam de

⁵⁷ O partido ao qual Fátima se filiou também foi omitido aqui, como forma de preservá-la.

alcançar este objetivo, pois, apesar de ser muito bem recebida por muitos dos caciques, que deixaram claro que eu poderia permanecer em suas aldeias o tempo que quisesse, o fato de eu não dominar a língua falada por estes indígenas seria um grande problema. Eles só se comunicam, entre si, em sua língua nativa; o português é utilizado somente para se comunicarem com os *karaiw*, os homens brancos. O curto campo que pude realizar em um período de mestrado não seria suficiente para que eu aprendesse a língua. Mas este não foi o fator predominante para a minha decisão em mudar o foco da pesquisa. O fato desses indígenas estarem em um constante processo de divisão, me fez perceber que ficar em um só lugar, em uma só aldeia, restringiria a minha visão do cenário político local e da disputa pelos votos desses indígenas. Voto este que não se definira de eleitor a eleitor, mas sim de aldeia a aldeia, da escolha de cada cacique, de cada liderança. Ao acompanhar Fátima, pude perceber quais as estratégias para obtenção e manutenção dos votos de cada aldeia. Porém, deixo claro que, assim, o ponto de vista que exponho aqui é de uma candidata, de sua equipe e de lideranças indígenas que a apoiaram. Meu foco são as relações que ela estabeleceu, para efeito das eleições, com as diferentes lideranças. Não pretendendo compreender o voto de cada indígena, nem poderia, pois não conversei com cada um deles, sobre a decisão do voto. Também não há como falar em voto étnico, ou algo do tipo, até mesmo porque a ideia de coesão Tenetehara não existe, como nos prova as divisões entre Rocha e Mendes⁵⁸. O pretendido aqui é mostrar como as aldeias agiram como coletivos, perante as eleições, de que forma o dia-a-dia dessa reserva indígena foi afetado pela campanha política.

Fátima focou seus trabalhos de campanha nas aldeias já atendidas pela FUNAI de seu marido Tadeu e pela FUNASA, também administrada por ele. Para tanto, era preciso

⁵⁸ Mesmo de forma situacional, a união Tenetehara que ocorre nos momentos de manifestações, fechamento da estrada, se olhada de perto abriga suas cisões habituais. Exemplo disso pode ser visto no capítulo 2, onde os grupos não chegaram a um consenso de quando deveriam desbloquear a estrada.

formar uma equipe que a acompanhasse diariamente nas idas a aldeias e eventos. Foram escalados motoristas, seguranças e assessores, que *andassem* com ela. Era preciso contar também com pessoas que representassem eleitores de *voto múltiplo* (Palmeira,1996), que a ajudassem na campanha. As primeiras a serem recrutadas foram as não-índias que trabalhavam em aldeias, porque frequentemente vão à cidade e poderiam mantê-la informada dos eventos recentes em cada aldeia. Refiro-me aqui às enfermeiras e professoras que trabalham e residem na reserva. Em geral, elas vem um dia da semana para a cidade de Barra do Corda, ou Jenipapo dos Vieiras, onde moram suas famílias. Quando estão há muito em uma mesma aldeia, funcionam como influenciadores pelos políticos. É o caso de Faustina, enfermeira da aldeia Sapucaia. Ela trabalha no local há muitos anos e vive com um índio de lá, bem mais jovem. Ela dizia que “lá quem manda é o cacique, mas ele faz tudo que eu acho certo! Eu faço tudo por eles”. Fátima a chamou para auxiliá-la na campanha naquela aldeia e foi prontamente atendida. Faustina tinha como tarefas, além de ensiná-los a votar, avisá-los das datas dos comícios e *cuidar* para que todos fossem.

Porém, como veremos no tópico seguinte, mesmo com estas pessoas, a candidata tem de fazer um trabalho de manutenção de confiança. Muitos membros de sua equipe eram funcionários da prefeitura e eram frequentemente sondadas pelo prefeito Fabiano para mudarem de lado. A maioria optou por ficar do lado de Fátima, que mantém com elas um relacionamento pessoal e as cativa com amizade. Além disso, como disse Faustina, “eu que vou ficar contra o homem? Ta louca!”, referindo-se a Tadeu. O não-índio que trabalha dentro da aldeia e é bem recebido, inspira confiança, deseja manter essa condição para que haja um

bom convívio e possa realizar seu trabalho. Caso, contrário, quando o cacique não gosta de uma enfermeira ou professora, os indígenas a atormentam⁵⁹, até que desista do emprego.

Os caciques que são aliados de Tadeu, a princípio, declararam abertamente estarem do lado de Fátima e, conseqüentemente, do prefeito escolhido por ela. Desta forma, no início da campanha, concluí que os votos de todas estas aldeias estavam garantidos. Pensei que as visitas seriam somente de ‘cortesia’ do político aos seus eleitores, mas logo vi que eu estava errada. Nada em eleição é tão garantido e, segundo palavras da candidata, “é até pior quando pensam que o candidato já ganhou, porque daí acham que não precisam votar nele, que ele já tem muito voto”. As visitas eram feitas diariamente, nem que fosse “só uma passadinha, pra verem que lembro deles”. Obviamente, não era possível passar em todas as aldeias todos os dias, já que estamos falando de mais de cinquenta aldeias espalhadas pelos 150 mil hectares das TI’s Cana Brava e Lagoa Comprida, onde se localizam as aldeias *do Tadeu*. Fátima não tinha um assessor direto, que fizesse um cronograma, mas todos que *andavam* com ela, seguranças, motorista, Neusa, e algumas pessoas que trabalhavam na FUNASA, lembravam-na de onde não passava há alguns dias e deveria retornar. Dentre os rituais de campanha observados noutros trabalhos, o fato de o candidato andar sempre acompanhado aparece como aspecto fundamental para expressar sua posição diferenciada frente às pessoas ‘comuns’, marcando uma posição de poder e prestígio, já que nestas situações ele se torna o centro das atenções (Kuschnir, 2002)⁶⁰.

Os dois tópicos a seguir apresentam momentos do desenrolar da campanha de Fátima e Igor com a população indígena Tenetehara. O primeiro trata das identificações feitas nas aldeias durante o período pré-eleitoral e como isso influenciou o dia-a-dia desses

⁵⁹ Podem incomodá-la de diversos modos, desde cantar muito cedo ou muito tarde em frente à sua casa até bagunçar seus pertences pessoais e colocar animais dentro deles.

⁶⁰ Como veremos adiante, em um episódio peculiar na aldeia Nova Belém, quando o candidato resolve ir sozinho a algum lugar provoca o desagrado de sua equipe e ao mesmo tempo não se distingue, como convém, frente a seus eleitores.

indígenas, assim como as estratégias dos candidatos; o segundo explicita as variadas modalidades de eventos ocorridos durante a campanha. Dessa forma, poderá o leitor dar conta do impacto que as eleições municipais proporcionam nesta região e na vida de indivíduos de duas populações, indígena e não-indígena. As decisões tomadas neste momento podem ter consequências posteriores, fora do período eleitoral. As consequências de cada voto são vistas antes e depois das eleições. Antes, porque um ato de ‘vestir a camisa’⁶¹ de certo candidato, pode implicar em perdas de empregos. Um caso falado frequentemente foi de um rapaz que fazia trabalhos para prefeitura e por namorar a filha do candidato de oposição ao prefeito, teve seus serviços dispensados. Depois porque, dependendo do resultado, de quem for eleito, os eleitores que apoiaram claramente o candidato opositor, principalmente os *eleitores-chaves*, que conseguem muitos votos para os candidatos que escolhem, sabem que serão prejudicados no decorrer da próxima gestão. Essas retaliações podem aparecer de diversas formas: imediatas, através do sentimento de vergonha, pois a pessoa será motivo de piada nas ruas nos dias seguintes à votação; em médio e longo prazo, no que envolve questões materiais e financeiras: não conseguirá o emprego eventualmente prometido pelo candidato apoiado, já que este não ganhou, e, se for dono de algum comércio, sabe que o movimento irá cair, pois o prefeito eleito fará de tudo para *boicotar* o estabelecimento daqueles que não o apoiaram e favorecer seus eleitores. Muitos políticos pedem apoio de estabelecimentos comerciais e oferecem em troca um contrato com a prefeitura para fornecimento de produtos ou serviços.

⁶¹ O ‘vestir a camisa’ aqui é dito como categoria nativa e pode ser entendida através da pintura na entrada da casa do eleitor do número e nome do candidato, da bandeira pendurada na janela da casa, do adesivo colado no carro. Não basta só dizer que votará em determinada pessoa e o ‘vestir a camisa’ expressa esse vínculo. “Nestas circunstâncias, mais do que uma escolha individual, acertada ou não, o voto tem o significado de uma adesão. Para o eleitor, o que está em pauta em uma eleição não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto. Diferentemente do que nos acostumamos a ver nas grandes cidades, o fato de alguém ter um cartaz, uma fotografia do candidato ou o nome dele na porta de casa equivale a uma declaração de voto.” (Palmeira, 1992).

Em uma cidade como esta, com uma população de baixo poder aquisitivo, em sua maioria, a prefeitura é o ‘cliente’ mais visado pelos donos de comércio.

Já no caso dos indígenas, os desdobramentos das preferências políticas giram em torno de outras variáveis que serão expostas abaixo. Tanto as identificações nas casas (de índios e não índios), quanto a presença nos eventos são formas de o eleitor exibir sua preferência e, mesmo tendo em mente as consequências que poderá sofrer, ele não deixa de fazê-lo, pois ficar *em cima do muro* é ainda a pior opção. Afinal, mesmo se o candidato escolhido ganhar, o eleitor que não o apoiou abertamente não terá os mesmos benefícios que aqueles que *vestiram a camisa*. Sempre haverá uma dúvida da parte do político quanto ao voto lhe ter sido dado ou se terá sido negociado com vários candidatos, no caso do cargo de vereador, querendo tirar proveito da situação. Por essas e outras razões é tão importante para o político ver seu nome e número pintado na casa de seus potenciais eleitores. Com Fátima não foi diferente, como podemos ver a seguir.

4.4 Aldeia do 12 e aldeia do 13

O dia sempre começava da mesma forma. Logo depois de abastecer o carro, ao sair de Barra do Corda, tomava-se o rumo da TI Cana Brava, sem antes deixar de parar no povoado de Santa Maria, que é caminho, no restaurante central, cuja dona era aliada de Igor na campanha. Assim, Fátima saberia logo as novidades da noite anterior, se houvera alguma estratégia nova de Fabiano e sua comitiva ou alguma briga por causa das eleições, fato comum durante a campanha. Os eleitores não escondem sua preferência e muitas vezes batem

boca com eleitores da outra chapa, em público. Esse tipo de informação era importante para saber se alguma atitude relativa ao acontecido deveria ser tomada durante aquele dia. Depois, a próxima parada era na primeira aldeia da TI, a Santa Maria. A cacique desta aldeia, dona Susana, é mãe de Tadeu, portanto, sogra de Fátima. Sua casa é a primeira da aldeia, desde a entrada, e se localiza imediatamente antes do início da reserva, porque na época em que a Eletronorte veio instalar estruturas, nessa altura da BR226, tiveram de desapropriar a casa de dona Susana. Com a indenização recebida, ela comprou um terreno ao lado de onde seria homologada a TI. Nesse terreno, ao lado da casa de sua sogra, Fátima construiu uma casa pequena, um espaço com um quarto, um banheiro e uma cozinha, que serviu de comitê durante a campanha. Também funcionava como um local para passar a noite, quando ficava tarde para retornar à cidade. Logo que foi construído, uma das paredes externas foi pintada com o seu nome e número, seguido dos de Igor. Do mesmo modo, também pintaram a parede da casa de dona Susana, que, como sogra, não deixaria de apoiá-la. Pintada a casa da cacique, pessoa respeitada dentro da aldeia, não tardou muito para que todas as outras casas do local quisessem expressar o seu apoio à candidata também. Assim, a aldeia Santa Maria aparecia identificada como a primeira aldeia *do 13*.

As aldeias do Tadeu estão dispostas, em sua maioria, na região da BR226⁶². No início da campanha, Fátima passou em todas as aldeias com as quais trabalha, as aliadas de Tadeu⁶³, para anunciar que concorreria ao cargo de vereadora na cidade de Jenipapo dos Vieiras e que precisaria do apoio de todos eles. De imediato, todos esboçaram um grande contentamento em apoiá-la. Como ela sempre os ajudou, essa poderia ser uma forma de retribuir, de demonstrar gratidão, além de poderem contar com uma pessoa que os

⁶² Ver mapas página 85.

⁶³ Vale lembrar que quando uso as expressões “assistidos por ela” me refiro aos indígenas pertencentes às aldeias que são assistidas pelas FUNAI e FUNASA chefiadas por Tadeu Mendes, conforme explicado no capítulo 2.

representasse na Câmara Municipal. Ela avisou que voltaria em cada uma das aldeias para fazer um grande churrasco, pintar as casas com os números dela e de Igor e também para distribuir santinhos e camisetas. Quando dei início a esta segunda etapa de meu trabalho de campo, essa fase já havia passado e todas as aldeias estavam devidamente identificadas como *aldeias do 13*, como podemos ver na foto abaixo, referente à casas de uma das aldeias em questão.

Foto 5 - Casa em aldeia do 13

Os dias de campanha de Fátima tinham como objetivo principal a ida às aldeias para conversar com os indígenas, captar os seus problemas mais imediatos e ajudá-los da melhor forma possível. Aproveitava-se para verificar se aqueles que ela sempre ampara mantinham seu apoio expresso através da casa pintada e de palavras, já que todos faziam

questão de lembrá-la de que votariam nela, quando a encontravam. Mas, no caminho para a cidade de Jenipapo já era possível avistar algumas aldeias que não levavam a cor vermelha em sua entrada, nem o número de Fátima nas paredes das casas. Pelo contrário, exibiam bandeiras verdes e números pintados em tamanho grande o bastante para serem vistos à distância, de dentro do carro de quem na estrada passasse. Eram as *aldeias do 12*.

No decorrer da campanha, toda a equipe da candidata, assim como as lideranças com quem conversei, quando se referiam a alguma aldeia para falar de seu posicionamento político falavam sempre em *aldeias do 12* ou *do 13*. A definição da preferência política e imediata identificação da aldeia com a cor e número referente se deram, a princípio, através do posicionamento de Tadeu e Jonas. A partir do momento que Tadeu declarou seu apoio a Igor, pelo intermédio de sua esposa, os caciques que estão do seu lado assumiram o compromisso de votar nele. Já do outro lado, Jonas assumiu seu apoio à Fabiano, ou seja, ao 12, por dois motivos, em minha interpretação, que não aparecem aqui necessariamente em sua ordem de importância. Primeiro para manter o cargo de ‘chefe de assuntos indígenas’ na prefeitura de Barra do Corda, o que o levava a apoiar a reeleição do prefeito desta cidade que, por sua vez, estabeleceu aliança política com Fabiano, também candidato à reeleição; e por estar seu rival, Tadeu, apoiando o candidato de oposição. Essa divisão não implica em uma inimizade mortal entre os dois, mas a rivalidade está sempre presente, envolvendo, além do prestígio dos dois frente aos indígenas, questões de ordem política. Se Jonas não tomasse essa posição, estimulando *suas* aldeias a não votarem no 13, o espaço que Tadeu conquistaria na política local, caso Igor ganhasse, poderia criar, temia o primeiro, uma assimetria importante entre os adversários, nas decisões políticas voltadas para a população indígena da região, que evidentemente seria desfavorável. Isso reverteria o quadro da situação, pois apesar de atualmente Tadeu *ter* um número maior de aldeias do que Jonas, este último sempre manteve

maior prestígio, pois apresenta um histórico de cargos e atividades entre os Tenetehara⁶⁴. Seja como for, Jonas decidiu movimentar o cenário eleitoral daquelas TI's, lançando o seu candidato a vereador.

Em resposta à candidatura de Fátima, veio a de Francisco Guajajara, também pelo município de Jenipapo dos Vieiras. Pertencente à aldeia de nome igual ao da TI onde se localiza, Cana Brava, este indígena foi escolhido para representar os 'Tenetehara de Jonas'. Francisco era chefe de posto da FUNAI de Jonas nesta aldeia, antes do seu fechamento. Como já disse, as duas cidades, Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras, mantêm entre si relações estreitas e, apesar de independente, Jenipapo ainda é visto como um povoado de Barra do Corda. As TI's se estendem espacialmente pelos dois municípios e tem eleitores indígenas nos dois locais. Assim, Jonas lançou também um indígena candidato a vereador em Barra do Corda, seu irmão Nelson Rocha, como resposta à candidatura de Yara ao cargo de vereadora, uma não-índia, casada com seu primo Jessé Rocha. Tanto para Jonas, quanto para Tadeu, essa é a grande *inimiga* dos Tenetehara⁶⁵. O cenário eleitoral local se identificava, desse modo, com as divisões internas à organização social e política dos Tenetehara da região. De início, eu achava que bastava saber de qual aldeia o sujeito era, para assim identificar a qual lado dessa divisão ele pertencia e assim deduzir seu voto. Mas na prática a divisão não se apresentava tão bem delineada a ponto de tornar os votos previsíveis. No carro, indo a caminho de Jenipapo dos Vieiras, Fátima sempre fazia algum comentário do tipo “essa aldeia aqui era nossa, agora tá do lado do Jonas”, ou vice e versa. A divisão apesar de ter ocorrido em um momento específico, não se mantinha idêntica ao primeiro momento. Nelson Rocha

⁶⁴ Sobre Jonas ver capítulo 2.

⁶⁵ A história completa desse desafeto foi relatada no capítulo 2. Atente o leitor para o fato de que eles (Jonas e Tadeu) se descrevem como *rivals*, enquanto ambos a caracterizam como *inimiga*. As duas denominações combinam com a importância que ambos dão a presença do não-índio aos conflitos internos aos Tenetehara.

comentou, em uma das poucas conversas que tive com ele, sobre como as aldeias escolhera de que lado ficar:

Assistiu o filme Cidade de Deus? Que o moleque chegava pro traficante novo e falava ‘o filho de não sei quem me xingou!’ e ganhava uma arma pra lutar contra o outro lado? Aqui foi igual, só que sem a arma. Cada cacique chegou pro Jonas ou pro Tadeu e deu um motivo pra escolher o lado. Mas a coisa muda. Sempre aparece um que não tá satisfeito e resolve mudar de novo de lado.

A comparação feita por Nelson sugere que o ocorrido na região, na divisão da FUNAI, ocasionou situação semelhante à exposta no filme, onde uma briga por motivos pessoais acarretou a divisão de uma comunidade. No *tempo da política*, essa divisão se acentua, se exacerba nas cores e números adotados por cada lado. Mas também é o período em que mais flexível se tornam as alianças, pois é o este o momento onde ocorrem as melhores negociações e muitas aldeias não se mantêm do mesmo lado durante todo o período eleitoral. Esse tipo de atitude, de mudar de lado no meio do jogo, já é esperado por parte dos políticos, afinal as ofertas são variadas; mas isso não significa que seja aprovada. Pelo contrário, é desaprovada social e politicamente. Envolve sentimento de traição e acusações de oportunismo. O cacique que muda de lado, geralmente por ter recebido uma proposta considerada boa, fica, de certa forma, marcado como alguém que não inspira muita confiança. O mais aceitável, no senso comum local, seria que este fosse até o político que apóia e comentasse a situação, valorizando sua aldeia ao mostrar que foi procurada, ao mesmo tempo em que mostra lealdade a ele. Em muitos momentos presenciei essa afirmação de lealdade, quando, por exemplo, um cacique chegava perto de Fátima e dizia “olha, o pessoal do Fabiano foi lá na minha aldeia e a gente botou eles pra correr”.

A divisão das aldeias entre verde e vermelho, entre 12 e 13, apresenta dois desdobramentos fundamentais de início: primeiro que no período eleitoral é possível identificar através de cores e números quem está do lado de quem, qual aldeia é *do Tadeu* e qual é *do Jonas*. Fato este impossível de ser identificado por qualquer pessoa que não tenha contato com o episódio das divisões, fora do período eleitoral. Para a população não-índia da região, incluindo os políticos locais, a população é vista como homogênea. Todo mundo sabe que existe uma divisão, que existe mais de uma FUNAI, mas somente quem tem contato direto com os Tenetehara, quem trabalha com eles sabe da situação das aldeias e, mesmo assim, somente das maiores⁶⁶. Palmeira (1990) ressaltou que é no *tempo da política* que as delimitações de espaços de aliados e adversários, com o uso de símbolos, se enfatizam. Vemos que aqui não ocorreu de forma diferente, esta exacerbação das divisões trouxe consigo uma característica da organização social Tenetehara, a sua prática de permanentemente se dividir: através da preferência política de cada aldeia, podemos identificar a qual lado ela pertence, algo que não seria tão visível em outro período. A partir do momento que uma bandeira com o número 12 pintado de verde é colocada na entrada da aldeia, todos sabem que aquela é uma aldeia *do Jonas*. Caso a aldeia não seja desse grupo, o cacique tem a consciência de que deverá mudar de lado por vontade própria, senão será excluído automaticamente. Por exemplo, a aldeia que resolveu apoiar o Fabiano e era *do Tadeu*, sabe que ao tomar essa decisão deve procurar o Jonas para mudar para o seu lado. Este não é um fato freqüente, mas também não chega a refletir um ato de traição, se for comunicado antes da mudança. Assim como a divisão entre os Tenetehara é frequente, formando-se novas aldeias constantemente, a escolha pelo lado 12 ou 13 também é vista, pelos líderes indígenas, como algo de decisão

⁶⁶ Igor chegou a propor à Fátima que juntasse todos os índios, pois assim ele teria muito mais votos e ela receberia a presidência da Câmara dos vereadores. Ela respondeu que ele, como todos os outros, não faziam ideia do que se passava entre os Tenetehara.

interna à aldeia. Ao mesmo tempo, sabem que tal escolha implicará em manter-se ou não no grupo atual, Mendes ou Rocha, o que implica também em alterar o local que recebe assistência, tanto FUNASA como FUNAI. Um exemplo de como essa mudança figuraria uma traição será vista adiante.

O tempo escasso, assim como a minha posição na observação, não me permitiu acompanhar como se dá essa decisão interna de forma detalhada. O que me foi possível perceber é que o cacique não impõe ao seu grupo sua decisão. Um deles me explicou que tudo é conversado no *tapuizuhú*⁶⁷, local de uso comum no centro de cada aldeia, uma construção de madeira sem paredes, à noite, onde os homens colocam suas ideias para o coletivo e as decisões são tomadas. Isso vale para decisões de variadas naturezas, inclusive as relacionadas às eleições. As mulheres participam, mas não de forma ativa, geralmente ficam de pé atrás da roda e fazem pequenas intervenções. A opinião do cacique é respeitada: se ele disser aos seus que o melhor a fazer é apoiar tal candidato, tal ato será ouvido e acatado não como uma ordem, mas por ser alguém que inspira credibilidade.

Há outro ponto que deve ser destacado com relação à particularidade do objeto de análise. Uma das minhas indagações iniciais era se o político trataria de modo diferente os indígenas, ou seja, se a busca por votos necessitaria uma estratégia diferente da usada com não-índios. Se o voto funciona menos como uma escolha individual do que como uma adesão, e se esta adesão compromete o indivíduo ou a família por um tempo que frequentemente vai além do *tempo da política*, nos casos analisados por Moacir Palmeira (1996), aqui esta ideia

⁶⁷ Wagley e Galvão falam sobre a existência, no passado de uma casa cerimonial com este nome, onde se celebrava a festa do Mel. Eles não a viram, pois na época de sua pesquisa os Tenetehara já não realizavam mais essa festa, porém lhe foi descrita por seus informantes. Durante meu período de campo, observei uma construção existente não em todas as aldeias, mas presente nas maiores, situada no centro, entre as ruas. Trata-se de um local sem paredes, feito somente de telhado de palha e pilares de madeira, com uma mesa no centro. Um cacique me descreveu o local como o lugar onde se corta caça e onde também conversam sobre qualquer coisa que diga respeito a todos os moradores da aldeia.

vai além, pois compromete a aldeia. Dessa forma, o político tem de ter a seu lado o cacique, pois isso sugere que ele poderá contar com todos os votos da respectiva aldeia. Dentre todas as aldeias das reservas da região, somente duas não tinham sua totalidade definida como 12 ou 13. E, creio que não por coincidência, eram duas aldeias vistas como ‘problemáticas’, pois já mudaram várias vezes de lado, entre Mendes e Rocha, e não inspiram confiança na visão de outros caciques. Mesmo porque, não é comum ao Tenetehara manter uma aldeia com conflitos internos, sem respeito às ideias do cacique. Quando um pequeno grupo dentro de uma aldeia não está satisfeita com algo, ele se muda, formando outra aldeia.

4.5 Churrascos, comícios, passeatas, poeirões e apagões

Dia dez de setembro. A menos de um mês das eleições o trabalho dos políticos é intenso para manter fiéis aqueles que garantiram seu voto. Para esse objetivo, uma série de eventos são proporcionados para satisfazer os eleitores. Hoje é dia de *churrasco* na aldeia Sardinha. Esta se localiza no município de Barra do Corda e a maioria de seus indígenas vota neste município. Um local dono de uma das mais bonitas paisagens da região, uma cachoeira no Rio Corda. Lá vivem 32 famílias e para este dia foi planejada uma festa de moqueada. Esta é a festa tradicional do povo Guajajara que se mantém até hoje. Também conhecida como festa da menina moça, esta cerimônia da puberdade foi relatada por Wagley e Galvão (1961), da seguinte forma:

[...] para as moças ainda se prescreve um período de isolamento, em seguida à primeira menstruação. Ao invés da ‘tocaia’ dos antigos dias,

improvisa-se uma tapagem de palha, dentro da própria habitação, onde as jovens adolescentes ficam recolhidas em suas redes, escondidas das vistas da família e dos estranhos, e obedecendo ao mesmo comportamento que outrora. As mesmas restrições são impostas à sua dieta. Só podem beber água aquecida, devem olhar sempre para frente e não abandonar o isolamento, mesmo para satisfazer necessidades fisiológicas. Como antigamente, o período de reclusão se prolonga de dez dias a pouco mais. Ao fim desse período, tripas de cotia são estendidas na porta da moradia e os rapazes vem chamar a moça para persegui-la até o igarapé. Antes de ter início a reclusão, a jovem tem o corpo pintado de preto com jenipapo e a cerimônia somente tem lugar após a pintura desaparecer.

A festa se mantém para todas as meninas que chegam à puberdade, porém, não ocorre mais de forma individual. A festa de moqueada é marcada em dado momento do ano, quando várias meninas já se tornaram *moças*⁶⁸. Cerca de uma semana antes da festa Fátima recebeu uma carta do cacique desta aldeia, dizendo sobre a festa e afirmando que este seria um bom momento para a realização do churrasco a ser feito ali, conforme prometido por ela anteriormente. Nem todas as aldeias tiveram seu churrasco, como prometido por Fátima no início da campanha, pois eram muitas e a combinação de agendas, dela e do candidato a prefeito, não permitiria tantos eventos. Por conseguinte, elegeu-se as aldeias maiores e assim, no dia do churrasco, convidava-se os indígenas de aldeias menores vizinhas à escolhida. Como veremos adiante, nem sempre isso foi aceito facilmente. Aqui, relato o churrasco ocorrido na aldeia Sardinha, junto com uma festa tradicional Tenetehara. Nesse caso, a ocasião contém elementos presentes em todos os outros churrascos, acrescido de peculiaridades da festa da menina moça. Entre os eventos de campanha entre os indígenas, o churrasco é o primeiro, o mais planejado e, conseqüentemente, o que mais agrada os eleitores.

A carta enviada a Fátima pelo cacique da aldeia Sardinha listava o que era preciso para a realização da festa. Os itens listados eram desde canetas coloridas grandes e

⁶⁸ O termo se refere ao primeiro ciclo menstrual da mulher.

fitas até três bois inteiros e alguns sacos de farinha. Como visto na citação acima, o corpo da menina era pintado de jenipapo, fruta que libera uma tinta preta, e, muitas vezes, pela semente de urucum, de que se extrai uma tintura vermelha. Hoje em dia essas duas tintas ainda são muito usadas, mas as índias muitas vezes preferem enfeitar as meninas com mais cores e para isso utilizam canetas esferográficas azuis e verdes e batons cor de rosa. Com os bois pedidos, pretendia-se promover a carne moqueada tradicional da festa e os dois eventos ocorreriam no mesmo momento, a festa da menina moça e o churrasco do 13. Na verdade, cada aldeia receberia um boi, mas como na festa da menina moça, muitas indígenas de outras aldeias comparecerem eram precisos mais dois para serem repartidos no momento da festa.

Apesar de a maioria dos indígenas desta aldeia não votar em Jenipapo dos Vieiras, e sim em Barra do Corda, devido à localização da aldeia, no momento da festa vem ‘índio de todo lado’, como afirmou um dos rapazes que trabalhava na FUNASA de Tadeu. E essa afirmação vale para índios de Jonas também, consequentemente, índios do 12. Claro que não tantos, nem vestidos de verde, como ocorreria em um churrasco do 12, mas é difícil para os políticos ter certeza de que só há gente ‘do lado deles’ ali. Até mesmo porque as festas de moqueadas sempre são apreciadas por todos, não tem divisão neste momento. Mas quando a situação engloba dois eventos, como o caso deste dia na Sardinha, sempre tem algum indígena que comenta ‘olha lá, veio na festa e tá levando um pedaço do boi do 13’. Ir à festa é comum, todos podem aparecer, mas pegar e levar a carne que está sendo distribuída pelos opositores, é uma ato que marca negativamente o sujeito.

Antônio José Rocha é o cacique da Aldeia Sardinha. Um cacique muito respeitado, por ser tio de Jonas e ter rompido com ele no momento da divisão da FUNAI. Manteve-se sempre do lado de Tadeu, por achar que este agia de forma mais coerente com os indígenas. A carta dele foi prontamente atendida por Fátima, que não deixou que nada faltasse na ocasião. Chegamos à aldeia por volta das dez da manhã. Já havia bastante gente no local,

indígenas que vieram das aldeias Nova e Baixão do Peixe no dia anterior trazendo suas redes para lá pernoitarem. Outros, não indígenas, já chegavam ao local, para também prestigiar a festa. Dentre eles, pessoas que trabalhavam diretamente com Igor, com Fátima e algumas enfermeiras, professoras que trabalham na TI, junto com algum colega ou familiar. Ao descer do carro, fomos logo, Fátima, o motorista dela e eu, para a palhoça central da aldeia, onde os homens costumam conversar à noite. Lá estavam o cacique e alguns velhos da aldeia. A conversa girava em torno da felicidade de fazer um churrasco do 13 em um dia de festa de menina moça. Logo chega Tadeu com alguns dos rapazes que trabalham na FUNASA. Depois, mais três carros, o de Igor e seus assessores, o de sua esposa Wilma e mais assessores (Igor e a esposa sempre andavam em carros separados) e o de Fábio, coordenador da campanha Igor. Fátima me avisa que vamos conhecer a cachoeira e chama alguns indígenas novos para nos acompanhar. A esposa de Igor faz questão de ir conosco ‘apreciar as belezas naturais da aldeia’. Deixamos os homens conversando sobre política, ou seja, as lideranças indígenas, os políticos e assessores, e fomos para a cachoeira somente as mulheres, Fátima, Wilma, Neusa, alguns indígenas para guiar o caminho, que é um pouco perigoso, e muitas crianças. Não durou muito tempo, mas o suficiente para saírem todas deslumbradas com a paisagem. Na volta do passeio Fátima chama uma índia para pintá-la com tinta de jenipapo, como fazem as índias. Tanto a esposa de Igor como Fátima são pintadas, de forma até exagerada, mais do que as próprias índias usam. Elas afirmam que não têm vergonha de *trazer na pele* seu apoio e amor aos ‘Guajajara’.

Na entrada da aldeia já podia se ver uma correria de crianças mulheres em torno de uma caminhão que chegava. Eram os homens *do 13*, trazendo os bois. Três grandes, que foram abatidos pouco tempo antes. Mal estacionam o caminhão e as crianças já sobem na boleia festejando os bois. Os homens os colocam no chão, com ajuda de alguns indígenas, que logo levam um para dentro de uma das casas. É preciso separá-los, pois havia muitos

indígenas ali e os da aldeia Sardinha mesmo estão ocupados com os preparativos da festa. Decidiu-se então que um dos bois seria dado ali mesmo, um seria repartido mais tarde entre as 32 famílias daquela aldeia e o outro seria assado na festa. Logo os adolescentes da cidade pedem que os motoristas dos políticos abram os porta-malas dos carros e liguem o som. As músicas tocadas são as paródias usadas na campanha, ao ritmo de forró elétrico.

Para as *festas de moqueada*, sempre comparecem integrantes de variadas aldeias, independente da divisão Rocha, Mendes e Yara. A festa tem uma característica de integração entre Tenetehara, por isso todos são bem-vindos. Nem por isso, as divisões são apagadas durante a festa. O cacique da aldeia Nova, vestido com a camisa do 13, organiza a repartição de um dos bois. Havia indígenas da aldeia Baixão do Peixe, de localização próxima, que *é da Yara*. Quando estes quiseram receber pedaços do boi, foram impedidos por outros aos dizeres: “Esse boi é do 13!”. Tudo acontece de forma confusa e rápida. O boi vai sendo cortado e as partes dadas às mulheres e crianças da roda, que enrolam em camisetas velhas, alguns na própria roupa ou enfiados em gravetos. Em cerca de quinze minutos, os dois bois que chegaram somem, restando somente o couro no chão. A roda se dispersa e todos voltam às festividades.

Neusa me diz para ir até uma das casas, onde as meninas que alcançaram a puberdade, motivo primeiro da festa, estão sendo arrumadas. Trata-se de um local pequeno e escuro, onde dez meninas estão sentadas no chão, imóveis, enquanto as mulheres mais velhas da aldeia as enfeitam. Nenhuma delas falava português, mas pude perceber que havia uma grande discussão em torno das pinturas que deveriam ser feitas e dos adereços que deveriam ser colocados. As meninas não falam nada e não esboçam reações enquanto são enfeitadas, permanecem como bonecas. A entrada de homens neste local é proibida e o entra e sai de mulheres e crianças é constante, causando grande expectativa para quem está do lado de fora. Quando prontas, os homens são avisados de que elas sairão da casa e que as músicas devem

começar a ser tocadas. Neste momento desligam o som dos carros dos políticos. Agora, a música que se ouve é típica dos Tenetehara, tocada com maracás pelos jovens e cantada pelos mais velhos. Há um espaço grande, no centro da aldeia, onde todos se sentam em volta, em um semi-círculo. As meninas saem em fila da casa, de cabeça baixa e são guiadas pelas outras mulheres. Vão á frente de todos e começa o ‘bate-pé’, a dança tradicional destes indígenas.

Figura 1 - Menina moça

Figura 2 - Boi do 13

Findada a apresentação delas, agora como mulheres e não mais meninas, acende-se a fogueira para assar o boi que restou. Já cortado em pedaços grandes, pendurados na estrutura do telhado do local de conversas, o candidato a prefeito, Igor, é chamado para cortar um pedaço e colocar para assar. Em uma grande bacia é colocada quantidade considerável de farinha, para que todos possam comer juntos. Os pedaços de carne assada são dados aos políticos e assessores primeiramente, depois aos indígenas que rodeiam a fogueira. A farinha todos comem com a mão. Na traseira do carro de Fábio, o coordenador da campanha de Igor, há um galão de refrigerantes, que é servido em copos de plástico por ele mesmo. Nada de álcool nesta festa. Antes de acabar a comemoração, muitos indígenas cumprimentam Igor, transparecendo a felicidade em recebê-lo numa ocasião tão importante. Fátima comenta que cada boi custa no mínimo 500 reais e Igor *gastaria*, só na área indígena, cerca de 100 bois.

Outros celebrações ocorridas muitas vezes durante a campanha do 13, foram o *poeirão e o apagão*. Estes eventos têm uma diferença fundamental com relação ao churrasco, pois este último é organizado antecipadamente, com a ciência de todos os envolvidos, políticos, indígenas, lideranças e até pessoas dos povoados próximos. Aqueles têm a peculiaridade de ocorrer de forma a surpreender os moradores de determinada aldeia. Porém, a finalidade de cada um é bem diferente, conforme veremos nos casos a seguir.

Depois de um dia repleto de atividades como esse na aldeia Sardinha, a noite seria de descanso. Alguns integrantes da equipe de Fátima conversavam na varanda da casa de dona Susana. O pajé da aldeia cantava em sua casa, que fica próxima à da sogra de Fátima.

Chamaram-me para ouvi-lo e a noite permanecia bastante agradável. De repente, chega ao local um dos carros da equipe, de onde desce um dos motoristas de Fátima e informa sobre o que se passou na aldeia durante aquele dia. A equipe de Fabiano havia estado lá à tarde e conversou com a filha do cacique, a qual se propôs a ficar do lado do 12, perante promessas que não podemos saber quais eram. Fátima rapidamente se levanta e convoca todos de sua equipe para fazer um apagão nesta aldeia. Perguntei a ela do que se tratava e tive como resposta somente uma afirmativa: “você vai ver!”. Rapidamente chegaram a Santa Maria os carros de som de Fátima, juntamente com outro carro com um boi na carroceria. A aldeia em questão é bem próxima à que estávamos, na estrada para Jenipapo dos Vieiras. Já era de noite e chegamos lá, “em peso”, como disse um dos motoristas, se referindo à quantidade de carros e pessoas do 13. Fomos recebidos com um misto de surpresa e constrangimento, que a filha do cacique e sua família tentavam disfarçar. Fátima, muito sorridente, disse que vieram fazer uma ‘agrado’, trazendo-lhes uma festa improvisada. Logo os indígenas acercaram o carro onde havia o boi, que já desciam da carroceria para ser cortado. Colocaram-no na mesa da *tapuizuhú*, e o cacique seguiu para orientar a divisão. Sempre que um boi é cortado nestas festas, alguns pedaços são assados imediatamente e outras partes são cedidas aos moradores da aldeia. O cacique comanda a divisão, com base no número de membros de cada família nuclear que corresponde a cada casa da aldeia.

Percebo que esta aldeia, que até o dia anterior era declaradamente ‘do 13’, já estava com todas as casas pintadas com o verde número 12 na parede de entrada. Chega logo o carro de Fábio, coordenador da campanha de Igor, em seu carro particular. Rapidamente ele manda os rapazes dos outros carros ligarem o som, enquanto, também muito sorridente, fala alto que está pronto para uma festa. Fátima, neste momento, já adentra a casa do cacique, em busca da filha dele, que fugidia, não fica do lado de fora, onde a festa se inicia. “É ela quem pia aqui, é com ela que a Fátima tem que acertar as contas”, disse Neusa a mim.

Fátima, fingindo não estar chateada, não indaga o porquê do apoio repentino ao 12, e sim, sugere que possa pintar novamente as casas, naquele momento, com as cores do 13. A filha do cacique é professora de algumas escolas indígenas. Ela influi diretamente nas decisões do pai, apesar de ser a ele que cabe a palavra final. Naquele momento, seu comportamento demonstrou não estar preparada para a abordagem da candidata, tão súbita. Sem saber ao certo o que dizer, ela se manteve durante bastante tempo calada, enquanto outras pessoas da equipe de Fátima entraram na casa, para ajudar na conversa. Depois de algum tempo, ela tenta explicar o que ocorreu. Disse que só recebe metade do salário devido de professora, pois Fabiano alega que a prefeitura não pode dar mais. Quando expressou o apoio ao 13, foi ameaçada a não receber mais nada do salário. Assim, pediu a Igor que desse a ela o valor do seu salário inteiro até o fim do ano para apoiá-lo. Ele disse que faria, mas ela permaneceu insegura e decidiu manter o apoio ao atual prefeito⁶⁹.

A candidata replica que o apoio ao 13 é a melhor solução para o problema, que ela fará de tudo para ajudar a aldeia se for eleita, como sempre fez. Relembra que a FUNAI e FUNASA de Tadeu sempre estiveram ao lado daquela aldeia e o quanto ela tem se esforçado para conseguir o auxílio maternidade de muitas mães, incluindo a própria filha do cacique. Sem tentar se justificar pela mudança, ela cedeu ao retornou para o 13. Manda chamar o pai à casa e comunica a decisão, prontamente acordada por ele, com aceno positivo de cabeça, sem demonstrar satisfação. Rapazes do 13, já empunhados de pincéis e tintas, iniciam a pintura ao som de comemoração de Fátima, ao abraçar a moça e dizer que está muito satisfeita por tê-la ao seu lado.

Fátima, mesmo com a autorização do cacique, segue falando com cada chefe de família, antes de pintar a casa, mas já com o argumento de que o cacique está do seu lado e

⁶⁹ Em todos os comícios os candidatos a vereadores do 13 sempre direcionavam parte de suas falas aos funcionários da prefeitura, para que não se sentissem coagidos em apoiar a oposição. Que Igor os protegeria.

com os rapazes da pintura ao seu redor. A maioria cede facilmente, com exceção de três casas. A primeira, de um senhor, dos mais velhos da aldeia, com problemas de locomoção em uma das pernas, que se encontra sentado numa fogueira atrás de sua casa. Ele não tem nenhum número pintado em sua casa e diz “quer pintar seu número na minha casinha? Quer meu voto? Então me ajude de verdade”. Fátima se prontifica a lhe ceder uma cadeira de rodas, mas recebe uma negativa do homem: “isso não me ajuda. Eu preciso de uma bicicleta. É o único jeito de andar por aqui”. Afirmo que, por ter uma perna saudável, pode se locomover facilmente com uma bicicleta, o que não aconteceria com uma cadeira de rodas, que é mais difícil de manejar, por já não ter tanta força nos braços. Também questiona o fato de não ter seus documentos consigo, desde que deu entrada no pedido de aposentadoria. Fátima disse que mandaria a bicicleta no dia seguinte, e que mandaria investigar o que ocorreu com os documentos dele. Depois da negociação, o senhor permitiu a pintura de sua casa com o número 13 em vermelho, acompanhado do número de Fátima. Depois disso, restou somente duas casas, no final da aldeia, que não tirariam o 12 da fachada. Andamos até as proximidades delas e Fátima me disse: “Aqui nem adianta tentar”. As pessoas não saíram para a festa e nem sequer abriram as portas para ver o que acontecia do lado de fora. Fátima comentou que esta atitude evidenciava que eram pessoas já ligadas ao Francisco, de alguma forma, e que seria perda de tempo tentar convencê-los. Esse fato mostrou que, apesar de a lógica aparente ser baseada na homogeneidade de aldeias inteiras no apoio a um ou outro candidato, na prática, nem sempre funcionava assim. De todo modo, esta aldeia era identificada como *do 13*, antes daquela tarde, quando receberam a visita da equipe de Fabiano, e depois do dito *apagão* realizado naquela noite. Não durou muito o episódio, mas o suficiente para que toda a equipe do 13 saísse de lá comemorando o *apagão*, sem pensar que houve traição e sem lamentar que, no espaço de uma tarde, havia apoiado o 12. Esse tipo de evento não era muito comum, pois configurava uma estratégia de manutenção de apoio de certa aldeia, e não de sua conquista.

Em nenhum momento houve uma intervenção deste tipo com a finalidade de trazer uma aldeia do 12 para o 13, mas somente para consolidar e recuperar o apoio de uma aldeia que pensou em não apoiá-los mais.

No dia seguinte, porém, quando chegávamos à reserva, recebemos a notícia de esta aldeia já estava verde novamente. Fátima, absurdamente desapontada, resolve seguir para lá, não mais com sorrisos, nem com posição amistosa, e sim disposta a acusá-los pela traição. Perceba o leitor que a abordagem muda completamente, por se tratar de uma segunda vez. Ou seja, uma tentativa de mudança de lado por uma vez aparece como algo compreensível. A responsabilidade da mudança pode ser ali imputada ao candidato ou sua equipe, que terá deixado a aldeia, de certa forma, vulnerável. Contudo, a partir do momento em que o candidato percebe sua desatenção e vai até lá, disposto a mostrar que precisa daquele apoio e o obtém de volta, uma segunda demonstração de possível mudança de lado configura uma traição. Fátima, então, revolta-se e seu impulso é de aparecer no local, sem o propósito de mostrar-lhes que está ali, fiel a eles, mas sim de acusá-los da traição.

E nesse propósito encontrou apoio. No caminho para a aldeia Vila Nova, às margens da estrada indígenas de outras aldeias, próximas a esta, munidos de paus e pedras e camisas do 13, dispostos a ajudar Fátima no que fosse preciso. De imediato, eles subiram na carroceria do carro dela e dos demais que a acompanhavam, prontos para um conflito armado. A velocidade com que as novidades correm por ali é surpreendente, assim como a indignação com uma traição como estas, por parte dos integrantes de outras aldeias que a apoiavam. Igor foi convocado por Fátima a aparecer no local também, o que não tardou a acontecer. Quando chegamos ao local, por volta das onze da manhã, estavam lá integrantes da equipe de Fabiano, acompanhados de Francisco Guajajara. Estavam, juntamente com a cacique e alguns homens da aldeia, sentados embaixo de uma árvore, bebendo e conversando. Não havia mais nenhuma casa pintada com o número 13, nem o de Fátima. Todos ostentavam o 12 de Fabiano e o

43690, de Francisco. Cláudio, o motorista principal de Fátima, desceu do carro e foi em direção à roda de homens, cumprimentando todos cordialmente. Já a candidata rumou em direção à casa do cacique, para falar diretamente com a filha dele, com quem havia firmado apoio na noite anterior. Esta, já percebendo a situação conflitante que se instaurava na aldeia, com integrantes das equipes do 12 e do 13 no local, tratou de se posicionar, iniciando a conversa com Fátima e já lhe dizendo, de antemão, que estava convicta do apoio ao Fabiano e ao Francisco. Fátima, indignada, parte para ameaças, dizendo que não faria mais nada por aquela aldeia, que se precisasse de algo, fossem pedir ao Jonas.

Todos os dias eu carregava comigo a máquina fotográfica, que nem sempre era utilizada, dependendo da tensão do momento. Naquela ocasião, na aldeia Vila Nova, em meio a uma situação ímpar, com dois candidatos e seus assessores na mesma aldeia, sob um clima tão tenso que mal se podia prever o que aconteceria, todos com os nervos à flor da pele, prontos para um possível confronto físico, não seria um bom momento para utilizá-la. Depois que Fátima e Cláudio desceram do carro, eu, que estava no banco de trás, demonstrei intenção de descer também, mas logo fui impedida por Roberto, que estava ao meu lado e disse “Nem pense em descer!”. Não me contive e abri a porta do carro, mas permanecendo próxima a ele, de forma a observar a situação e não levar mais nenhuma bronca. Minha máquina fotográfica estava em meu bolso e todos sabiam que eu andava sempre com ela, mas não estava disposta a tirá-la dali naquele momento. Imprevisivelmente, Igor, o candidato a prefeito, encosta ao meu lado dizendo que seria bom tirar uma foto de Francisco sentado com os índios dali, dando cachaça a eles, pois com isso poderiam denunciá-lo. Surpresa, pelo comentário, eu pedi desculpa e me recusei a fotografar, alegando que a situação já estava tensa o bastante. Em seguida, um dos seguranças de Fátima, Ananias, ouvindo a conversa, diz em voz alta que não tem medo de nada e toma minha câmera, anda em direção a roda e se coloca em posição para fotografá-la, sem a menor cerimônia. Francisco levanta então enfurecido: era o estopim para a

confusão anunciada acendia-se. Os outros presentes procuram acalmá-lo, porém, fazendo-o notar que os *do 12* eram muito menos numerosos. Nesse momento, Fátima sai de dentro da casa do cacique e logo entra em seu carro, dizendo que não adiantava mais nada ficar ali. Igor faz o mesmo e todos *do 13* se retiram do local, aos berros de “Vai embora que aqui é 12!”, comandados pela filha do cacique. O episódio ficou marcado como uma grande humilhação para Fátima, que durante dias não conseguiu deixar de pensar em algum modo de reverter a situação. Ideia esta que aos poucos foi se esvaindo, sendo retomada somente nos últimos dias da eleição. A foto tirada, para meu sossego, não foi lembrada para nenhum tipo de denúncia.

No dia 18 de setembro, no caminho para Santa Maria, como de costume, Fátima e Neusa comentavam sobre o dia anterior. Quitério Cabral Viana Guajajara, o indígena candidato a vereador, que apóia o 12, era o assunto da vez. Ele não tinha um expressivo apoio da população indígena, dividida, a priori, entre a Fátima, candidata de Tadeu, e Francisco, candidato de Jonas. A candidatura dele foi compreendida pelas líderes indígenas como uma atitude individualista, por ele não buscar apoio e nem comunicar a eles que se candidataria. Ele não expressou seu desejo de ser vereador aos líderes locais, o que fez com que sua candidatura apresentasse características de surpresa e, ao mesmo tempo, não ganhasse credibilidade. Quitério se filiou ao PT, mas justamente por sua candidatura não ter partido do consenso de algum coletivo Tehetehara, não obteve apoio depois de definido como candidato, inclusive porque Igor, o candidato do PT, já havia *fechado* com Fátima, comprometendo seu apoio a ela. Quitério então, de forma ‘meio suicida’, como me disse Tadeu, resolveu se *juntar* a Fabiano na campanha. A situação foi generalizadamente mal vista, porque Quitério subia no

palanque de Fabiano para pedir para as pessoas votarem no 12 e não no 13, de sua própria legenda. Em resultado, ele não era levado muito a sério, o que se confirmou na quantidade ínfima de votos obtidos por ele, findas as eleições. Em sua maioria, seus votos foram de moradores de sua aldeia, na qual ele mantinha influência. Porém, apesar de não configurar um grande concorrente, ele estava ali na cena política, o que incomodava Fátima. “Vou mostrar a ele como se estraga um comício”, disse ela na noite anterior, referindo-se a uma festa dada por ele em sua aldeia, da qual várias aldeias foram convidadas a participar. Apesar de Fátima estar convicta de que poucos o apoiariam, ela não gostou da ideia de que seus eleitores o ouviriam naquela noite. Assim, ela mandou uma pessoa de sua equipe buscar um boi que sobrou de um churrasco no povoado do Arranca e o assou na aldeia Santa Maria no mesmo momento da festa de Quitério. Observe-se que Fátima usou a palavra comício ao se referir ao evento de Quitério, porque este discursaria sobre um pequeno palanque. Mas a ocasião não configura os comícios aonde vão os candidatos a prefeito, vereadores e lideranças locais de uma mesma coligação, que serão descritos adiante. Ao assar o boi na Santa Maria, Fátima começou um *poeirão* no local, ao ligar o som dos carros e improvisar uma festa. *Poeirão* é uma festa inesperada e sem a organização premeditada, durante a qual se dança, come e bebe. Sua duração é menor do que das outras festas, ocorre em qualquer lugar e, como a maioria dos locais da região não é asfaltado, “a poeira sobe”. Sem discursos ou promessas, esse *poeirão* teve como objetivo esvaziar a outra festa, e forneceu o pretexto para pedir a algumas pessoas que fossem avisar outras aldeias sobre esse boi que seria assado na Santa Maria. Além desse caráter imediato de *estragar* a festa alheia, o acontecimento funciona como medidor de força política de determinados candidatos: “Quitério tentou fazer isso em uma festa minha e não conseguiu!”, disse Fátima no dia seguinte, ao comemorar o sucesso de seu *poeirão*. Dessa forma, Fátima conseguiu fortalecer a sua imagem como candidata forte ao

fazer surgir comentários de comparação, entre os eleitores, sobre os candidatos no dia seguinte. O fato é comemorado como uma vitória.

Além dos *churrascos*, *poeirões* e *apagões*, peculiares à campanha na reserva indígena, as *carreatas* também ocorreram com certa frequência, o que configura outro evento de campanha, em que todos os que apóiam determinada coligação desfilam dentro de seus carros particulares, ou em cima dos utilitários que estão a serviço do candidato. Ocorriam mais frequentemente no município de Barra do Corda, devido à maior presença de carros no local. A primeira grande carreata foi do candidato Ribamar. Ele é dono de um posto de gasolina na cidade e forneceu gasolina gratuita para todos os que participassem da carreata. Horas antes do evento se iniciar, o posto estava repleto de motos prontas para terem o tanque cheio. Yara, candidata a vereadora pela coligação de Ribamar, aproveitou o momento para juntar todos os índios de ‘suas’ aldeias nas carrocerias dos utilitários, para desfilar pela cidade. Uma diferença percebida entre os eventos de campanha ocorridos nesses dois municípios está no modo como o partido do candidato é utilizado. No caso de Ribamar, em nenhum momento dos discursos se falava sobre a sigla do partido. A ênfase sempre era sobre o número 14. Em Jenipapo, apesar da referência aos números 12 e 13 ser constante, nos eventos de Igor, o *candidato do partido do presidente*, o apelo ao PT era lembrado em todas as falas dos palanques e em toda propaganda impressa (camisetas, faixas, adesivos). Mesmo a camiseta de Fátima, candidata do PX, não fazia nenhuma referência ao seu partido: levava nas costas uma estrela do PT.

Em Jenipapo, a carreata foi substituída por outra manifestação, por ideia de Fátima, que pretendeu mostrar de forma mais expressiva o apoio dos indígenas a Igor. Ela

organizou uma imensa *passeata*, em meados de setembro. A ideia era fazer levar à cidade o maior número de indígenas que sem conseguisse reunir, como forma de mostrar também ao Igor a importância de seu apoio a ele, através dos muitos votos que conseguiria para o 13. “Vamos vermelhar todo o centro de Jenipapo!”, disse ela um dia antes da passeata. Porém, além de desejar que todos utilizassem a camiseta do PT, quis algo mais, com o propósito de diferenciar os indígenas da população local que apoiasse o 13 e, por essa razão, também fizesse parte da passeata. Ela pediu que todos os indígenas se caracterizassem com pinturas, cocar e todo o tipo de adereço que tivessem, para identificá-los como índios. “Imagina só aquele monte de índio com flecha e cara pintada andando pela cidade!”, disse-me ela referindo-se ao fato de que muitos moradores da cidade têm medo dos indígenas. Além de mostrar a Igor e Fabiano a força de sua participação na política local, Fátima gostava da ideia de ‘botar medo’, no povo dali. Questionei se isso não a faria perder votos entre os habitantes da cidade e ela disse que não se incomodava com isso, primeiro porque as pessoas que a apóiam ali não são muitas, mas são de confiança e sabem do seu trabalho com os indígenas; segundo, porque não precisa de votos além da TI para se eleger. Por volta das nove da manhã, toda a equipe de Fátima reunida na aldeia Santa Maria, como de costume, organizava-se para dividir os carros para buscar os indígenas, já devidamente arrumados em suas respectivas aldeias. Enquanto isso, estes se divertiam ao exibir seus adereços, que, em muitos casos, nunca passaram de enfeites. Como é o caso de Pedrinho, jovem indígena, morador da aldeia Santa Maria, como podemos ver na foto abaixo.

Foto 6 - Jovem Tenetehara

Fátima, desde o dia anterior, recebia pinturas com tinta de Jenipapo em seu corpo e, pelo que pude perceber, muito mais do que as próprias índias costumar usar. O hábito da pintura com essa tinta é cotidiano, como me contaram algumas mulheres Tenetehara, mas só se aplica em algumas partes do corpo, como braços e pernas. Em ocasiões comemorativas, pintam também o rosto, o que acontecia com muita frequência quando iam aos comícios. Mas não mencionaram a pintura no colo, nem nas costas, e não vi nenhuma mulher com pinturas nesses locais, mesmo na festa da moqueado, momento onde mais se enfeitam. Fátima pediu que fosse pintada também nestas partes do corpo e ainda solicitou às índias que me pintassem

também, assim como a todos de sua equipe. Na foto abaixo, podemos ver que Fátima *vermelhou* a rua central de Jenipapo dos Vieiras, como desejava. Foi só o começo de um dia *tomado pelo 13* na cidade.

Foto 7 - Passeata em Jenipapo dos Vieiras

Com a passeata, Fátima alcançou seu objetivo naquele momento de campanha, que era mostrar o seu diferencial em relação aos outros candidatos a vereador. Por poder mobilizar tantos eleitores, merecia atenção especial de seu candidato a prefeito. Além dessa passeata, em todos os *comícios* de Igor, realizados em povoados da cidade, Fátima mobilizava

muitos carros para levar indígenas para compor a plateia. Essa tarefa exigia muita organização, dispêndio de tempo e gasolina para buscá-los, já que os povoados são distantes da cidade, assim como das aldeias não localizadas à margem da BR. Muitas vezes testemunhei carros quebrados nas estradas de péssimas condições que dão acesso aos povoados. Os indígenas, que eram transportados na boleia de caminhões e carrocerias de utilitários, levavam horas para se deslocar de sua aldeia ao comício. Além do monitoramento dos carros, que consistia em saber sua localização, através de membros da equipe que percorriam em motos, inúmeras vezes, o trajeto entre determinada aldeia e o povoado do comício, para garantir que todos seriam transportados, era ainda preciso distribuir comida aos indígenas quando eles lá chegassem. A distribuição se dava através de *bandecos*, isto é, marmitas de arroz, feijão e carne ou frango, fornecidas pelo candidato a prefeito do 13. Também havia galões de suco e garrafas de refrigerantes a serem distribuídos entre eles.

Se o comício estava marcado para às oito da noite, a movimentação para reunir os indígenas se iniciava logo de manhã. O convite era feito por alguém da equipe de Fátima, que convocava o cacique a participar com os integrantes de sua aldeia, em uma espécie de rodízio das aldeias que apoiavam a candidata à vereadora. No final da campanha, todas as *suas* aldeias deveriam ter comparecido a pelo menos alguns dos comícios, como forma de expressar seu apoio.⁷⁰ Em geral, um número expressivo de indígenas compunha a plateia dos comícios, que não seria bem preenchida sem eles. As *paquitas*, como Fátima chamava alguns dos jovens indígenas homossexuais que compunham sua equipe, eram as primeiras a serem convocadas, pois *agitavam* a plateia, ao se localizarem na frente do palanque dançando e cantando as músicas do candidato de forma bastante empolgada. A foto a seguir foi tirada em

⁷⁰ Muitos desses carros eram alugados pelos órgãos indigenistas para o transporte dos indígenas às cidades e hospitais. Porém, ficaram *a serviço da política* no período de campanha eleitoral. Isso ocorre não só na área indígena, mas em várias esferas municipais, como carros da prefeitura destinados a transportar estudantes dos povoados distantes da cidade.

uma tarde de comício, em um povoado chamado Arranca, onde elas chegaram logo cedo, para acompanhar a *feita* do início ao fim.

Foto 8 - Paquitas

Muitos desses povoados não têm restaurantes, nem lanchonetes. Assim, para nos alimentar ou mesmo tomar um copo d'água, dependíamos de moradores, que abriam a porta de suas casas para receber a candidata e seus assessores com a maior satisfação, nos servindo o que houvesse de melhor na casa. Isso ocorria, em geral, antes do início do comício, no começo da noite. Bastava Fátima me chamar para dar uma volta que, ao vê-la andar por ali, sempre alguma senhora oferecia a refeição. Esses momentos mostravam que o comício não

consiste em um evento com base somente nos discursos feitos no palanque. O seu planejamento nos dias anteriores, toda a movimentação de transporte de pessoas no dia, as caminhadas pelo local para se certificar de onde vem o apoio *sincero*, que é constatado por quem oferece comida aos candidatos, o modo como lidam com imprevistos, como quando a luz das ruas é cortada, (ao que me disseram, pelo outro candidato, como forma de boicote, já que ele é o atual prefeito) fazem parte do comício.

Em comício no povoado chamado Sabonete, que muitos brincam com o nome, pois “é longe demais, tem poeira demais e de cheiroso não tem nada”, contei pelo menos 15 carros utilitários *carregados* de índios na caçamba. Logo quando chegamos, dois homens pintavam a fachada de uma casa com o número 13 por cima do 12, antes existente. Esse fato foi filmado e passado no telão durante boa parte do comício. Depois vieram me dizer que o irmão de Igor havia dado quinhentos reais para o dono da casa deixar que ela fosse pintada. Antes de começar o comício, Fátima parou em um bar para comprar um refrigerante. Eu aguardava do lado de fora, junto com Neusa e Roberto, quando chegou uma índia, mulher do cacique da aldeia Macaúba, e disse a Neusa:

“A Zenina, [uma prima de Tadeu] me chamou de *vai e vem*, porque eu tava com Fabiano e agora tô com Igor. Que eu saí do Jonas e fui pro Tadeu. Eu não aceito isso! De me xingar! Dá vontade de tirar o 13 da minha aldeia! Eu sempre tive com Tadeu, só fui com Jonas, porque tavam dizendo que Tadeu não ia ajudar a gente.”

Já escorriam lágrimas do rosto dela, quando Fátima voltou. Antes de dizer qualquer coisa ela abraçou a índia e chamou-a para conversar em um canto. Ao voltar, a candidata disse: “Já resolvi. O problema é que eles ficam carentes, tem que dar atenção, escutar, daí tudo se resolve. Eles não vem em mim só pedir coisas, eles querem conversar”.

Um comício termina sempre bastante tarde, pois, mesmo depois das falas de todos os presentes no palanque, era preciso se certificar de que o transporte de todos os indígenas de

volta às suas aldeias estava garantido. Na maioria das vezes saíamos do povoado depois da meia noite, quando tudo estivesse organizado. Mas nem sempre se encerravam assim nossas atividades. Certa madrugada, por exemplo, quando deixávamos um povoado chamado Lagoa do Coco, nos deparamos com um caminhão, com muitos indígenas, parado na estrada. O carro havia quebrado, de forma que não poderia ser consertado ali na estrada, ainda no percurso de ida ao comício e ninguém havia buscado os eleitores até aquele momento porque, depois de iniciado o comício, é praticamente impossível tirar os carros estacionados próximos ao palanque. Somente depois que toda a plateia se dispersou, e pudemos sair em nosso carro, avistamos os indígenas parados na estrada, em torno de uma fogueira feita por eles ali, que havia muito estavam na estrada esperando socorro. Fátima pediu de imediato que o motorista pare o carro. Ela desce e logo todos a cercam, reclamando muito do ocorrido. Sorridente, mesmo depois de um dia inteiro de sorrisos e trabalho com a organização do evento, ela diz que ficará ali com eles e mandará seu carro ir buscar ajuda. O carro parte e ficamos no meio da estrada escura, distante o suficiente para não podermos ir a pé a qualquer local habitado da região, para o espanto e felicidade geral dos indígenas. Aos manifestos de afeto e gratidão pela atitude dela, menos por ter mandado buscar ajuda e mais por se prontificar a permanecer com eles na situação difícil em que estavam, os índios não mais reclamaram e aguardaram o socorro mais tranquilizados. Depois de mais de uma hora, chegou um caminhão para buscar a todos, juntamente com o carro de Fátima. Tratava-se de moradores da aldeia Sardinha, o que, pelo tardar da hora, faria com que chegassem de volta às suas casas por volta das quatro da manhã e que o motorista retornasse à cidade com o raiar do dia.

Outra peculiaridade dos comícios de Igor, justificada pela candidatura de Fátima, consistia no fato de que em todos eles Tadeu Mendes subia ao palanque para fazer um discurso a favor do candidato a prefeito e de sua esposa, Fátima. É de praxe, nos comícios das cidades da região, que algumas lideranças locais expressem seu apoio a determinado candidato em forma de discurso no palanque. São eles pessoas influentes na cidade, que podem carregar consigo muitos votos, e por isso são procurados pelos candidatos para pedir seu apoio. O mesmo ocorreu com Igor, ao pedir que Tadeu falasse em seus comícios, já que a plateia era composta por muitos indígenas, e esta era uma forma de confirmar que Tadeu, e não somente Fátima, estava do lado deste candidato. Como este configura a grande liderança para muitos indígenas e não era ele quem ia de aldeia em aldeia pedir o apoio, como fazia Fátima e Igor, sua manifestação no palanque era uma forma de legitimar a atitude dos candidatos perante aqueles índios. Além do mais, Tadeu tem o poder da retórica, o que fazia com que ele tivesse tempo de fala até mesmo maior do que muitos dos candidatos a vereadores. Seu discurso se baseava sempre no fato de representar o povo Tenetehara e por esta razão, grande parte de sua fala era na língua nativa desses indígenas, levando-os à plena euforia. Fátima, na maioria dos comícios, não fazia discurso, somente se mantinha do lado de Tadeu em sua fala. Este, às vezes, chamava alguns dos caciques para expressar seu apoio aos candidatos também.

Tadeu esteve, durante o mês de setembro, em Brasília, junto com seu tio Paulo Mendes e seu primo também cacique, em reunião com o presidente da FUNAI, intermediada pelo deputado Domingos Dutra, do PT, para pedir que ele ajudasse na questão do fechamento da regional da FUNAI, em Barra do Corda. Disse que uma boa alternativa seria a instalação de um novo escritório do órgão indígena em Jenipapo dos Vieiras, pois facilitaria o acesso dos Tenetehara da região ao local. Disseram, ao retornar, que a proposta foi bem aceita, mas nada foi concretizado. Este deputado, uma semana depois desse encontro, esteve em um comício

realizado na aldeia Santa Maria, momento que Tadeu fez o seu discurso mais inflamado. Não havia outros candidatos vereadores, somente Fátima e o candidato a prefeito, Igor. Foi um comício direcionado aos indígenas, por ter sido motivado pela reunião ocorrida em Brasília. Iniciou o discurso, como de costume, na língua Tenetehara, mas depois fez uma longa fala em português, pela presença do deputado. Referiu-se principalmente aos problemas atuais daqueles indígenas, em situação de abandono; sobre os madeireiros que têm invadido a reserva Cana Brava; sobre a falta de recursos na FUNASA e sobre a falta de participação dos indígenas nas decisões do município: “O índio é munícipe e tem direito! Quer participar, quer discutir o que é melhor na nossa prefeitura!” Finalizou expressando a sua desaprovação pela compra e venda de votos, assim como as falsas promessas de outros candidatos. Como exemplo disso, citou um discurso feito por Jonas em comício do candidato Fabiano, que tinha como base a mesma proposta de Tadeu de trazer a FUNAI para Jenipapo dos Vieiras: “como que ele pode trazer a FUNAI se ele nem foi lá em Brasília? Nem pode ir lá, porque fica preso!”. Nesta fala, ele referiu-se às questões ainda não resolvidas da auditoria dos documentos do antigo escritório do órgão, o qual Jonas era chefe. O deputado também expressou seu apoio à Igor e à resolução dos problemas dos Tenetehara: “Enquanto esse macaco-prego estiver na prefeitura não terá posto da FUNAI em Jenipapo! É preciso o PT, é preciso Igor na prefeitura pro índio avançar! Nem o governador Jacson Lago, do mesmo partido desse aí, preferiu apoiar o Igor!”. A expressão macaco-prego corresponde ao fato de Fabiano ter mudado de partido de uma eleição para outra, ter “pulado de galho”. O comício terminou com a fala de uma professora em escolas indígenas, que afirmou que Igor é a melhor opção para os índios: “Eu, como branca, digo que Igor não faz diferença de raça, de etnia. Lutará por todos do município”.

Tudo isso, ao primeiro olhar, fortalecia a imagem política de Fátima perante aos seus eleitores e aos integrantes de sua coligação. Contudo, algo de imprevisto começava a ser percebido na aliança entre Fátima e Igor. Justamente os artifícios usados por ela para mostrar o seu diferencial e o merecimento de um tratamento especial por parte do candidato, que se constituiria de apoio pessoal e financeiro, levaram-no a crer que os eleitores dela já estavam garantidos e que não seria preciso investir muito mais na aliança com esta candidata. Como alguns integrantes da equipe de Fátima comentaram, Igor começava a esquecer que uma das frases mais ouvidas nessa região é “a eleição só se ganha na última semana”. Vejamos, então, o que se passou nos dias que antecederam o dia da votação e foram cruciais para o entendimento do seu resultado final.

4.6 A uma semana das eleições – temporalidades de campanha

“Sem zona e seção, não tem nenhum tostão”. Esta frase foi dita pelo motorista de Fátima, para informar que era preciso conferir os títulos dos indígenas que nessa semana cercavam Fátima para pedir coisas materiais e financeiras. O esforço em transferir os títulos para a seção localizada no Zaiuti foi grande, porém não houve tempo hábil para a transferência de todos. Assim, nas aldeias *de Tadeu* havia votantes no povoado de Santa Maria e alguns que votariam na cidade de Jenipapo dos Vieiras. Uma das preocupações tinha a ver com eleitores que mudaram seus títulos para outra cidade, mas fingiam não o ter feito. Um exemplo disso foi Tânia, a esposa do cacique da aldeia Novo Egito, conforme veremos.

Um dos últimos churrascos realizados nas aldeias foi na Nova Jerusalém, fundada há 17 anos pelo pai do atual cacique. Ele veio de uma aldeia da beira do rio Mearim, chegou a

morar na aldeia Nova Barreirinha e depois, numa *época de política*, ganhou do prefeito um cargo de professor e mudou para esta região onde fundou esta aldeia Nova Jerusalém, com mais algumas pessoas que desejavam morar perto da estrada. Durante o churrasco conversei com o cacique, que disse que atualmente lá residem 15 famílias: “tudo fechado no 13 e na Fátima”, disse. Comentou também que índios de sua aldeia foram sondados por *gente do Fabiano*: “eles pegam as coisas do Fabiano, mas votam no 13!”, referindo-se ao fato de os indígenas aceitarem presentes das pessoas que os procuram para pedir voto. O boi tinha sido mandado na noite anterior e quando chegamos, Fátima, seu filho e eu, a carne já estava limpa e cortada, perdurada no centro da *tapuizuhú*. Além desse boi, outros foram enviados para as aldeias da BR por Igor naquela mesma noite. Porém, corria na manhã seguinte a fofoca de que Quitério, o outro candidato a vereador, dizia pela TI que ele que havia concedido os bois. Logo avisaram Igor e este, junto com sua esposa, resolveram comparecer a uma das aldeias para mostrar que o presente tinha sido dado por ele. Fogueira acesa, bacia cheia de farinha para comer com a carne assada, ele tomou a frente para cortar o primeiro pedaço de carne.

Nessa última semana é preciso reafirmar tudo que foi feito antes, para não perder votos que se pressupõe já conquistados para outros candidatos dispostos a diversas estratégias. Em meio ao churrasco, que ocorria de forma agradável e descontraída, alguém comenta algo com Fátima que logo me chama e diz: “vamos ali depressinha resolver um negócio”. Entrou no carro, no banco do motorista, para espanto de Cláudio, e não quis que nenhum segurança a acompanhasse. Mal entrei no banco do passageiro e ela arrancou com o carro para a aldeia Nova Egito, bem próxima dali. Ao chegar, uma movimentação ocorreu para dispersar uma roda que se fazia em torno de Josivaldo, um candidato a vereador *do 13*, não indígena. Fátima desceu furiosa do carro em sua direção, dizendo que ele não poderia estar ali, pois tinha sido acordado nas reuniões da coligação que na TI ninguém *do 13* faria campanha a não ser ela: “não vem no meu espaço, porque eu não fui no seu!”. Como a cidade

de Jenipapo dos Vieiras conta com muitos povoados, cada candidato a vereador faria campanha mais intensa em um deles, no geral, o seu de origem, onde mora ou onde é conhecido. Mas isso não os impedia de pedirem votos noutros lugares também. A cada povoado que chegava, eu podia perceber que havia um maior número de casas pintadas com um candidato específico, mas algumas tinham outros nomes em sua fachada. Fato que pode ser justificado através de relações familiares dos moradores do povoado com algum outro candidato. Em meio à discussão, Tânia tentava se esquivar, pois Fátima a acusava de receber outro candidato em sua aldeia, depois de ter afirmado estar do lado dela. O esposo de Tânia, Potiguara, é um ex-funcionário da FUNAI e chegou a ser substituto de Tadeu. Naquele momento ele não estava na aldeia. Josivaldo, com um sorriso no canto da boca, ao ver o estado alterado da candidata, pedia que ela se acalmasse, pois ele já ia embora, estava só conversando com Tânia. Fátima resolver deixar o local, mas não sem antes afirmar categoricamente algo que somente desconfiava: “Josivaldo, pede pra ver o título dela! Ela vota no Grajaú, não em Jenipapo. O pai dela é do Alto Alegre, é Fabiano doente, ela não vai votar nem em você nem em mim e nem no Igor!”. Nesse momento, Tânia alterou completamente sua atitude, que até então era de manter a voz baixa e se esquivar das acusações. Começou a gritar, dizendo que não ia mostrar título nenhum, para Fátima ir embora. Atiçou as outras índias para expulsarem Fátima dali. Fomos para o carro e, em meio a berros, Fátima quase apanhou. No carro ela me disse: “viu o jeito que ela mudou? Como ficou brava? Porque eu desmascarei! Ela não vota aqui mesmo!”. Noutro momento, disseram que a própria Tânia havia chamado Josivaldo na aldeia para dizer que ela teria 15 votos para ele.

A poucos dias da votação, era preciso fazer contas. Fátima conseguiu com a equipe de Igor uma tabela com o número exato de eleitores em cada seção eleitoral. Mas não era o bastante. Pediu que cada aldeia fizesse uma lista dos nomes dos moradores, com o

respectivo número da seção ao lado. Assim saberia quantos votariam no povoado Santa Maria e quantos na cidade, além dos votos na seção instalada no Zaiuti. Também precisava saber quais indígenas ainda votavam em Barra do Corda, pois haviam aldeias no limite dos dois municípios. Além disso, passou em algumas aldeias selecionando pessoas que trabalhariam como fiscais na seção. Cada coligação tem direito a ter pessoas fiscalizando a seção, para evitar possíveis fraudes. Na sala da urna, no total, haverá sete pessoas, dois fiscais de cada coligação e três pessoas na mesa definidas pelo TRE: o presidente, o mesário e a secretária. Fátima escolheu mais de duas pessoas para trabalhar como fiscal no dia, pois assim poderiam se revezar, ajudar na organização da fila e *espantar* alguém que pudesse aparecer para fazer boca de urna ali. Essas pessoas receberiam, além do dinheiro pelo dia de trabalho, um crachá e uma camiseta dela. Três tipos de camisetas vermelhas foram distribuídos ao longo da campanha na TI: a vermelha, com a estrela branca e o com número 13 em vermelho no centro (foto 10); a especial para caciques, no estilo pólo, com um bolso pequeno na frente onde estava gravada a palavra *cacique* e atrás havia a grande estrela *do 13* com os dizeres “eu apoio o PT” e “cacique”, embaixo; e uma terceira, feminina, com um grande cocar colorido na frente e atrás a estrela do PT, com os dizeres sobre determinação. Essa última foi feita em pequena remessa, por isso foi distribuída somente a pessoas mais próximas e que trabalhavam na campanha da candidata. Foi um objeto muito disputado, muitos se esforçavam para provar o seu mérito em obtê-la. Os fiscais receberiam uma desse tipo.

Foto 9 - Camiseta do cacique

Também aproveitou o mesmo dia para distribuir urnas de isopor, que imitavam a urna eletrônica, e santinhos para os indígenas. Ela disse a eles que um dia antes da eleição faria um teste com eles para ver se votariam certo. Outro aviso sempre dado por ela se referia ao *povo do 12* que poderia aparecer atrás dos votos deles. A esse alerta, os caciques respondiam prontamente: “aqui eles não têm vez. Aqui eles não entra.” Mesmo assim, Fátima tomava outras medidas para evitar surpresas de última hora. Algumas pessoas de sua equipe, assim como *reforços* para essa última semana, foram escalados para passar a madrugada que antecederia a votação circulando na estrada, entre as aldeias, “botando pra correr quem do 12

se chegasse ali”. Alguns adolescentes Tenetehara que não moram na TI, como os dois filhos do cacique Paulo com a mulher que mantém na cidade, foram exemplo de pessoas escaladas para ajudar nessa *vigília*. Ambos têm moto, o que facilitaria na circulação noturna. A orientação era para tirar os sacos que estivessem com o *povo do 12*, pois certamente seriam de dinheiro para comprar votos. Em tom de brincadeira, alguns dos indígenas diziam que dariam uma *taca* neles (expressão utilizada para se referirem a ‘surra’), os amarrariam na aldeia e só soltariam no dia seguinte.

Mesmo algumas das professoras da TI, das aldeias de Tadeu, que Fátima desconfiava que trabalhariam para o Fabiano, foram avisadas para não aparecer na última semana, pois não haveriam aulas nas escolas dali. O receio se fundava no fato de, por elas serem funcionárias da prefeitura, terem medo de perder o emprego. Dessa forma, utilizariam da condição de muitos indígenas não dominarem a língua portuguesa para ensiná-los a votar *errado*, ou seja, a votar no Fabiano. Para verificar se isso tinha ocorrido ou não, era preciso fazer um teste de utilização da urna com o maior número de indígenas possível.

Ao mesmo tempo em que a tensão crescia nesses últimos dias entre os políticos e suas equipes, também era possível perceber provocações lúdicas que os eleitores de cada grupo faziam uns aos outros. Nas imagens abaixo podemos ver um espantalho com a camiseta do 12 e um jumento vestido por crianças também com esta camiseta.

Foto 10 - Espantalho do 12

Foto 11 - Jegue do 12

Foto 12 - Fogo nas camisetas do 12

A rivalidade entre grupos *do 12* e *do 13* também aparecia através das apostas feitas pelos moradores da cidade e povoados nos candidatos de sua preferência. As apostas, registradas, com testemunhas, são um exemplo de que há uma enorme proximidade entre o jogo e as eleições. E além do mais “são capazes de produzir votos” (Villela, 2008). Um homem popular em Jenipapo dos Vieiras apostou uma grande soma que Igor seria o prefeito eleito e, mesmo sem conhecê-la intimamente, apostou em Fátima para vereadora entre as mais votadas. Ele justificou sua escolha por ter “bom olho para política”. Ela soube isso através de terceiros e me disse: “tem um homem lá no Jenipapo que me defende com unhas e dentes! Ele tá me conseguindo é voto por lá!”. Realmente, ele fazia discursos inflamados nos bares na

tentativa de movimentar as apostas, provocando adversários, o que no final serviu para Fátima como se ele fizesse parte de sua equipe de campanha.

Expressões como “ele é melancia! Verde por fora, mas vermelho por dentro” ou “o vermelho é de sangue e o verde de esperança”, eram ouvidas em muitos momentos, tanto nas ruas das cidades, como nas aldeias da BR. Em um último comício em uma *aldeia do 12*, próxima à aldeia Santa Maria pudemos ouvir uma mulher falar ao microfone sobre como as coisas mudariam se Igor fosse prefeito: “se o 13 ganhar, os caciques não valerão mais de nada, perderão o poder”. Algumas vezes, essas provocações na rua acabavam em confusão. Era preciso chamar reforços policiais em Barra do Corda para apagar a briga. Contudo, quando chegavam, a própria população local já havia separado o confronto e restava aos policiais levarem-nos para serem interrogados no distrito policial.

A expectativa crescia nesses dias, afinal, a última semana é decisiva. Novamente nos deparamos com a ideia da eleição como um jogo. Estamos na reta final e apesar, dos palpites e torcidas, só saberemos quem ganhou no fim da tarde do dia da votação. Incluo-me nesse clima de final de campeonato, porque depois de acompanhar todos os eventos e as visitas, as adesões e as mudanças, era inevitável não se envolver, ter expectativas e enorme curiosidade para saber o placar final. “Mas como todo jogador de êxito, o candidato que se elege é geralmente considerado como o que mais sabiamente é capaz de controlar o acaso e dominar as vicissitudes dos eleitores. Assim, ao mesmo tempo em que é preciso não economizar nesse período – a liberalidade cresce na medida em que se aproxima o grande dia - há que ‘saber gastar’. Do contrário, costuma-se dizer, “pode ter um milhão e não ganhar”

(Villela, 2008). Esse saber nativo começava a se revelar nos últimos dias. Através de pequenos fatos é possível perceber como um candidato perde uma eleição.

Três dias antes, ao chegarmos no posto do Saulo para abastecer, na volta à cidade, Fátima desce do carro vai até a lataria traseira e vagarosamente retira o adesivo de Igor de seu carro. Espantei-me, mas achei melhor não perguntar ali o porquê daquela atitude. Porém, todos também se espantaram e o filho de Fátima não segurou a pergunta. Ela respondeu tranquilamente que iria colocar outro, mais novo. Resposta estranha, já que em dois dias ela teria que retirar todos os adesivos do carro, pois, segundo as leis, não se pode fazer propaganda 24 horas antes. Já na cidade, nos separamos. Eu fui buscar mais uma muda de roupa, pois não sairíamos mais da TI até a votação. Ao chegar no local onde me hospedava, recebo a visita do irmão mais novo de Nelson Rocha: “ei Flor, sabia que Fátima virou pro Fabiano?” perante minha expressão de espanto, ele continuou: “ela sabe que Igor não tem chance, que a eleição já tá ganha pelo Fabiano. E vai ser de lavada!”. À noite Fátima me explicou sua atitude no posto. Sabia que tal fato criaria rumores de um possível rompimento com Igor e era essa sua intenção. Não que desejasse apoiar o Fabiano, mas queria que Igor “se tremesse um pouquinho”. Nos últimos dias, disse ela, ele não vinha cumprindo com o combinado com vereadores e eleitores. O seu irmão, organizador das finanças, viajou nesses dias. Uns diziam que ele foi “atrás de mais dinheiro”, outros achavam um absurdo ele sair da região nesse momento. O fato é que Igor transparecia ares de cansaço e muitas vezes ouvi sua esposa dizer que “não há dinheiro que chegue”.

Ao não cumprir as promessas que fez aos indígenas, lembrando que não basta “mandar o boi, tem que comer com a gente”, além de pedidos pessoais que caciques tinham feito a ele, Igor atrapalhava a campanha de Fátima. Ela se empenhou em conquistar os votos para ele e ela, o que criou uma imagem indissociável dos dois, para muitos. Assim, os eleitores vinham cobrar dela as faltas do candidato: “Olha, você tem que ver isso, porque eu

não sou um voto não, eu sou uma liderança”, disse um dos caciques ao encontrá-la na estrada. A pressão se abatia sobre Fátima, que como forma de provocar o candidato, também não compareceu ao seu último comício, o que ocasionou um esvaziamento, pois “quem enche plateia do Igor é índio”, disse ela. Para completar a cena de tensão, um rumor de que Neco Ramalho poderia ter planejado uma traição contra Igor crescia. Sugeriam que ele tivesse combinado com Fabiano ajudar na derrota do candidato do PT. Fabiano teria oferecido a ele apoio nas eleições de 2012, pois como seria sua reeleição, não se candidataria novamente naquele ano. Como candidato do atual prefeito, Neco teria boas chances de se eleger. Do contrário, se Igor ganhasse, tentaria a reeleição em 2012 e Neco só poderia se candidatar em 2016. Os apostadores *do 13* começaram a se preocupar com os últimos acontecimentos.

“Jenipapo já é familiar. Tenho tios que moram lá, mas havia muito tempo que eu não visitava a cidade. E, por ironia do destino, lá estava eu, trabalhando! Sempre tive uma empatia muito grande pelo PT, mas nunca passou pela minha cabeça que um dia eu estaria advogando para um candidato lançado por ele. Um dos motivos que me levou a aceitar esse trabalho foi a realização desse sonho. Pois bem. Uma das coisas que me marcou bastante foi a minha chegada na cidade. Parecia que todo mundo queria falar comigo. Um alvoroço. A cidade por si só estava agitadíssima. Logo que cheguei, fui para a casa onde estava o candidato, Igor. Foi designado para me acompanhar para todos os lugares o assessor dele, Fábio. No mesmo dia, (três dias antes da eleição), fui para um Comício de encerramento em um povoado e fiquei pasma, porque a maior parte dos eleitores são índios! No dia seguinte, com aquele fervor, aquela ansiedade que envolvia a população, tive que ir à delegacia. Estava tão nervosa quanto o sargento que nos recebeu. Recém-formada, sem noção de nada do que poderia ocorrer em uma eleição, isso justifica o nervosismo. O mais interessante é que as pessoas levam para dentro de suas casas, a política, ou seja, deixam de falar com primos, irmãos, mãe, pai em decorrência de opções partidárias. Eu nunca tinha visto isso! Ao visitar meu tio, que era da "oposição", descobri que os rapazes que eu tinha liberado da delegacia eram sobrinhos da esposa dele e que foram presos por soltar uma bomba que seria no quintal de uma outra tia que era a oposição, e a bomba caiu em cima da delegacia. A tia teria ido dar queixa. Mas, no final, ocorreu tudo bem! No dia anterior à eleição,

tive que dar uma palestra de como os fiscais teriam que se comportar e quais as condutas que eram permitidas/proibidas, tanto para nós (do PT) quanto para a oposição. Outro fato que marcou muito foi que, ao chegar, todos os olhares focavam em mim, como se as pessoas dissessem: "Quem é esta?". Quando subi no palanque e comecei a falar, as pessoas estavam tão interessadas que era possível ouvir somente os carros que passavam na rua. Logo depois, quando saí, vi duas crianças brincando e brigando para saber quem seria eu, nos personagens delas, achei aquilo super interessante! Pude perceber o quanto a população é carente de informação. O quanto levam a política a sério. Índias com os bebês de colo, lá, prestando atenção, tentando entender o máximo que elas poderiam, para não deixar que seu candidato perdesse a eleição. Crianças com panfletos, camisas vermelhas, era possível ver nos olhos das pessoas, o brilho, a vontade de vencer, foi contagiante! À tarde, no sábado, ainda na véspera, fiquei em casa, achando super estranho, porque ainda não tinham me acionado. Ao anoitecer achei mais estranho ainda, porque estava tudo calmo demais. Até que às 23 horas, bateram na porta da casa de onde eu estava e era o Delegado do Partido. Ele havia ido me apanhar para me levar para o "curral", ou seja, para o lugar onde haveria maior concentração de eleitores. No caminho, até chegar a Santa Maria (local onde haveria maior número de eleitores), vi pastos queimados, o Delegado do Partido comentando com uma candidata a vereadora, Fátima que "o pessoal não estava para brincadeira". No carro que nos conduzia, havia 3 seguranças armados. Confesso que fiquei com medo. Quando chegamos, que vi aquele alvoroço e sem conhecer absolutamente ninguém, vi aquela aglomeração de índios que, na ocasião, faziam seus rituais. Lembro bem que um rapaz disse: "gruda em mim". Eu não sabia que iria para lá. Até então, eu sabia que ficaria na cidade, no Jenipapo. Cheguei lá sem entender nada do que estava se passando..."

Este é parte de um texto que Júlia me enviou com suas impressões acerca do trabalho no período eleitoral em Jenipapo. Foi chamada para este trabalho através de relações familiares. Moradora da capital, São Luís, não imaginava como era o período eleitoral no interior do estado. Quando ela chegou à aldeia Santa Maria havia muitos indígenas que vieram de diversas aldeias para a votação no dia seguinte. Chegaram aos poucos durante o dia, em diversos caminhões e carros utilitários. Logo se via redes armadas em diversas árvores, muitas rodas de música e conversa. Os adolescentes pediam inúmeras vezes, durante

todo o dia, para os mais velhos e as mulheres digitarem nas urnas de isopor o que deveriam fazer no dia seguinte. “Primeiro o XY123 e confirma. Depois o 13 e confirma”. Porém, ao digitar o número de Fátima, muitos deles se confundiam e pulavam o número 2, pois o 1 ao lado do 2, formava o 12, número que sabiam que não deveriam votar. Dessa forma, muitas vezes digitavam XY13, ao invés de XY123. Fátima, diante dessa situação, insistiu para que treinassem até de noite.

Nos últimos dias que antecederam a votação, a energia elétrica e o fornecimento de água foram suspensos diversas vezes na região da BR, que inclui a TI e alguns povoados. Isso provocou muita indignação nas pessoas, pois creditavam o fato ao pessoal *do 12*, o atual governo, com a finalidade de atrapalhar a campanha *do 13*. Quando Lidianne chegou, ainda havia luz, mas depois da chuva, o fornecimento de eletricidade foi interrompido até o outro dia. Assim como a água. Acordamos muito cedo, no dia 05 de outubro, o dia tão esperado. Por volta das cinco e meia. Em meio àquele calor imenso, ninguém pode tomar banho, nem ao menos beber água naquele dia que seria longo. Dona Susana me chamou para tomar ao menos um café preto com farinha e disse que ela só iria votar mais tarde. A votação começaria às oito, mas desde as seis e meia já organizávamos as pessoas para irem ao Zaiuti votar. Fica a poucos metros dali, no fim da aldeia e fomos a pé. Faustina, que chegou à seção ao mesmo tempo em que eu, me puxou logo para organizar a fila com ela. “Vamos nós duas, que é melhor. Senão eles chegam e fazem a maior bagunça! Tem que pegar eles chegando e já colocar na fila!”. Outra fila, de mulheres com crianças e idosos, também foi feita.

Foto 13 - Fila de mulheres e crianças

Júlia foi para a seção localizada no povoado Santa Maria, pois o receio maior era com os índios que votassem lá. Crianças de até oito anos podem entrar com idosos parentes e a advogada percebeu que o fato era mais frequente do que imaginava. As regras a respeito do que podia ou não fazer no dia da eleição conturbavam o ambiente:

“A primeira confusão que teve foi quando eu percebi que já tinham essas crianças e que elas votavam no candidato X. Proibi a entrada de crianças, exceto se neto ou parente próximo. Lembro bem que uma fiscal da oposição ficou com ódio de mim e disse que iria chamar a polícia. Eu concordei que ela chamasse porque ela estava conturbando a votação e que, isso seria motivo suficiente para que a polícia tomasse as devidas providências. Logo depois, foram feitas aos eleitores distribuição de comida; aos índios que votariam no PT. Não caracterizava crime, porque isso naquele momento, não configurava compra de voto, tendo em vista que quem iria votar no PT estava de camisa vermelha e no partido da oposição, de camisa verde.

Um homem barbudo, de quase 2m de altura veio falando grosso comigo. Eu, de 1,65m, magra, sem experiência nenhuma, não podia me deixar intimidar por aquele homem. Imediatamente peguei a lei e mostrei a ele. E disse: A lei

não veda, porque aqui a opção pelo candidato está mais que definida. Ele, imediatamente, começou a distribuir aos seus eleitores lanches.

Para não agitar ainda mais os ânimos, pedi que as pessoas que já tivessem votado fossem para suas casas ou para o local onde seria feita a contagem dos votos. E os eleitores obedeceram. O maior problema estava relacionado aos fiscais. Tinha uma senhora que a todo minuto fazia confusão, até que ela me desafiou e disse que eu estava mentindo em alto e bom tom. Imediatamente, chamei um dos policiais e pedi que ele levasse a fiscal e orientasse a mesma para que ela não atrapalhasse a votação, sob pena de ser retirada do local. Até que o policial foi até ela e pediu que se retirasse. Logo depois, pedi que as pessoas que tivessem com adesivo com a foto do candidato, que o retirassem. Até que a irmã do candidato da oposição, sabendo das proibições, gritou: "AQUI NÃO TEM ADVOGADOZINHO NENHUM. TODO MUNDO AQUI É ADVOGADO". Me dirigi até ela e disse: "Estás falando comigo? O que tem no meu crachá? Advogada, não é isso? O que tem no seu? Nada! Até porque você não tem crachá! Então fica na tua e não arruma confusão". A mulher ficou com ódio, saiu de lá fervendo."

Já no Zaiuti, a votação ocorria sem grandes transtornos, apesar da fila que demorava a andar. Eram muitos eleitores, uma só urna e a votação de cada um era lenta. Contudo, na hora do almoço, praticamente todos os indígenas que estiveram ali desde a noite anterior já tinham dado o seu voto. O canal local de televisão, filiada da rede Globo, esteve na seção, para mostrar que "os índios nesse ano se organizaram para votar, expressando o desejo em participar da democracia", assim como em mais sete TI's no estado do Maranhão. Na parte da tarde, poucas pessoas foram votar e a equipe de Fátima, assim como ela, permanecia em cadeiras do lado de fora da seção, contando os minutos para saber o resultado final. Às cinco da tarde em ponto encerrou-se a votação e pouco tempo depois o espelho de urna pode ser retirado e entregue à candidata.

Fátima obteve maioria absoluta dos votos dessa seção, assim como Igor. Dos 452 eleitores, 445 compareceram e 303 votaram na esposa de Tadeu Mendes. Número que, somado aos 119 que obteve nas seções do povoado Santa Maria, era suficiente para elegê-la no município. O candidato a prefeito Igor obteve 351 votos. Ao saber dessa soma de votos, a equipe subiu nos carros aos gritos comemorando a eleição da candidata. Ela, extasiada subiu

na caçamba de seu carro, que, guiado por Roberto, desfilou na BR buzinando o tempo todo, com o som dos jingles da campanha da candidata no último volume. Voltamos para a aldeia Santa Maria, onde todos se abraçavam para comemorar a vitória dela. Veio logo a notícia de que Isaias também havia sido eleito, com a maioria dos votos seções das aldeias Felipe Bone e Cana Brava (407 dos 474 possíveis). Fátima e Francisco foram, respectivamente, o segundo e o terceiro vereador mais votado nas eleições daquela cidade. No total, ela teve 638 votos, entre todas as seções do município e ele recebeu 499.

Porém, essa alegria durou pouco, ao chegarem as notícias das seções dos povoados. Igor perdia a cada resultado novo. Todos começavam a se espantar, pois em muitos locais todos tinham certeza que ele seria maioria absoluta. Somente em sete dos povoados ele teve mais votos que Fabiano e mesmo assim, a disputa foi acirrada. No final, Fabiano saiu vitorioso. Fátima, apesar dos problemas com Igor nos últimos dias e da desconfiança de que, devido a seu comportamento recente, se sairia mal nas urnas, ainda torcia por sua vitória. Com ele na prefeitura, seria mais fácil trabalhar na câmara, pois teria mais apoio para seus projetos. Agora, com Fabiano no cargo novamente e Francisco também vereador, previa obstáculos em sua gestão. Ainda assim, mantinha uma sensação de missão cumprida, afinal, pelo menos no Zaiuti, Igor teve a maioria dos votos. Em Barra do Corda, Saulo se reelegeu, o que veio a confirmar o que muitos diziam: se tivesse mais de um candidato na disputa contra Saulo, os votos de oposição seriam divididos e ele sairia vitorioso. Pela primeira vez na história da região houve reeleição nos dois municípios.

A divisão entre aldeias *do 12* e *do 13* e sua correlação com a divisão entre Rocha a Mendes, foi confirmada através dos números das urnas nas aldeias: no Zaiuti, entre os eleitores das aldeias *de Tadeu*, Igor e Fátima foram vitoriosos; nas aldeias Felipe Bone e Cana Brava, *de Jonas*, venceram Fabiano e Francisco. Fátima brincava: “ainda tirei seis votos na aldeia dele e ele só tirou um aqui.” Esse voto dado a Francisco no Zaiuti não era segredo para

ninguém. Tratava-se do voto de uma mulher que se sentiu traída por Fátima, pois foi retirada de sua equipe de trabalho. Fátima disse que fez isso porque ela bebia muito nas comemorações e causava desconforto a todos. Compareceu à votação com a camisa verde do Fabiano. Já os seis votos que Fátima recebeu lá, ninguém soube dizer de quem seria, mas supunha-se que seria algo no mesmo sentido: pessoas que se desagradaram com Francisco durante a campanha. Os cinquenta votos em Fabiano no Zaiuti não chegaram a surpreender ninguém. Segundo Fátima, o fato só confirmou que as promessas não cumpridas por ele nos últimos dias tiveram efeito na decisão final daqueles indígenas.

No final, não faltaram insinuações por parte dos integrantes e eleitores da campanha *do 13* sobre a vitória esmagadora de Fabiano sobre Igor. Não que tivessem certeza de que Igor ganharia, pois isso não seria possível, mas o que ninguém esperava é que Fabiano obtivesse quase o dobro de votos de Igor. Falava-se desde que deveriam ter feito campanha em cemitério, pois “nessa eleição até morto votou”, até afirmarem que Fabiano recebeu do deputado filho de Saulo grande soma em dinheiro para comprar votos nos últimos dias e assim *virar a eleição*⁷¹.

Nos dias seguintes à votação, a vida voltava ao normal na região. Tristeza estampada no rosto de quem perdeu muito em suas apostas, felicidade para quem saiu no lucro. Nas aldeias, as casas permaneciam pintadas, ainda se podia dizer qual aldeia foi *do 12* e qual *do 13*. As divisões continuavam, mas não de forma exacerbada como se deu no período que antecedeu as eleições, com discussões entre indígenas e brincadeiras entre as crianças

⁷¹ Igor entrou com processos contra Fabiano, com alegações de crimes eleitorais cometidos pelo prefeito. Em 07/10/2009 a seguinte notícia saiu em jornal local: “O Pleno do Tribunal Regional Eleitoral do Maranhão (TRE-MA) decidiu, cassar o prefeito de Jenipapo dos Vieiras, na tarde desta terça-feira, 6. Por maioria, os juízes entenderam que ele cometeu crime eleitoral nas últimas eleições municipais. Ele foi acusado de asfaltar ruas e conceder aumentos a professores e agentes de saúde no período eleitoral, caracterizando abuso de poder político e econômico. Prefeito e vice, no entanto, deverão permanecer nos cargos até o julgamento dos recursos que devem ser ajuizados inclusive no TSE. Em caso de se confirmar a cassação, o presidente da Câmara deve assumir o comando do município até a realização de nova eleição”.

com relação às cores dos candidatos. As insinuações de mudanças de lado, entre Rocha e Mendes ocorridas durante a campanha política pressupunha que a configuração dessa divisão maior se alteraria, como já ocorreu muitas vezes em períodos não eleitorais. Certas aldeias mudariam ter lado, por terem preferido Fabiano e vice-versa. Por hora, não era possível saber o que aconteceria exatamente dali por diante. A única coisa certa é que, apesar das possíveis consequências que o período eleitoral traria à vida daqueles indígenas, as coisas voltavam a ser como antes. Dia 07 de outubro foi dia de festa da menina moça na aldeia El Betel, aldeia *do 12* na eleição. Conforme de costume, lá estavam presentes muitos Tenetehara da TI Cana Brava. Independente de vermelho ou verde, de Fátima ou Francisco, de Tadeu ou Jonas. As divisões não importam nesse tipo de confraternização. Durante a festa são todos somente Tenetehara.

5. Considerações finais

Ao longo da exposição realizada nos capítulos que compõe essa dissertação, muitas questões foram levantadas em torno da participação dos Tenetehara no processo eleitoral de 2008. Perguntas acerca do que pensam os indígenas de cada aldeia a respeito da prática da democracia representativa, dos candidatos em que votaram e dos seus concorrentes, nos efeitos que a gestão do vencedor causará em suas vidas, não puderam ser respondidas por mim. Primeiro, por causa da minha escolha metodológica, que consistiu em acompanhar a campanha política como um todo e não de forma localizada, em uma única aldeia ou cidade. Depois, porque essa estratégia de pesquisa me manteve em contato maior com determinadas lideranças e o papel que estas exercem não me ficou suficientemente claro para que eu possa afirmar que a opinião do cacique corresponde à mesma dos moradores de sua aldeia. Porém, os dados do trabalho de campo apresentaram indicativos importantes sobre a peculiaridade de uma campanha política realizada em uma reserva indígena, a qual levou em conta elementos internos a essa população, que dizem respeito a seu modo de organização política.

No capítulo 1, apresentei alguns trabalhos que interligaram etnologia indígena e antropologia da política, como forma de pensar meu objeto, situado também entre essas duas linhas de pesquisa. Mostrei também que, além das divisões internas a essa população indígena, a tensão entre os Tenetehara e a população local não indígena, os *karaiw*, também é imprescindível à análise. Em minha primeira viagem à Barra do Corda, os primeiros dados que obtive sobre os Tenetehara tinham relação direta com um episódio ocorrido há mais de um século, que simbolizava a tensão entre os Tenetehara e a população da cidade: o Massacre de Alto Alegre. Com o passar dos dias, uma série de outros fatores foram expostos por

cordinos, para explicar porque não mantinham bom convívio com essa população indígena. As manifestações, que constituíam bloqueios na BR226 e afetavam diretamente o abastecimento da cidade, e os assaltos na beira da estrada eram fatos bastante comentados. Além disso, uma oposição entre Tenetehara e Canela é frequentemente feita pelos não indígenas. Argumentam que os primeiros não mantiveram sua *cultura*, enquanto os segundos são apegados a ela e, por essa razão, são *mais índios*.

Em um segundo período de campo, já na época da campanha política para as eleições municipais, de certo modo, essas tensões foram suspensas. Não que houvesse um convívio harmonioso entre Tenetehara e ‘brancos’, mas em diversas situações pude perceber que a tensão cotidiana entre eles parecia amenizada. Esses indígenas, transformados em eleitores, são tratados pelos políticos como tais. Sem distinções de etnia, os candidatos vão às suas casas em busca de votos, os cumprimentam nas ruas. Não se pode dizer o mesmo da relação entre os eleitores da cidade e os eleitores Tenetehara. Contudo, nos momentos de festa, nos comícios realizados em povoados e na cidade, índios e não índios se aproximam fisicamente, se misturam na ‘massa’ que compõe a plateia, mesmo que não cheguem a interagir em si. Como afirmou Christine Chaves, um

espaço social, com atributos próprios, cuja principal motivação é o encontro e a convivência em um âmbito despidido de atribuições pragmáticas da vida cotidiana, a festa cria idealmente um domínio marcado pelo desinteresse e pela gratuidade. Nela organiza-se um espaço coletivo indiferenciado em que a noção de pessoa perde o sentido de papel social, papéis que são discriminadores do cotidiano (2003:68).

Durante as falas dos candidatos no comício, todos prestam bastante atenção: índios nas falas dos *karaiw*, mesmo que não compreendam claramente o que está sendo dito,

devido à dificuldade de muitos com a língua portuguesa; ‘brancos’ calados perante o discurso inflamado de Tadeu Mendes, feito em tupi, ao *seu* povo.

No segundo capítulo, explicitarei o histórico da formação dos segmentos Rocha e Mendes, existentes hoje entre os Tenetehara, que implicaram em divisões da FUNAI e FUNASA regional. Hoje não há mais escritório do órgão indigenista, por determinação da sua nova gestão nacional. Contudo, os segmentos produzidos à época da divisão maior continuam operando no cotidiano dessa população. Somente uma vez, de forma muito rápida, falei com Jonas Rocha. Dentre as poucas coisas que ele disse, uma que chamou minha atenção se relacionava com o futuro da FUNAI na região. Ele afirmou categoricamente, que deveria ser chefiada por um *elemento neutro*, expressão utilizada para designar alguém de fora da região e, especificamente, alguém não indígena. Isso foi dito a mim também por seu irmão Nelson e por Tadeu Mendes. O que todos eles argumentam é que um cargo de chefia para um Tenetehara representa uma posição hierárquica, que o colocará em relação de desigualdade com outros. A indicação de uma só pessoa para se posicionar à frente de um órgão de Estado parece introduzir um elemento disfuncional na dinâmica das relações entre esses indígenas. Por isso dividiram a FUNAI entre Rocha e Mendes, e, com o tempo, muito possivelmente quereriam dividir entre outras famílias, como já fizeram com a FUNASA⁷². A lógica do Estado aplicada a essa população gerou conflitos internos, os quais eles buscaram resolver a seu modo. Contudo, a configuração proposta por eles nem sempre poderá ser aceita. Uma presidente da FUNAI autorizou a criação de dois escritórios, outro disse que esse modelo não era viável e os suspendeu. Por isso, entendem como melhor alternativa, deixar a política do Estado para os *karaiw*.

⁷² Em 2009, fui informada que havia mais algumas associações, formadas por ex-integrantes do grupo Rocha.

A perspectiva da política indigenista, ao não evitar a centralização do poder, fez emergir entre os próprios líderes dessa população um sentimento de recusa ao modelo: se não for possível fazer do modo como entendem que deve ser feito, preferem não compor o quadro de funcionários da regional da FUNAI. Não há como conciliar essa visão centralizadora do Estado com o modo de organização política Tenetehara. A ideia da ‘sociedade contra o Estado’, de Pierre Clastres, trata de sociedades ameríndias que vão contra o poder político, usando de sua ação política para lidar com ele. Portanto, negam a transcendência do Estado, cuja presença seria, nas palavras de Sztutman sobre o tratamento molecular que Deleuze e Guatarri aplicam à política,

[...] resultado de um endurecimento das ‘linhas de segmentaridade, ou seja, perda de seu caráter flexível e criação de um centro de ressonância capaz de subjugar as multiplicidades, deve se pensada, portanto, como parte de um emaranhado maior, em que as partes valem mais que o todo e em que a estabilidade tende a ser invadida por mecanismos de pulverização e fragmentação. (2005:35)

A ideia do ‘contra Estado’ não deve ser vista como uma característica própria das sociedades indígenas, mas sim como mecanismos próprios da política. Esta deve ser entendida não como uma busca pelo poder, mas como um mecanismo de solução dos centros de poder. (Deleuze e Guattari, 1995).

Apesar de se apresentar como uma sociedade igualitária, que recusa determinadas hierarquias, entre os Tenetehara há forças que atuam diariamente, há prestígio. O cacique não impõe sua vontade, mas é respeitado pela maioria dos moradores de sua aldeia; figuras como Tadeu e Jonas exercem certo controle sobre um grande número de aldeias sem nunca terem sido caciques. Ainda assim, as aldeias podem mudar de grupo, sem precisar se justificar, nem ser julgada por isso. Do mesmo modo, grupos internos à aldeia podem se desmembrar dela e

formar uma nova, em qualquer outro ponto da TI. A possibilidade de mobilidade está presente entre indivíduos, entre grupos, entre aldeias. Mas nem por isso, determinadas pessoas deixam de ter prestígio perante outras. Paulo, cacique da aldeia São Pedro, já viu muitos grupos saírem de sua aldeia e formarem novas, por diversos motivos, desde desacordo com políticas internas até o simples desejo de buscarem novas roças. Duas de suas irmãs, uma delas Dona Susana, fundaram suas próprias aldeias e o relacionamento entre eles é harmonioso. O prestígio de Paulo não deixou de existir para os grupos desmembrados. Ele, aparentemente, não interfere na organização das novas aldeias, mas é sempre alguém experiente a quem se pode recorrer, perguntar sua opinião, em alguma situação complicada. Presenciei a ida de um desses novos caciques à aldeia São Pedro, em busca de sugestões de Paulo em questões relativas ao roçado.

Como se pode ver, a figura da liderança Tenetehara não é simples de ser delineada. Por essa razão, busquei apresentar ao longo dos capítulos 2 e 3 os formatos de liderança presenciados por mim. A ambigüidade descrita em algumas situações – o cacique influi no voto de toda a aldeia, mas pessoas como uma enfermeira, ou sua filha exercem grande influência sobre suas atitudes – reflete a dificuldade em enquadrar esse tipo de liderança em algum modelo explicativo⁷³. Nem os requisitos para se tornar um novo cacique são evidentes: há aldeias mais antigas onde a critério é hereditário, em outras, nas recém

⁷³ Talvez o paradigma da chefia sem poder, proposto por Clastres seja bom para pensar o que ocorre entre os Tenetehara. Com relação às lideranças, o autor diz: “o chefe tem a tarefa da manutenção da paz e da harmonia no grupo. Ele deve também apaziguar as disputas, regular as divergências, não usando de uma força que ele não possui e que não seria reconhecida, mas se fiando apenas nas virtudes de seu prestígio, de sua equidade e de sua palavra. Mais que um juiz que sanciona, ele é um árbitro que busca reconciliar. Não é pois surpreendente constatar que as funções judiciárias da chefia sejam tão raras: se o chefe fracassa em reconciliar as partes adversas, não pode impedir que a desavença se transforme em feud. E isso demonstra bem a disjunção entre o poder e a coerção.” (2003:48)

desmembradas, é situacional. Nem o sexo é um determinante: há cacique homem e cacique mulher.

Durante o capítulo 3, foi feita a exposição do cenário eleitoral de 2008 nas cidades de Barra do Corda e Jenipapo dos Vieiras; um retrospecto das alianças políticas nas eleições anteriores ligadas às do período eleitoral observado; uma descrição da candidatura e campanha de Fátima, repleta de comemorações que mesclam componentes indígenas aos propósitos políticos e, por fim, as tensões e conflitos existentes nos dias que antecedem à eleição. Os dados expostos neste capítulo merecem algumas considerações.

As características de Fátima e Tadeu, que lhes proporcionam prestígio frente aos indígenas, são distintas. Ela apazigua situações de conflito nas aldeias, conforta mulheres em brigas com maridos, providencia documentações pessoais, vai de casa em casa saber se precisam de algo. “Eles são carentes de atenção, mais do que qualquer outra coisa”, dizia ela. Já Tadeu consiste em figura de respeito. Fala bem em público, demonstra força e determinação em seus discursos. Na aldeia aonde chega, é rodeado de mulheres e crianças, que o cumprimentam e sentam-se próximas a ele e ali permanecem horas, sem nada dizer. Os homens, na maioria caciques, vêm lhe contar novidades do coletivo ou falar de problemas da aldeia. Tadeu nunca desejou se candidatar a um cargo político. Muitos afirmaram que Fátima, sem dúvida, era uma melhor escolha para vereadora, por saber *falar* com eles. Os atributos de ambos os definem como ‘político’ e ‘liderança’, que se complementaram no decorrer da campanha eleitoral. Fátima visitava todas as *aldeias de Tadeu*, falou com cada um sobre sua candidatura, mas no momento de falar no palanque, no microfone, preferia que Tadeu o fizesse por ela.

Certas contradições expostas, como o caso do candidato indígena a vereador pelo PT que apoiava o 12 ao invés do candidato a prefeito de seu próprio partido, pode sugerir que o Tenetehara é alheio às dinâmicas político-eleitorais. Porém, outros exemplos mostram que

esse tipo de paradoxo não é peculiar ao índio que procura fazer parte da política ‘branca’. Fátima, candidata não indígena pelo partido PX, ostentou em sua camiseta o 13, número do candidato que apoiou em sua campanha, sem ao menos o seu partido estar coligado ao PT. Também nos palanques e trios elétricos de Igor lia-se “coligação Vontade do Povo – PT, PX e PSDB”, mas nos dados oficiais esta coligação aparecia composta somente pelos dois primeiros partidos. Poucas pessoas sabiam disso e diziam que não havia problema, pois o PX apoiava a coligação informalmente.

Fátima obteve 216 votos espalhados pelos povoados de Jenipapo, nas seções onde não votavam indígenas. Chegou a fazer campanha nesses povoados, mas de forma muito específica. Por exemplo, em comício na Lagoa do Coco, comentou “vamos ali naquela casa ver uma senhora que eu conheço, que pode ser um voto”. Também obteve votos de moradores de Barra do Corda, com quem mantém relações de amizade, que votam em Jenipapo dos Vieiras. As apostas também lhe renderam votos. Nessa situação pude perceber que sua atitude com os não índios não diferia dos outros políticos ao pedir voto. Porém, no seu comportamento com os índios, havia uma relação de autoridade devida à sua condição de esposa de Tadeu, um grande líder para eles. Falava diretamente com o cacique, ou com quem tivesse maior influência sobre ele na aldeia. Mas sempre com muito entusiasmo cativante. Ia às casas, conversava com todos antes de pedir para pintar a fachada com seu número, com o argumento de que o cacique já resolveu apoiá-la.

Questões não respondidas, como a dinâmica das relações dentro de cada aldeia, a forma como o parentesco opera, ou não, na formação dessas aldeias; se os indígenas que as compõem gostam da política eleitoral, ou se são somente absorvidos por ela, se debatem em suas casas a respeito do voto que será dado, funcionam como estímulo para pesquisa futura. Além disso, o retorno ao cotidiano mostrado no final do capítulo 3, que sugere que os acontecimentos do período eleitoral em nada mudará a vida desses indígenas, é passível de

dúvida. Foram eleitos, entre os mais votados, os dois candidatos a vereador que representavam as *aldeias do 12 e do 13*, Fátima e Francisco. Conflitos acerca das divisões entre Tadeu e Jonas, sobre o retorno ou não do escritório da FUNAI para a região, poderão fazer parte das sessões das câmaras municipais. Local, onde até então, não havia quem falasse a respeito dos Tenetehara. Também a tensão entre esses indígenas e os ‘brancos’ volta a operar, passado o período eleitoral.

O que explica a festa de moqueada composta por integrantes das aldeias até então marcadas com o vermelho ou o verde, sem mais essa distinção dois dias após a eleição, é que entre eles o cotidiano realmente se restabelece. As divisões permanecem, as aldeias não são mais *do 12* ou *do 13*, mas ainda são *do Jonas* e *do Tadeu*. O que não impede que confraternizem, que festejem a nova ‘menina moça’ juntos. As aldeias que mudaram seu apoio político em meio à campanha, que *viraram do 12 para o 13*, sofrerão as consequências desse ato. A qual consiste, principalmente, em deixar de ser *do Tadeu* e passar a ser *do Jonas*, ou vice-versa. O que não configura um problema para eles, já que essa mudança de lado pode ocorrer a qualquer momento, por motivos variados.

A divisão entre Rocha e Mendes, descrita com base nas identificações das aldeias *de Tadeu* e *de Jonas*, foi destacada no *tempo da política*. Através da identificação das primeiras como *aldeias do 13* e as segundas como *aldeias do 12*, com as cores vermelha e verde, respectivamente, os grupos Rocha e Mendes podiam ser identificados visualmente. Fora deste período isso não é possível. Essa pesquisa buscou mostrar como práticas democráticas vistas de perto, em lugares onde a lógica operada é de outra ordem, como no caso de uma reserva indígena, são apropriadas e desenvolvidas.

6. Referências bibliográficas

ALVAREZ, Gabriel O. Sareté-Mawé: ‘Do movimento social à política local’. **Série Antropologia**. Brasília, 2004.

BEZERRA, Marcos Otávio. Participação popular e disputas por domínio político: Algumas questões a partir de um caso de implementação de orçamento participativo. In: **Saúde e Desigualdade: Instituições e políticas Públicas no Século XXI** Oficina de Trabalho: Instituições, política, cultura e desigualdade. Organização: ENSP- OPAS. Rio de Janeiro, 29-30/11 e 01/12 de 2001.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. “Para que serve o voto? (As Eleições e o Cotidiano na Periferia de São Paulo)”. In: Bolívar Lamounier (org). **Voto de Desconfiança. Eleições e Mudança Política no Brasil, 1970 e 1979**. Petrópolis: Vozes, 1980.

CHAVES, Christine de A. **Festas da política: uma etnografia da modernidade no sertão (Buritis/MG)**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará / NuAP - Coleção Antropologia da Política, 2003.

CLASTRES, Pierre. **A sociedade contra o Estado**. Editora CosacNaify, São Paulo. 2003 [1974].

COELHO, Elizabeth Maria Beserra. **Cultura e sobrevivência dos índios no Maranhão**. In: Coleção Ciências sociais, Série Antropologia: 02, São Luís-Ma : Universidade Federal do Maranhão, Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação, 1987.

_____. **Territórios em confronto: a dinâmica pela disputa de terra entre índios e brancos no Maranhão**. São Paulo, Editora Hucitec. 2002.

CROCKER, William H. **Canela (Eastern Timbira)**. Washington: Smithsonian Institution Press, 1990.

DE PAULA, Luís Roberto. **A dinâmica faccional Xerente: esfera local e processos sociopolíticos nacionais e internacionais**. USP. Dissertação de Mestrado. 2002.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**, vol. 1,3 e 5. Rio de Janeiro, Editora 34. 1995.

DINIZ, Edson Soares. “Os Tenetehara-Guajajaras: convívio e integração” In: **Revista de Antropologia**, volumes 27/28 de 1984/1985.

EVANS-PRITCHARD, E.E. **Bruxaria, oráculos e magia entre os Azande**. Rio de Janeiro, Editora Jorge Zahar. 2005.

FERNANDES, Ricardo Cid. “O 15 e o 23: políticas e políticos Kaingang”. **Campos (UFPR)**, v. 07/02, p. 27-46, 2006. ; *Meio de divulgação*: Impresso; ISSN/ISBN: 15195538.

FORTES, M., EVANS-PRITCHARD, E. E. (Org.). **Sistemas Políticos Africanos**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1981 [1940].

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GALJART, Benno. "Class and 'Following' in Rural Brazil". *América Latina*, vol. 7, nº 3. 1964.

GOLDMAN, Márcio. **Como funciona a democracia: uma teoria etnográfica da política**. Rio de Janeiro: 7letras. 2006.

GOLDMAN, Márcio & PALMEIRA, Moacir. "Apresentação". In: **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

GOMES, Mércio Pereira. *O Índio na História — O povo Tenetehara em busca da liberdade*. Petrópolis: Vozes, 2002. 631 p.

GRAHAM, Richard. **Clientelismo e política no Brasil do século XIX**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1997.

HEREDIA, Beatriz, M. A. de. "Política, família, comunidade", In: Goldman e Palmeira (eds.). *Antropologia, voto e representação*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. Rio de Janeiro: José Olímpio. 1986

KUSCHNIR, Karina. Rituais de comensalidade na política. In: Beatriz Heredia; Carla Teixeira; Irllys Barreira. (Org.). **Como se fazem eleições no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, v. 1, p. 243-270.

MARQUES, Ana Cláudia Duarte Rocha; VILLELA, Jorge Mattar. "Sobre a circulação de Recursos em Eleições Municipais". In: Beatriz Maria Alásia de Heredia; Carla Costa Teixeira; Irllys A. F. Barreira. (Org.). **Como se Fazem Eleições no Brasil**. 1 ed. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002, v., p. 63-101.

MARTINEZ-ALIER, Verena e BOTTO Jr., Armando. "The Hoe and the Vote: Rural Labourers and the National Election in Brazil in 1974". **The Journal of Peasant Studies** 4 (3) 147-170. 1977.

MELATTI, Júlio César. Resenha do livro "O índio na História – O povo Tenetehara em busca de liberdade, de Mércio Pereira Gomes. Publicada na **Revista de Antropologia** 46(1): 259-269. São Paulo: USP – FFLCH – DA, 2003.

NUNES, Edson. **A Gramática Política do Brasil. Clientelismo e Insulamento Burocrático**. Jorge Zahar Editor. Rio de Janeiro. 2003.

OLIVEIRA, João Pacheco de. "Índios, Eleições e Partidos" In: **Aconteceu – Povos Indígenas no Brasil**. CEDI, especial 12, abril, 1983. pp 96-98.

PALMEIRA, Moacir. “Voto: Racionalidade Ou Significado?” In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 20, p. 26-30, 1992.

_____. ‘Política, Facções e Voto’. In: **Antropologia, Voto e Representação Política**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 1996.

RADCLIFFE BROWN, Alfred. **Estrutura e Função na Sociedade Primitiva**. Editora Vozes, RJ. 1973[1952].

RUFINO, Marcos Pereira. **Ide, portanto, mas em silêncio: faces de um indigenismo missionário católico heterodoxo**. São Paulo: USP, 2002. 334 p. (Tese de Doutorado)

SÁ, Maria Auxiliadora Ferraz de. **Dos Velhos aos Novos Coronéis (Um estudo das redefinições do Coronelismo)**. Recife: UFPE/PIMES, 1974.

SZTUTMAN, Renato. **O profeta e o principal: a ação política ameríndia e seus personagens**. Tese de doutorado. São Paulo, USP. 2005.

VILLELA, Jorge Mattar. **Política e Eleições no sertão de Pernambuco: O povo em armas**, Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.

VILLELA, J. M. ; MARQUES, A. C. D. R. . Municipal Elections: favour, vote and credit in the pernambucan Sertão of Brazil. **The Latin Americanist**, v. 49, p. 25-63, 2006.

WAGLEY, Charles e GALVÃO, Eduardo. **Os índios Tenetehara. Uma cultura em transição**. 1961.

ZANNONI, Claudio. **Mito e Sociedade Tenetehara**. Araraquara, SP: UNESP/FCL, Tese de doutorado em Sociologia. 2002.

Referências - sites

ISA – Instituto Socioambiental: www.socioambiental.org

IBGE – Instituto Brasileiro de geografia e Estatística: www.ibge.gov.br

CIMI-MA – Conselho Indigenista Missionário: www.cimi.org.br

TRE – Tribunal Regional Eleitoral: www.tre-ma.gov.br

TCU – Tribunal de Contas da União: www.tcu.gov.br